



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



José Pedro Lopes Neto

“Queira a Virgem Imaculada abençoar nossa Diocese”:
a invenção da devoção mariana no Morro da Conceição
(1904-1925)

Recife
2020

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

José Pedro Lopes Neto

“Queira a Virgem Imaculada abençoar nossa Diocese”:
a invenção da devoção mariana no Morro da Conceição
(1904-1925)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador:

Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura

Recife
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L864

Lopes Neto, José Pedro

“Queira a Virgem Imaculada abençoar nossa Diocese”: a invenção da devoção mariana no Morro da Conceição (1904-1925) / José Pedro Lopes Neto. - 2020.
166 f. : il.

Orientador: Carlos Andre Silva de Moura.
Inclui referências.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021.

1. Morro da Conceição. 2. Igreja Católica. 3. Cidade do Recife. 4. Restauração Católica. 5. Imaculada Conceição de Maria. I. Moura, Carlos Andre Silva de, orient. II. Título

CDD 981

“Queira a Virgem Imaculada abençoar nossa Diocese”:
a invenção da devoção mariana no Morro da Conceição
(1904-1925)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

José Pedro Lopes Neto

Aprovada em 14 de dezembro de 2020

Banca examinadora

Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura
Orientador – Programa Pós-Graduação em História - UFRPE

Profa. Dra. Giselda Brito Silva
Programa Pós-Graduação em História – UFRPE

Prof. Dr. Renato Amado Peixoto
Programa Pós-Graduação em História – UFRN

Profa. Dra. Sandra Simone Moraes de Araújo
Programa de Pós-graduação em História – UPE

A Jacilene e Ivelto,
meus amados pais.

Agradecimentos

Considero que o momento de agradecer àqueles que colaboraram para a construção de um trabalho como um dos mais importantes da jornada acadêmica. Reservo essas páginas para registrar meus agradecimentos aos familiares e amigos e a todos que me auxiliaram na elaboração do projeto de pesquisa que originou essa dissertação, incentivaram a entrada no curso de mestrado e me apoiaram durante a pesquisa e a escrita desse trabalho. Tenho certeza de que sozinho não teria conseguido concluí-lo.

Agradeço a Deus por guiar meus passos, abençoar minha vida e minha caminhada. A Nossa Senhora, a Virgem Imaculada, mãe Auxiliadora, por sua intercessão, por iluminar meus caminhos e refugiar-me nos momentos difíceis. Também sou extremamente grato aos meus pais, pois sem ele não teria chegado até aqui na minha caminhada acadêmica. Por tudo que me ensinaram, pelas orientações, reclamações, exemplos. Minha conquista é fruto de seu trabalho, suor, suas cobranças, renúncias, incentivos e dedicação. Minha família, aqueles que sempre estiveram perto, partilhando comigo as alegrias de minhas conquistas e em momentos de dor.

Duas das pessoas que mais se alegrariam comigo quando concluo este trabalho, infelizmente, não estão mais conosco nessa vida, mas não posso deixar de registrar minha gratidão. Dona Maria das Graças, vovó Nena, foi uma das pessoas mais incríveis que tive o prazer de conhecer, conviver e tive a graça de ser seu neto. Doce, amável, trabalhadora e batalhadora, vovó foi um exemplo de mulher, de vida e de fé. A todos ao seu redor enchia de carinho e amor, transbordava de alegria quando tinha a casa cheia e ficava rodeada pelas pessoas que amava. Trabalhou duro para criar seus filhos, minha mãe e meus tios, e dar-lhes tudo que era necessário materialmente. Quanto ao amor, era dado por ela fácil e espontaneamente. Com pouco estudo, sempre incentivou seus netos a estudarem para que tivéssemos uma vida melhor do que a que ela teve, para que pudéssemos compreender melhor o mundo. Me recordo de seu sorriso ao colocar no meu dedo durante minha colação de grau da graduação um anel de minha mãe, porque só lembrei horas antes que precisaria de um anel. Nesse dia também estava lá dona Maria das Dores, tia Dó. Tia Dó, assim como vovó Nena, me abraçou e parabenizou no dia 31 de janeiro de 2014, quando foi divulgado o listão dos aprovados do

vestibular da Universidade de Pernambuco (UPE) e no dia 18 de março de 2018, quando recebi o grau de licenciado em História. Sempre se alegrou dos meus êxitos e me incentivou a ir mais longe.

Agradeço a Anny Lopes, pelo amor, cuidado e carinho que recebi desde a mais tenra idade. Além de apoiar minhas escolhas, sempre me incentivou, comungando comigo a felicidade de minhas conquistas. Também agradeço a Maria das Neves, minha madrinha, e a Elizabete Gomes, minha tia-avó, pelas palavras de apoio e incentivo e pelo amor. Registro também minha gratidão a Mirian Inácia, que sempre apoiou a minha família em todos os momentos, principalmente nos de dificuldade, e por todo o carinho, amor e incentivo que me deu ao longo da vida.

Agradeço a Renata Leite, meu amor, pelo carinho, cuidado, pela amizade, amor e pelo apoio e incentivo que me deu desde o primeiro momento em que decidi fazer a seleção de mestrado e também pelas cobranças para que eu me dedicasse integralmente à pesquisa para que obtivesse êxito. Seu apoio foi muito importante nessa jornada.

Sou grato a Gabriel Felipe de Andrade, Wesley Oliveira e a Filipe Marinho pela amizade, companheirismo e incentivo, desde o momento em que decidi fazer a seleção para o curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PGH – UFRPE). Incentivo e apoio mantidos ao longo dos dois anos de curso. Também lhes agradeço pelas leituras, críticas e sugestões.

Agradeço a Edmilson Antonio da Silva Junior pela amizade, pelo tempo empregado na leitura de muitas partes desse trabalho e pelas sugestões apresentadas. Também pelos bons debates sobre História, política e também pelos momentos nos quais jogamos conversa fora tomando uma boa cerveja. Também sou grato a Marcelo Henrique Britto pela amizade, pelas leituras desse trabalho, apontamentos, sugestões e pelo companheirismo.

Ao longo do mestrado conheci pessoas que foram importantes na luta e reivindicação de nossos direitos na universidade. Nesse sentido, sou grato a Goreti Pélagué, Katharine Trajano e Anderson Justino por estarem sempre juntos durante nossas solicitações.

Também sou grato por ter conhecido pessoas que se tornaram amigos durante esses dois anos. Nesse sentido, sou grato a Saymmon Ferreira dos Santos, grande tricolor, pela amizade, pelos debates e por nossas conversas. A Luciano

Andrade, pelo companheirismo. A Gabriella Santos, pelo carinho, pela amizade. A João Victor Braga de Souza, pela amizade, pelo carinho e pelo companheirismo. Foi uma alegria tê-los encontrado durante minha jornada, tê-los a meu lado nos momentos difíceis na universidade e é uma felicidade tê-los como amigos.

Também sou grato aos professores do PGH que participaram de minha formação. Agradeço de modo especial ao professor Wellington Barbosa da Silva. As discussões realizadas com os colegas durante a disciplina por ele ministrada foram de grande importância para nossa pesquisa. Além disso, seu modo de humano de lidar com os alunos alegrava minhas tardes na Rural.

Também registro minha gratidão à professora Giselda Brito Silva, pelo carinho, cuidado, amizade, sinceridade e pelos conselhos. Assim como o professor Wellington, a professora Giselda trazia leveza às tardes, até nos momentos mais conturbados. A atenção que recebi de Giselda foi importante para repensar alguns pontos e algumas questões desse trabalho, ao longo de todo o curso e também no exame de qualificação dessa dissertação, e muitas vezes amenizou algumas angústias. Foi uma felicidade conhecê-la. Giselda é uma pessoa pela qual nutro muito carinho.

Agradeço ao professor Renato Amado Peixoto pelas contribuições e apontamentos trazidos durante o exame de qualificação. Seus comentários permitiram observar questões que até então não tinham recebido a devida atenção e que geraram algumas inquietações que foram importantes na revisão e finalização de nossa dissertação.

Acredito que, depois de meus pais e minha família, a professora Sandra Simone Moraes de Araújo é a principal responsável pela minha trajetória acadêmica. Me recordo do momento no qual recebi o convite para pesquisarmos juntos. Os dois anos em que fui orientado por Sandra foram de muito aprendizado, acadêmico e pessoal. No acadêmico, fui iniciado na pesquisa científica, tive contato com a Antropologia e dei os primeiros passos como pesquisador. Concomitantemente, com pouquíssimo uso de palavras, Sandra me ensinou a ter mais calma na tomada de decisões, ter compromisso e lutar pelo que acredito. No momento no qual ela precisou se afastar da universidade, levei a pesquisa de Iniciação Científica adiante como pude até sua volta. Há 3 anos, no final de 2017, ela me dizia que demonstrei compromisso e comprometimento. Penso que a força demonstrada por ela num momento de dificuldade, a alegria de viver e esperança de que tudo daria certo foi o

que motivou durante o período que passamos distantes. Sou extremamente grato a Sandra pelo carinho, pelos puxões de orelha, pela amizade, e, sobretudo pela confiança, afinal, ela também me ensinou a acreditar em mim, muitas vezes acreditando mais do que eu mesmo na minha capacidade, e me incentivou a alçar novos voos, mesmo conhecendo meus limites e minhas falhas. Eu só acreditei que conseguiria ingressar num mestrado em História quando li eu nome na lista de aprovados. Sandra acreditou desde a primeira vez que essa possibilidade foi aventada.

Conheci o professor Carlos André Silva de Moura na segunda metade da minha graduação em História na Universidade de Pernambuco (UPE) e desde então tenho tido vários ensinamentos, no campo acadêmico e pessoal. Carlos acreditou e incentivou essa pesquisa quando ela ainda se resumia à algumas ideias desordenadas e um *corpus* documental muito pequeno. Estimulou a busca por mais fontes, ajudou na organização das ideias – assim como Sandra – e foi assim que o projeto foi tomando forma. Do ingresso do mestrado até hoje fortalecemos uma relação de companheirismo e amizade. Sinto que é necessário ressaltar o modo compreensivo como Carlos lidou com minhas limitações, meus atrasos e os momentos nos quais não consegui produzir o suficiente pelos mais diversos motivos. Credito a ele a conclusão dessa dissertação, não apenas pela orientação em questões de pesquisa, mas em questões acadêmicas de uma maneira mais ampla e pelo cuidado que sempre teve para que decisões precipitadas não me prejudicassem de alguma maneira. Com Carlos aprimorei o que iniciei com Sandra, me inseri nos debates teóricos e metodológicos da História Cultural, tive um exemplo de professor, historiador e servidor público. Ainda que não diretamente, foi um dos grandes incentivadores desse trabalho quando ele ainda era apenas uma ideia, pois me fez crer que era possível e me auxiliou para que se tornasse possível. Por isso e muitas coisas mais que não cabem nessas linhas ou são difíceis de converter em palavras, agradeço pela orientação, acadêmica e pessoal, por me ensinar o que sabe, pela amizade, pelas boas conversas e pelo incentivo. Com ele divido os méritos e resultados dessa pesquisa. Espero que esse trabalho seja apenas o início de uma longa e duradoura parceria. Sou extremamente grato e feliz pelos orientadores que tive.

Também registro meus agradecimentos a Rafael Cipriano, pelas conversas, por sempre estar disponível para ajudar os discentes nas questões burocráticas,

para sanar dúvidas e pelo seu comprometimento com a transparência e pelo seu exemplo de bom servidor público.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão da bolsa que viabilizou parte da pesquisa.

Sei que a conclusão de um curso de mestrado é o início de uma carreira acadêmica, não seu fim. No entanto, quando escrevo essas palavras, me sinto extremamente grato e feliz por ter chegado até aqui, por tudo que aprendi durante a trajetória e por ter encontrado ao longo dela todas as pessoas que citei. Minha família, esses amigos e esses professores. Agradeço a todos que direta ou indiretamente me auxiliaram e participaram da escrita desse trabalho.

José Pedro Lopes Neto

São Lourenço da Mata, 10 de novembro de 2020.

O recifense não está ligado às suas igrejas só por devoção aos santos, mas de um modo lírico, sentimental [...].¹

¹ FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Global, 2007.

Resumo

No ano de 1904 a Diocese de Olinda junto a um grupo de fiéis erigiu um monumento no alto de um dos morros da cidade do Recife para comemorar os 50 anos de proclamação do dogma da Imaculada Conceição de Maria. Essa comemoração aconteceu em um momento no qual a Igreja ainda se reorganizava após a sua separação do Estado pelo Decreto 119-A e a Constituição de 1891. Com a laicização do Estado, o catolicismo foi colocado em patamar igual ao das outras religiões, de modo que, a hierarquia, além de se organizar administrativamente, precisava estar atenta à manutenção de seus fiéis. Nesse período, a população católica do Recife tinha um carinho às devoções marianas. Assim, em 1904, o Dom Luiz Raymundo da Silva Britto teve a ideia, abraçada pelo laicato, de erigir um monumento para comemorar o aniversário de proclamação do dogma da Imaculada Conceição, colocando-o num dos pontos mais elevados da cidade para que fosse vista de vários pontos e inserisse o catolicismo no cotidiano dos recifenses. Para analisar a invenção dessa devoção mariana, analisamos o contexto da Igreja em âmbito internacional, entre a transição do século XIX para o XX e como as ideias que emanavam de Roma foram recebidas e adaptadas no Recife. A partir das propostas teóricas e metodológicas da História Cultural, analisamos documentos eclesiástico oriundos da Cúria Romana e também de líderes da Diocese de Olinda. Durante nossa pesquisa, alguns periódicos de grande circulação na capital pernambucana na época foram consultados, pois foi através deles que clérigos e leigos divulgaram a ideia de erigir um monumento para a Imaculada Conceição de Maria, fizeram propaganda da obra e mobilizaram a sociedade em torno desse projeto. Os documentos eclesiásticos e os periódicos permitiram que estudássemos os passos tomados pela Diocese, desde a mobilização da sociedade para que a ideia se fortalecesse, até a busca pelo local para construir e instalar o monumento e a invenção de uma nova devoção. Além disso, estudamos também os outros usos que foram pensados para o espaço devocional, a construção de uma capela e a formação de festa de rua. Pudemos compreender como a Mitra de Olinda utilizou a devoção mariana à Imaculada Conceição para atender seus anseios religiosos, administrativos e políticos e o espaço devocional como campo de socialização de ideais de restauração católica a serem propagados e postos em prática no cotidiano dos fiéis para atender aos anseios eclesiásticos.

Palavras-chave: Morro da Conceição, Igreja Católica, Cidade do Recife, Restauração Católica, Imaculada Conceição de Maria.

Resumen

En 1904, la Diócesis de Olinda, junto con un grupo de fieles, erigió un monumento en lo alto de una de las colinas de la ciudad de Recife para conmemorar el 50 aniversario de la proclamación del dogma de la Inmaculada Concepción de María. Esta celebración tuvo lugar en un momento en que la Iglesia aún se reorganizaba luego de su separación del Estado por el Decreto 119-A y la Constitución de 1891. Con la laicización del Estado, el catolicismo se colocó en un nivel igual al de otras religiones, de modo que, la jerarquía, además de organizarse administrativamente, necesitaba estar atenta al mantenimiento de sus fieles. Durante este período, la población católica de Recife fue aficionada a las devociones marianas. Así, en 1904, Dom Luiz Raymundo da Silva Britto tuvo la idea, abrazado por los laicos, de crear un monumento para conmemorar el aniversario de la proclamación del dogma de la Inmaculada Concepción, colocándolo en uno de los puntos más altos de la ciudad para que pudiera ver desde varios puntos e insertar el catolicismo en la vida cotidiana de Recife. Para analizar cómo se inventó esta nueva devoción mariana, analizamos el contexto de la Iglesia a nivel internacional, en Brasil y Recife entre la transición del siglo XIX al XX y cómo se recibieron y adaptaron las ideas que emanaron de Roma. Partiendo de las propuestas teóricas y metodológicas de la Historia Cultural, analizamos documentos eclesiásticos de la Curia Romana y también de líderes de la Diócesis de Olinda. Durante nuestra investigación, se consultaron algunos periódicos de gran circulación en la capital de Pernambuco en ese momento, ya que fue a través de ellos que clérigos y laicos dieron a conocer la idea de erigir un monumento a la Inmaculada Concepción de María, publicitaron la obra y movilizaron a la sociedad alrededor de este proyecto. Los documentos eclesiásticos y revistas nos permitieron estudiar los pasos dados por la Diócesis, desde la movilización de la sociedad para fortalecer la idea, hasta la búsqueda del lugar para construir e instalar el monumento y la invención de una nueva devoción. También estudiamos los pasos dados por la Diócesis, desde la movilización de la sociedad para fortalecer la idea, hasta la búsqueda del lugar para construir e instalar el monumento y la invención de una nueva devoción. Además, también estudiamos los otros usos que se pensaron para el espacio devocional, la construcción de una capilla y la formación de una fiesta en la calle. Pudimos entender cómo la Diócesis de Olinda utilizó la devoción mariana a la Inmaculada Concepción para atender sus deseos religiosos, administrativos y políticos y el espacio devocional como campo de socialización de los ideales de la restauración católica para ser difundidos y puestos en práctica en la vida cotidiana de los fieles para satisfacer las necesidades eclesiásticas.

Palavras-clave: Morro da Conceição, Iglesia Católica, Recife, Restauración Católica, Inmaculada Concepción de María.

Lista de ilustrações

- Figura 1 – Armas episcopais de Dom Luiz Raymundo da Silva Britto.....p. 68
- Figura 2 – Planta da cidade do Recife e arredores.....p. 105
- Figura 3 – Dom Luiz no momento do *Orate Frates*.....p. 110
- Figura 4 – Frei Gaudioso celebrando no altar preparado aos pés da santa.....p. 111
- Figura 5 – Monumento da Conceição no Arraial.....p. 115
- Figura 6 – Cartão Postal do Recife no fim do ano de 1905.....p. 118
- Figura 7 – Inauguração da Capela do Morro em 1907.....p. 130
- Figura 8 – Capela do Morro da Conceição.....p. 131

Lista de abreviaturas e siglas

AOR – Arquidiocese de Olinda e Recife

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

LEHR – Laboratório de Estudos da História das Religiões

PGH – Programa de Pós-graduação em História

SSVP – Sociedade de São Vicente de Paulo

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UPE – Universidade de Pernambuco

Sumário

Introdução.....	16
1 “Desapareceu o throno... E o altar?": a Igreja Católica na transição dos séculos XIX e XX	34
1.1 “E as portas do inferno não prevalecerão”: estratégias da Santa Sé contra a secularização e a perda de poder político.....	39
1.2 “Republica sem Deus é casa edificada sobre arêa”: a Igreja entre o Império e a República.....	53
1.3 “Sois catholicos; afirma bem alto a vossa fé!": a Igreja no Recife em tempos de transição entre fins do século XIX e no início dos novecentos	62
2 “Queira a Virgem Immaculada abençoar nossa Diocese”: invenção da devoção a Nossa Senhora no Morro (1904)	74
2.1 “Eu sou a Imaculada Conceição”: debates sobre a oficialização do culto a Nossa Senhora da Conceição (1854-1904)	75
2.2 A invenção de uma devoção: os 50 anos do dogma na Diocese de Olinda	84
2.3 O monumento do Morro da Conceição	102
3 “Subir o Morro a pé seguindo a procissão”: o Recife, sua senhora e sua festa (1904 – 1925).....	120
3.1 “Nesse templo immenso, que tinha por tecto o firmamento estrellado”: a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição (1904 – 1907)	124
3.2 “Subir o Morro a pé seguindo a procissão”: a festa do Morro da Conceição (1904 – 1915)	133
3.3 O Morro da Conceição: a dinâmica do lugar (1905-1925)	139
Considerações finais.....	146
Fontes e Referências	152
Fontes.....	152
Referências	159

Introdução

Le culture possono inventare arbitrariamente i propri idoli, mas devono avere una fede culturale nella fede idolatria, cioè utilizzare un codice surculturale che implica un rituale di relazioni ortopratiche della comunità.²

No início do século XX a Igreja Católica se preparava para comemorar os 50 anos de proclamação do dogma de fé³ da Imaculada Conceição de Maria. Na cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, os preparativos para os festejos se iniciaram em novembro de 1903 e culminaram no dia 8 de dezembro de 1904, quando foi inaugurado no alto do Morro da Boa Vista⁴, região Norte da capital pernambucana, um monumento em homenagem a Nossa Senhora da Conceição. É a partir desse evento sociorreligioso, e desse novo espaço devocional e de sociabilidade que conduziremos as nossas discussões, analisando como foi inventada e construída a devoção, a organização do espaço, sua utilização pela Diocese de Olinda⁵ e a festa de rua que ali se desenvolveu. Para isso, examinaremos também como a Igreja buscava por meio do monumento se legitimar

² “A cultura pode inventar arbitrariamente os seus próprios ídolos, mas deve haver uma fé cultural na fé idolátrica, que utilize um código supracultural implicando num ritual de relações de ortopráticas comunitárias.” Em tradução livre. GASBARRO, Nicola. *Religione e / o Religioni? la sfida dell’antropologia e della comparazione storico-religiosa*. In: MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. (org.). **(Re) conhecendo o Sagrado**: reflexões teórico-metodológicas dos estudos de religiões e religiosidades. São Paulo: Fonte Editorial, 2013. p. 99.

³ Um dogma católico é uma verdade de fé incontestável e o fiel que discordar dele incorre automaticamente em pecado.

⁴ O espaço também era conhecido por Morro do Arraial e também há registros de ser conhecido como Morro de Bagnuolo Cf. FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. 5ª ed. São Paulo: Global, 2007. Sendo assim, ora substituiremos Morro da Boa Vista por do Arraial, a fim de evitar repetições ao longo do texto. É necessário destacar desde já que essa colina passou por alguns processos de toponimização, sendo a última mudança para “Morro da Conceição”. Desse modo, em nossa escrita escolhemos utilizar o nome que era dado ao local no período ao qual estaremos nos referindo, respeitando a nomenclatura do lugar em cada temporalidade, evidenciado as mudanças que ocorreram.

⁵ A Diocese de Olinda foi criada no ano de 1676 pelo Papa Inocêncio XI (1611 – 1689). Em 5 de dezembro de 1910, a *Sacra Congregationis Consistorialis*, por ordem de Pio X (1835 – 1914) a elevou à condição de Arquidiocese e Sede Metropolitana, através do mesmo decreto pelo qual foi criada a Diocese de Floresta, e tornou as Dioceses de Natal, Paraíba, Fortaleza e a recém-criada de Florestas sufragâneas da Sé de Olinda (*Sacra Congregationis Consistorialis. Erectio Dioecesis*. In: **Acta Apostolicae Sedis** – Commentarium Officiale, annus II, volumen II. Romae: Typis Polyglottis Vaticanis, 1910, p. 945); no ano de 1918, por meio da Bula *Cum Ubris Recife*, de Bento XV (1854 – 1922), passou a ser denominada Arquidiocese de Olinda e Recife.

e difundir discursos com os ideais da Restauração Católica, com o objetivo de formar uma neocristandade.

A nossa proposta de pesquisa surgiu das observações feitas durante a graduação em História na Universidade de Pernambuco, quando tivemos a oportunidade de participar dos debates no Laboratório de Estudos da História das Religiões (LEHR – UPE). O contato com o LEHR nos propiciou perceber a importância de observar os fenômenos religiosos como construções culturais, ligadas e condicionadas historicamente ao contexto do qual emergem. Além disso, o estudo das religiões sempre nos foi um tema de interesse desde a graduação, de modo especial as devoções marianas⁶. Das que eram mais próximas, chamava-nos atenção a novena anual de Nossa Senhora da Conceição no Morro.

Ao pesquisarmos o tema para conhecer a origem da devoção, da festa e sua evolução no atual Morro da Conceição, identificamos que existem poucos trabalhos produzidos sobre essa matéria. Alguns destes se dedicaram a analisar a festa na contemporaneidade, apenas abordando brevemente sua origem. Em *A grande mãe*, Adriana Barata dos Santos Figueira se dedicou à análise do imaginário do local a partir de seus ocupantes. Na sua dissertação, ela apontou a importância que a instalação do monumento teve para o desenvolvimento do Morro da Conceição. Entretanto, o trabalho não se dedicou a uma análise histórica do desenvolvimento do culto mariano naquele local⁷. O trabalho *Santuário de nossa senhora da conceição e o processo de romanização* apresentado no *III Colóquio de História da Universidade Católica de Pernambuco* apresenta de forma breve o contexto de criação do monumento, apresentando alguns fatos relevantes ocorridos ao longo da história do Morro da Conceição, mas se equivoca em tratar o espaço como santuário. O trabalho estabeleceu como balizas temporais a inauguração do monumento em 1904 e a década de 1970. As autoras apontam que o santuário foi criado em 1975. No entanto, apenas em 2015 a Arquidiocese de Olinda e Recife eleva a igreja do Morro da Conceição à categoria de santuário. Além disso, pensamos que ser

⁶ Em nosso trabalho de conclusão de curso analisamos o processo de patrimonialização da Igreja de Nossa Senhora da Luz, localizada no distrito de Matriz da Luz, município de São Lourenço da Mata. Na pesquisa percebemos como a religião esteve intimamente ligada com a preservação do templo ao longo dos seus mais de 4 séculos de existência. LOPES NETO, José Pedro. **Nossa Senhora da Luz: consciência e preservação**. 2017, 96 p. Monografia (Licenciatura em História). Departamento de História. Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte, Nazaré da Mata, 2017.

⁷ Cf. FIGUEIRA, Adriana Barata dos Santos. **A grande mãe: um estudo sobre o imaginário do lugar Morro da Conceição**. 2000. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2000.

problemática a utilização do conceito de romanização do modo como ele foi aplicado no trabalho, com um recorte temporal tão longo. Acreditamos também que esse recorte impediu que fosse feita uma análise aprofundada sobre o contexto de erigição do monumento e os objetivos dos envolvidos⁸. Já Jamerson Kemps, em sua dissertação de mestrado em Antropologia, estudou como a imagem da santa influencia e age na formação e identificação dos fiéis, de que maneira ela é apropriada por estes⁹. O mesmo autor apresenta uma análise semelhante no artigo *Será mesmo de Nossa Senhora o Morro da Conceição?* publicado na revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)¹⁰. Todos esses trabalhos apresentam em algum momento um breve histórico do início da devoção, apontando como causa dela o aniversário de 50 anos de proclamação do dogma da Imaculada Conceição de Maria.

Nessa perspectiva, percebemos a necessidade de empreender um estudo que focasse no momento histórico desse início, buscando compreender quais questões além das estritamente religiosas influenciaram o projeto de instalação do monumento, quanto ao aspecto espacial, religioso e simbólico. No início dos trabalhos que resultaram nessa dissertação, notamos que o evento estudado não se tratou apenas da instalação de um marco religioso, mas que ele trazia em si um apelo social, cultural, político e religioso, com conexões com questões nacionais e internacionais. Assim, com nossa dissertação, apresentamos uma contribuição à historiografia da cidade do Recife, considerando esses fatores, contando uma história daquela que é hoje a maior festa religiosa do estado de Pernambuco¹¹. O

⁸ Cf. ALBUQUERQUE, Deise. BRANDÃO, Sylvana. Santuário de nossa senhora da conceição e o processo de romanização. In: III Colóquio de História da Universidade Católica de Pernambuco. 2009, Recife. **Anais do III Colóquio de História da Universidade Católica de Pernambuco**, 2009. p. 198-209.

⁹ MOURA, Jamerson Kemps Gusmão de. **Nossa Senhora e o Morro da Conceição**: história, igreja e comunidade católica entre encontros e desencontros. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2008.

¹⁰ MOURA, Jamerson Kemps Gusmão de. *Será mesmo de Nossa Senhora o Morro da Conceição?*. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v. 67, 2015.

¹¹ No início de nossa pesquisa analisamos dados da Festa do Morro do ano de 2017 para fazer essa afirmação. Reportagem do *Jornal do Commercio* do dia 8 de dezembro de 2017 afirmava que o público esperado para os 10 dias de festa no Morro era de 1,5 milhão de fiéis. Cf. 113ª Festa do Morro arrasta milhares de fiéis na Zona Norte do Recife. **Jornal do Commercio**, Recife, 08 dez. 2017. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/12/08/113-festa-do-morro-arrasta-milhares-de-fieis-na-zona-norte-do-recife-319221.php>>. Acesso em 11 jun. 2018.; O *Diário de Pernambuco* se limitou a falar das milhares de pessoas que participaram da procissão no dia da santa, sem estimar número de participantes, Cf. Procissão de Nossa Senhora da Conceição leva multidão ao Morro. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 dez. 2017. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vidaurbana/2017/12/08/interna_vidaurbana,7339>

nosso trabalho de pesquisa foi desenvolvido na Linha *Política, Instituições e Identidades* do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PGH – UFRPE), pois um dos enfoques da dessa linha são os estudos sobre instituições religiosas, crenças e devoções, compreendendo a religião como um conceito plural, a ser problematizado e estudado pela História.

Em nossa pesquisa, buscamos compreender a devoção à Imaculada Conceição no Morro da Boa Vista no início do século XX, atentando aos fatores sociais e políticos que influenciaram e proporcionaram o planejamento e a execução desse evento religioso em 1904. Além disso, não detivemos nosso estudo apenas no início da devoção: após a inauguração do monumento, o Moro da Conceição se torna importante ponto religioso, paisagístico, turístico e cultural da cidade do Recife¹²; a devoção se desenvolve, assim como outros projetos pensados pela Diocese para aquela localidade ao longo dos anos.

No cenário criado nasceu também a festa de rua, onde a catolicismo é praticado de diferentes modos. Em 1916, dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942) assume a Arquidiocese de Olinda para ocupar a Sé que estava vacante. Com a *Carta Pastoral saudando sua Arquidiocese*, Dom Sebastião Leme propõe um projeto de recristianização militante, sistemático, prevendo um projeto de politização dos leigos e do clero e sua maior participação na política nacional. Desse modo, houve uma mudança de projetos recatolizadores entre o bispado de Dom Luiz Raymundo da Silva Britto (1840-1915) e Dom Sebastião Leme. Optamos, então, por analisar como o culto mariano continuou acontecendo e se expandindo no Morro da Conceição durante esse período, estudando as possíveis mudanças e permanências. Por isso, escolhemos como marco final de nossa pesquisa o ano de 1925, quatro anos após a saída de Dom Leme da Arquidiocese de Olinda e Recife

55/procissao-de-nossa-senhora-da-conceicao-leva-multidao-ao-morro.shtml>. Acesso em 11 jun. 2018. Na ocasião, comparamos os números com as estimativas da Festa de Nossa Senhora do Carmo do mesmo ano, padroeira do Recife junto a Santa Antônio. O *Diário de Pernambuco* apontava que 20 mil pessoas participaram dos festejos da co-padroeira do Recife na véspera e no dia da santa e 5 mil participaram das missas todos os dias (*Diário de Pernambuco*, 16 jul. 2017). Foram nove dias de festa, somando os 20 mil aos 35 mil dos demais dias, chegamos a um número aproximado 55 mil fiéis, número que pouco se aproxima da estimativa de 1,5 milhão da Festa do Morro. Apresentamos apenas números de festas religiosas da cidade do Recife nessa afirmativa pois não há registro de celebrações que reuniram número maior de fiéis que a de Nossa Senhora da Conceição no Morro. É importante destacar que nos anos de 2018 e 2019 esses números se mantiveram, a festa nesses anos contou com uma grande afluência de pessoas.

¹² Cf. LOPES NETO, José Pedro. **O monumento mariano no Morro da Conceição no início do século XX**. In: IIº Encontro Nacional do Centro de Estudos em História Cultural das Religiões. Recife: Editora Universidade de Pernambuco, 2019, p. 380-388.

para ser coadjutor de Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti (1850-1930) na Arquidiocese do Rio de Janeiro, quando pudemos observar em nossas fontes a consolidação da festa do Morro como relevante acontecimento cultural na capital pernambucana.

Desde o início do século XX já se tinha visibilidade da importância e da longa tradição de devoção a Maria na cidade do Recife. Dentre as festas marianas e as demais festividades do calendário católico, a que os recifenses mais nutriam carinho era pela de Nossa Senhora da Conceição¹³. Na capital pernambucana foram construídas igrejas dedicadas à santa, como a da Iputinga¹⁴, a de Nossa Senhora da Conceição dos Militares e outras. Mais distante da capital, na região de Mata no Norte do estado, por exemplo, já existia a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Nazareth¹⁵, que em 1918 foi elevada, juntamente com as igrejas matrizes de Pesqueira e Garanhuns, à Sé Diocesana pela Bula *Archidioecesis Olindensis et Recifensis*. A devoção à santa também estava presente em Palmares na Mata Sul de Pernambuco.

Ademais, rara era a igreja no Recife que não tinha uma imagem de Nossa Senhora da Conceição¹⁶, o que a tornou uma representação conhecida pelos recifenses e os incentivou a se tornarem devotos à santa. É importante destacar que essa devoção foi construída historicamente. O catolicismo exerceu forte influência desde o início da colonização no atual estado de Pernambuco, propagando junto com sua fé a devoção mariana, que lhe era característica, e que chegou às Américas junto com os primeiros colonizadores¹⁷ e desde então tornou-se uma constante no Brasil,¹⁸ sendo uma das marcas do catolicismo no país¹⁹. Ainda no período colonial, dentre as várias invocações a Maria, destacaram-se as de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Conceição, esta última fora declarada

¹³ CABRAL, Flávio José Gomes. Um Só Rebanho e um Só Pastor. In.: MOURA, C. A. S., et al. (org.). **Religião, cultura e política no Brasil**: perspectivas históricas. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2011. p. 46.

¹⁴ Os católicos já cultuavam Nossa Senhora da Conceição na Iputinga em 1904, no entanto o início da construção da capela se deu apenas no final do ano, quando foi dada a dispensa de impostos municipais para a construção por meio da Lei 393 de 11 de novembro de 1904.

¹⁵ Utilizamos em nossa dissertação documentos dos séculos XIX e XX que apresentam grafia diferente da atual, optamos por não atualizar os textos, mantendo-os do modo como aparecem nas fontes e por não utilizar o (sic.) nas citações, buscando não tornar a leitura cansativa.

¹⁶ CABRAL, 2011, p. 46.

¹⁷ Cf. SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Virgem mestiça: devoção à Nossa Senhora na colonização do Novo Mundo. **Tempo**, Niterói, v. 6, n. 11, p. 77 – 92, jul., 2011.

¹⁸ CIPOLINI, Pedro Carlos. A devoção mariana no Brasil. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 36 – 46, jan-abr 2010. p. 37.

¹⁹ CIPOLINI, 2010, p. 42.

padroeira do reino de Portugal e de suas possessões por ocasião da Restauração Portuguesa em 1646, como consta na Provisão Régia de 25 de março de 1646: “[...] assentamos de tomar por padroeira de nossos Reynos e Senhorios, a Santissima Virgem nossa Senhora da Concepção [...]”²⁰. Entendemos esse fator como relevante para ter tornado o culto à Imaculada Conceição tão comum e cotidiano. Mas devemos ressaltar também que sem a aceitação dos fiéis, tornar a santa padroeira de Portugal e suas colônias não potencializaria sua veneração entre os católicos.

Dentre as comuns demonstrações públicas da fé católica na cidade do Recife se destacavam as dedicadas à Maria, que seguem evoluindo até nossos dias. O missionário metodista estadunidense Daniel Parish Kidder (1815-1891), que visitou a cidade do Recife quando estava em missão pelo Norte do Brasil²¹, na primeira metade do século XIX, destacou em seus *Sketcher of Residence and Travels in Brazil* ter notado mais fervor e devoção nas novenas do Recife que as da então capital federal²². Daniel Kidder também fez o seguinte relato sobre uma cena que presenciou:

Eu estava muito mais interessado na noite seguinte, quando retornando de uma carona nos arrabaldes, quando presenciei uma multidão reunida em frente à capela do Convento do Carmo. Até cento e vinte pessoas estavam ajoelhadas e de pé no adro lajeado, envolvidas cantando uma novena diante de uma imagem da Virgem que os contemplava de um nicho elevado na fachada da capela. As mulheres foram arranjadas na parte externa do grupo, enquanto um grupo de jovens no meio foram os coristas. Eles não tinham luz, exceto a da lua brilhante, que lançou um encanto peculiar sobre a cena, enquanto as vozes estridentes dos devotos subiam no ar da noite.²³

²⁰ DOM JOÃO IV apud NEVES, Padre Moreira das. NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO NA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL. **Revista dos Centenários**, Lisboa, jul. – ago. 1940, p. 2 -9. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadosCentenarios/N19_20/N19_20_master/RevistadosCentenariosN19e20.pdf>. Acesso em 17 set. 2019.

²¹ O termo Nordeste só passa a ser utilizado na década de 1940. Antes disso os estados da região eram tratados como estados do Norte, junto aos demais estados da região Norte. Dessa forma, optamos por tratar os estados da atual região Nordeste como estados do Norte.

²² KIDDER, Daniel Parish. **Sketcher of Residence and Travels in Brazil, embracing historical and geographical notices of the empire and its several provinces**. Vol II. Philadelphia/Lodon: Sorin & Ball/ Wiley & Putnam, 1845. p. 147.

²³ “I was much more interested the following night, when returning from a ride in the country I suddenly came to a crowd assembled in front of the chapel of the Carmelite convent. As many as one hundred and twenty persons were kneeling and standing on the flagged platform, also engaged in singing a novena before an image of the Virgin, which looked down upon them from a lofty niche in the chapel's front. The females were arranged in the outer portion of the group, while a knot of young men in the

Cenas como a presenciada pelo missionário metodista em frente à capela do Convento do Carmo, no bairro de Santo Antônio, faziam parte do cotidiano religioso dos recifenses. Além das igrejas, existiam imagens da santa nos nichos espalhados pela cidade. Na ilha do Recife, no acesso da ponte Maurício de Nassau, por exemplo, havia o Arco da Conceição, construído no século XVII, local onde vários fiéis se reuniam para participar de novenas, recitarem ou cantarem o terço e entoarem ladainhas para Nossa Senhora da Conceição²⁴, até o ano de 1913, quando sucumbiu para dar espaço ao chamado “progresso”.

Desta forma, podemos perceber que a veneração à Imaculada Conceição de Maria era antiga no Recife. Também internacionalmente o culto era bastante tradicional, de modo que não é possível precisar quando e onde surgiu. No entanto, percebemos que ele foi sendo construído historicamente, com adaptações a questões culturais e políticas. Mesmo assim, o culto só foi oficializado de maneira definitiva pela Santa Sé juntamente com sua definição dogmática no ano de 1854, pelo Papa Pio IX (1792-1878) por meio da Bula *Ineffabilis Deus*. Em 1903, o Papa Leão XIII (1810-1903) criou uma comissão de cardeais para propagar e incentivar as comemorações do cinquentenário de definição do dogma da Conceição, que seria celebrado no ano seguinte. Tendo Leão XIII falecido em 20 de julho de 1903, antes da festa jubilar, coube ao seu sucessor no papado, Pio X (1835-1914), referendar a comissão e guiar os seus trabalhos.

De Roma, no dia 2 de fevereiro de 1904, Pio X lançou a Encíclica *Ad Diem Illum Laetissimum*²⁵, convocando todos os católicos a festejarem no dia 8 de dezembro daquele ano os 50 anos de proclamação do dogma da Conceição de Maria. Na mesma data foi divulgada nos periódicos da capital pernambucana a ideia proposta pelo bispo diocesano, Dom Luiz Britto, de erigir um monumento comemorativo pelo cinquentenário desse dogma. O intuito do eclesiástico era que a construção ficasse em um dos pontos mais altos e visíveis do Recife, de modo a dominar toda a cidade. Para divulgar a ideia, angariar fundos para erguer o

middle officiated as choristers. They had no light save that of the brilliant moon, which threw a peculiar enchantment over the scene as the shrill voices of the worshippers rose on the evening air.” Em tradução livre. KIDDER, 1845, p. 148.

²⁴ ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. O Arco da Conceição, uma das antigas portas do Recife: uma aproximação arqueológica. **Clio Arqueológica**, Recife, v. 1, n. 20, p. 150-167, 2006.

²⁵ “Para o dia da imensa felicidade”, em tradução livre.

monumento, o prelado montou uma Comissão Central, composta por figuras “notáveis” e por intelectuais da sociedade recifense²⁶.

O Morro da Boa Vista foi local escolhido pela Comissão para receber o monumento. Além de ser afastado dos bairros centrais do Recife, o local também não era povoado no ano de 1904, sendo o monumento religioso um elemento responsável pela urbanização e o desenvolvimento populacional desse espaço. Antes mesmo do dia da comemoração do cinquentenário do Dogma da Imaculada, fiéis passaram a peregrinar em direção ao monte, sendo este batizado como “Morro da Conceição”, nome que ainda é mantido.

É a partir da construção histórico-religiosa desse espaço devocional e de sociabilidade que analisamos como foi inventada pela Diocese de Olinda uma nova devoção a Nossa Senhora da Conceição e sua utilização para fins catequéticos e de difusão dos ideais recatolizadores na cidade do Recife, com repercussão em todo o estado de Pernambuco. A construção desse novo espaço religioso e própria devoção foi realizada em conjunto pelo clero e pelo laicato da Diocese. É importante salientar que não foram apenas os fiéis membros da comissão nomeada pelo bispo os responsáveis por tal feito, mas também todos aqueles que aderiram, contribuíram e incentivaram a ideia, pois as devoções não funcionam como uma via de mão única, mas através de trocas simbólicas, de práticas e representações.

As conjunturas políticas e econômicas de diversos países no início do século XX fizeram com que os membros da hierarquia Igreja Católica se mantivessem atentos à manutenção dos seus fiéis²⁷ frente ao avanço de outras religiões, de modo particular as protestantes. Por esse motivo e por ser a Igreja uma instituição transnacional, partiam da Santa Sé os ideais de restauração católica, que eram adaptados às realidades encontradas em cada país. A Igreja no Brasil desenvolveu projetos locais com ideais de recatolização desde sua separação do Estado brasileiro, mas só assumiu uma postura militante em termos de projetos de recatolização a partir da década de 1930²⁸. A invenção de uma devoção mariana no Recife constitui um desses projetos que objetivavam retomar poder e, principalmente, a manutenção de fiéis.

²⁶ Aprofundaremos a discussão sobre as tarefas da Comissão Central de Festa e quais eram seus membros no 2º capítulo.

²⁷ MOURA, Carlos André Silva de. **Fé, Saber e Poder**: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930 – 1937). Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2012. p. 29.

²⁸ Idem.

Naquele momento, cresciam no estado de Pernambuco religiões contrárias ao catolicismo, como o espiritismo e o protestantismo²⁹, este último era visto pelo clero como principal ameaça aos interesses católicos e aos números de seus fiéis. Embora doutrinas como o liberalismo e o socialismo também fossem criticadas pelos religiosos católicos naquele momento, eles concentram no protestantismo os seus ataques. Para eles, o principal pecado dos protestantes era não acreditarem, do mesmo modo que os católicos, em Maria mãe de Jesus de Nazaré³⁰.

A partir da análise de nossa documentação, identificamos que o início da devoção a Nossa Senhora no Morro da Conceição possui características que ultrapassam o âmbito de comemoração jubilar de proclamação do dogma da Imaculada Conceição. As comemorações da Diocese de Olinda se inseriram em um contexto maior, haja vista o chamamento do Sumo Pontífice para que todos os católicos se juntassem a Roma com as festividades e as dificuldades enfrentadas pela Igreja no Brasil e em outros países por conta da crescente secularização. Além disso, pudemos perceber nos discursos eclesiais um forte tom político de críticas à secularização dos Estados, ao ensino laico e à ausência de ensino religioso nas escolas. O clero considerava também que a participação de católicos no cenário político recifense era pequena e deveria ser mais expressiva³¹. Percebemos que além de pensar apenas no evento do dia 8 de dezembro de 1904, a Diocese de Olinda também pretendia discutir temas que lhes eram caros naquele momento, difundir ideais de recatolização e se contrapor de maneira mais evidente ao

²⁹ Com a assinatura do Tratado de Amizade, Comercio e Navegação entre o Príncipe regente de Portugal e a Coroa britânica no Rio de Janeiro em 19 de fevereiro de 1810, Dom João VI permitiu aos protestantes ingleses que exercessem seu culto em casas particulares, capelas ou igrejas, garantido que não seriam importunados ou perseguidos por conta de sua fé. As capelas e igrejas, no entanto, deveriam ser edificadas de um modo que externamente fossem semelhantes a casas particulares e ficou vetado o uso de sinos para avisar os horários de cultos. A permissão de estendia a qualquer estrangeiro de religião diferente da religião dominante nos domínios de Portugal. Era proibido também que os protestantes pregassem suas religiões publicamente ou contra o catolicismo, com pena de deportação ou multa. Cf. **TRATADO de Amizade, commercio e navegação entre o príncipe regente de Portugal e sua magestade britannica assinado no Rio de Janeiro em 19 de fevereiro de 1810**. Lisboa: Impressão Régia, 1810. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7405?locale=en>>. Acesso em 08 out. 2019.

³⁰ Cf. SILVA, Edjaelson Pedro da. **O “Lobo da Escócia”, o Culto e a Constituição**: Robert Reid Kalley e as disputas pelo direito de culto no Brasil Império (1855-1873). 2016. 144 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2016.

³¹ Embora considerasse que a participação de católicos na vida política deveria ser maior, dom Luiz Britto pensava não ser adequado aos sacerdotes ocuparem cargos políticos. Discutiremos mais profundamente essa posição no 1º capítulo.

protestantismo, apontando seus “erros” e colocando a Igreja Católica na posição de religião do povo³².

É importante destacar que o socialismo também era uma das preocupações dos eclesiásticos e dos leigos envolvidos no projeto. Entre o fim dos anos 1800 e a primeira metade do século XX houve um esforço da Santa Sé de se opor e divulgar ideias de combate às ideias de esquerda. Nesse contexto, as devoções marianas foram baluartes de oposição a essas ideologias, mormente a de Nossa Senhora de Fátima e as ideias da chamada “Fátima II”³³, que se tornou a principal representação da oposição às ideias de esquerda³⁴.

Umberto Eco aponta 4 regras fundamentais para escolha do tema de pesquisa: que corresponda aos interesses do pesquisador; que as fontes sejam acessíveis; que elas sejam manuseáveis; e que o quadro metodológico esteja ao alcance da experiência do pesquisador³⁵. Acreditamos ter cumprido esses requisitos quando executamos a árdua e prazerosa tarefa da escrita de uma dissertação. Esperamos contribuir com essa dissertação para o debate sobre o estudo das devoções marianas por historiadores. Desejamos ainda que nosso trabalho ultrapasse os limites da academia e seja palatável e acessível a todos aqueles que desejam saber um pouco mais sobre a história do Morro da Conceição e da cidade do Recife.

Nesse sentido, alguns questionamentos guiaram a nossa investigação e as perguntas que fizemos às fontes: 1. Qual era a situação do catolicismo na cidade do Recife e sua relação com a política no início do século XX? 2. Como foi inventada a devoção a Nossa Senhora da Conceição no Morro da Boa Vista e quais indivíduos estavam envolvidos no projeto? e 3. De que forma se desenvolveu o espaço devocional do Morro da Conceição, quais projetos pensados para o local pela

³² A Ciência Política e as Ciências Sociais atribuem vasto leque de significados ao conceito “povo”. Aqui o utilizamos como palavra que pretende representar uma multidão e até mesmo a totalidade. RIVAS, Xosé Luís Barreto. Povo. In: MARQUES, António; CAMPOS, André Santos. (coord.) **Dicionário de Filosofia Moral e Política**. 1.ª série. Lisboa: Instituto de Filosofia da Nova, 2012.

³³ Carlos André Silva de Moura ressalta que os estudiosos das aparições de Fátima apontam dois momentos das mensagens supostamente reveladas pela Senhora a Lúcia de Jesus (1907-2005), Francisco Marto (1908-1919) e Jacinta Marto (1910-1920), “pastorinhos de Fátima”: no primeiro momento – Fátima I – as mensagens tratam da recristianização de Portugal até os anos 1930; já o segundo – Fátima II – trata do combate ao comunismo e a internacionalização do culto. Cf. MOURA, Carlos André Silva de. “Não tenhas medo”: a formação de uma cultura visionária em Portugal e suas práticas e representações no Brasil (1917-1940). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p.561-585, 2016.

³⁴ Idem.

³⁵ ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. 13ª ed. Queluz de Baixo: Editorial Presença, 2007. p. 33.

Diocese de Olinda e como se desenvolveu a festa de rua? Essas indagações ofereceram o Norte para a nossa pesquisa, mas não ignoramos outras questões que surgiram durante o diálogo com as fontes ao longo do estudo.

Investigamos uma devoção católica no Recife de início do século XX até meados da década de 1920, quando o Recife modernizava as suas vias, seus costumes e sua gente. Por vezes foi necessário nos deslocarmos espacial e temporalmente para compreendermos os acontecimentos que influenciaram os nossos personagens. O fato de o catolicismo estar presente em vários países e ter enfrentado desafios semelhantes aos encontrados no Brasil foi o principal fator para nossas viagens no tempo e no espaço.

Desenvolvemos nossa pesquisa dentro dos debates teórico-metodológicos da História Cultural das Religiões, estabelecendo também diálogos com paradigmas diferentes. Embora não seja uma descoberta recente, a História Cultural foi revista após a “virada cultural” dos anos 1970 e 1980, dando origem à Nova História Cultural, expressão que entrou em uso no final da década de 1980³⁶. Nesse período, e também na década de 1990, os historiadores se aproximaram da visão de cultura dos antropólogos e, além disso, passaram a analisar sob a perspectiva da cultura temas como política e economia.

Segundo Peter Burke, o terreno dos historiadores culturais pode ser definido como o da preocupação com os símbolos e suas interpretações³⁷. Além disso, o campo da História Cultural também é rico em abrigar diferentes possibilidades de tratamento aos objetos estudados³⁸. Roger Chartier aponta que o principal objetivo da História Cultural é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.”³⁹ Essa dimensão da História é, portanto, fundamental para compreensão e realização de estudos sobre história das religiões.⁴⁰

Ao falar da história da leitura, Roger Chartier argumenta que uma fenomenologia da leitura universaliza o ato de ler apagando suas modalidades

³⁶ BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 68.

³⁷ BURKE, 2008, p. 10.

³⁸ BARROS, José D'Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**, vol. 11, n. 1/2, p.145-171, 2003. p. 145.

³⁹ CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Miraflores: DIFEL 82, 2002, p. 16.

⁴⁰ MOURA, Carlos André Silva de. As religiões e o ensino de História. In.: BUENO, A. et al. (org.). **Aprendizagens Históricas**: debates e opiniões. União da Vitória/Rio de Janeiro: LAPHIS/Edições especiais Sobre Ontens, 2018, p. 34.

concretas, já uma história das maneiras de ler busca identificar “as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores e as tradições de leitura.”⁴¹ O mesmo se aplica ao estudo das religiões: uma abordagem a partir da fenomenologia ignora especificidades, busca uniformizar no tempo e no espaço eventos distintos, observa as religiões no singular, como se uma única religião estivesse na origem das demais. Observar a religião como algo transcendente e intrínseco ao homem (*homo religiosus*) também são características da fenomenologia religiosa, e essas inferências fogem ao nosso campo de estudos e análise. Por ser a cultura o objeto específico do historiador, ela não pode ser posta de lado durante a análise de uma religião⁴². Nessa perspectiva, escolhemos por não utilizar uma abordagem fenomenológica das religiões, pois tal perspectiva “*opera contra e apesar da história*”⁴³. Oferecemos, então, ao nosso trabalho uma perspectiva que historiciza o acontecimento religioso, desobjetivando-o e tornando-o objeto de pesquisa histórica.

O estudo científico das religiões resulta de um processo de dessacralização do conceito de religião que teve início no século XVI, com a eclosão das reformas religiosas na Europa e o conseqüente fim da unidade cristã no continente⁴⁴. As reformas foram fundamentais, segundo Michel de Certeau, para que as religiões deixassem de ser a única forma de explicar o mundo⁴⁵. A historiadora Eliane Moura da Silva observa que a partir do ano de 1925 surgia na Itália uma nova tradição intelectual que se propôs a ressaltar a historicidade dos fatos religiosos⁴⁶. Em 1973 essa corrente recebeu o nome de Escola Romana de História das Religiões e seu maior expoente foi Raffaele Pettazzoni, que defendia que “toda religião seria um produto histórico culturalmente condicionado pelo contexto e capaz de condicionar o próprio contexto.”⁴⁷

⁴¹ CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, 1991. p.173-191. p. 178.

⁴² AGNOLIN, Adone. **História das Religiões**: perspectiva histórico-comparativa. São Paulo: Paulinas, 2013. p. 183.

⁴³ AGNOLIN, 2013, p. 178. Grifo do autor.

⁴⁴ Cf. HERMANN, Jaqueline. História das Religiões e Religiosidades. In.: CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. **Domínios da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. BELLOTTI, Karina Kosicki. História das Religiões: conceitos e debates na era contemporânea. **História**. Questões e Debates, v. 55, p. 13-42, 2011.

⁴⁵ CERTEAU, Michel de apud BELLOTTI, 2011, p. 16.

⁴⁶ SILVA, Eliane Moura da. História das Religiões: algumas questões teóricas e metodológicas. In.: MOURA, C. A. S., et al. (org.). **Religião, cultura e política no Brasil**: perspectivas históricas. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2011, p. 15.

⁴⁷ SILVA, 2011, p. 16.

O historiador Vittorio Lanternari aponta que “os fenômenos religiosos são objeto de estudo e podem ser justificados, na medida em que se consegue determinar-lhes historicamente a origem e o desenvolvimento, reportando de modo sistemático as manifestações religiosas às condições históricas concretas.”⁴⁸ Além disso, Lanternari destaca que não se pode escrever uma história das religiões sem uma visão da vida cultural no seu todo, ressaltando a importância de uma análise da religião a partir de uma perspectiva cultural⁴⁹. É esse ponto de vista que nos permite pensar em invenções em termos de fenômenos religiosos. De acordo com o historiador Nicola Gasbarro, as culturas podem “inventar” arbitrariamente seus próprios ídolos⁵⁰.

Essas invenções, ainda segundo Gasbarro, ocorrem a partir de práticas e códigos culturais inseridos na comunidade na qual ocorrem, estando insertos também na ortodoxia católica⁵¹. Nesse sentido, embora as ortopráticas tenham sua origem em um conjunto de práticas e ritos preexistentes do catolicismo, elas tratam de novas ideias, novos ritos, normas de conduta e ídolos que estão ligados à ortodoxia. A partir das propostas da História Cultural, compreendemos esses processos de apropriação e resignificação do sagrado como novas invenções, embora partam de um conjunto de ideias preexistentes. Além disso, esse termo também compreende as produções devocionais, não com o único objetivo de buscar suas origens, mas compreender como aconteceram em determinado momento histórico, quais as negociações que ocorreram entre os fiéis e membros da hierarquia católica para que elas se tornassem possíveis e os demais aspectos, como os fatores políticos e sociais, envolvidos quando da emergência das mesmas. Ainda que nesse processo de pesquisa as origens se tornem conhecidas, revelá-las não é o fim último. É importante, principalmente, reconhecer quais as condições em um campo de forças e qual relação de forças⁵² possibilitaram o surgimento do culto mariano que estudamos nesse trabalho.

Em uma pesquisa que se debruça sobre devoções, não se pode desconsiderar como um dogma, uma norma, uma devoção faz sentido para aqueles

⁴⁸ LANTERNARI, Vittorio. **As religiões dos oprimidos**: um estudo dos modernos cultos messiânicos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974, p. 10.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ GASBARRO, 2013, p. 99.

⁵¹ Idem.

⁵² PEIXOTO, Renato Amado. “Duas palavras”: os holandeses no Rio Grande e a invenção da identidade católica norte-rio-grandense na década de 1930. **Revista de História Regional**, v. 19, n. 1, 2014, p. 39.

que os recebem e praticam. Michel de Certeau nos ajudou a pensar como os fiéis recebem as normas que lhes são ensinadas: utilizando uma metáfora, Certeau declara que “as *maneiras de utilizar o espaço* fogem à planificação urbanística [...]”⁵³. Ou seja, embora um urbanista possa planejar um local, ele não pode determinar os usos que serão dados por aqueles que irão usufruir dele. O mesmo ocorre com as religiões: as ortodoxias podem ditar dogmas, doutrinas, ritos, devoções, contudo não são capazes de controlar a recepção e apropriação dos fiéis às normas ditadas. Uma mesma religião ou crença pode ser diversamente compreendida, ritualizada ou manipulada por aqueles que a praticam. Por isso, além de ortodoxia, utilizamos em nossa dissertação o conceito de ortopráticas que, segundo o historiador Nicola Gasbarro, são invenções e reinvenções em termos de práticas religiosas⁵⁴, destacando que as ortodoxias não criam sozinhas as manifestações religiosas⁵⁵. Assim, “as práticas culturais não apenas refletem as identidades sociais, mas atuam em suas construções.”⁵⁶

Os estudos de Roger Chartier sobre História Cultural nos ajudaram a compreender como as representações culturais, sobretudo as relações de força entre elas, atuam na construção de identidades sociais e como são elaboradas por esses grupos. Desta maneira, o autor nos permitiu pensar as representações e as identidades coletivas de maneira conectada. As representações não são, assim, disfarces de grupos sociais, ao contrário, são construídas por esses grupos ao mesmo tempo que eles se constituem através delas⁵⁷. Outrossim, é importante considerar que as religiões são dispositivos de representação de grande força e eficácia⁵⁸, o que as permite agir diretamente na elaboração de condutas e práticas cotidianos, exercendo grande influências na vida de seus fiéis. Em nosso estudo, o conceito de representação permitiu compreender como através da representação de Maria, figura importante para os fiéis católicos, a Igreja buscou fazer reconhecer seu poder sob a capital pernambucana.

⁵³ CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2012, p. 233.

⁵⁴ GASBARRO, Nicola. Missões: a civilização cristã em ação. In: MONTEIRO, Paula (org.). **Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006, p. 71.

⁵⁵ GASBARRO, 2006, p. 85.

⁵⁶ MOURA, 2018, p. 35.

⁵⁷ CHARTIER, Roger. **À beira da Falésia: a História entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002.

⁵⁸ SILVA, Eliane Moura da. Apresentação. In: SILVA, Eliane Moura da; RENDERS, Helmut; CAMPOS, Leonildo Silveira (orgs.). **O estudo das religiões: entre a história, a cultura e a comunicação**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014. p. 15.

Nessa perspectiva, a inserção de nossa pesquisa nesses debates teóricos nos permitiu uma melhor compreensão não somente da construção do espaço de culto e a criação da devoção no Morro da Boa Vista, mas também a maneira segundo a qual foi feita a construção, os usos e as diferentes apropriações dadas pela população. Além disso, pudemos analisar também o surgimento da festa de rua em torno das devoções religiosas. As nossas fontes favorecem essa investigação, uma vez que trazem textos de membros do clero, de fiéis leigos e daqueles que não pertenciam ao catolicismo.

O escritor Mário Sette aponta que uma existência longínqua e apagada do cotidiano de uma cidade pode ser projetada em crônicas, relatos verbais de pessoas idosas, mas, principalmente, nas páginas amareladas dos jornais da época⁵⁹. De fato, encontramos nos jornais que circulavam no Recife no período, pequenos pedaços que, quando reunidos, montam um mosaico que representa a sociedade recifense do começo do século XX, o cotidiano e a sua relação com a Igreja Católica. Analisamos em nosso estudo alguns dos periódicos de grande circulação, como *A Província*, o *Jornal do Recife*, *Jornal Pequeno* e o *Diário de Pernambuco*. Examinamos também *A Tribuna*, o periódico oficial da Diocese de Olinda, que começou a circular no final de 1906 e nos permitiu observar o posicionamento da Diocese frente a temas que lhes eram caros, como antagonizar o catolicismo e outras religiões, a colocando como única religião verdadeira, por exemplo. Foi por meio dos periódicos que a ideia de erguer o monumento no Morro da Boa Vista foi amplamente divulgada para a sociedade, buscando familiarizá-la com a empreitada e angariar fundos para a execução do projeto. Pensando os jornais como espaços de sociabilidade, percebemos sua importância no desenvolvimento do projeto da Diocese.

Além dos periódicos, outros documentos foram utilizados em nossa pesquisa. Entre eles, fontes governamentais, pontifícias e paroquiais, cartas pastorais e pessoais de membros da Comissão Central de Festa, responsável pela erigição do monumento no Morro da Conceição. O *Decreto 119-A* e a *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* de 1891 elucidam como se deu a separação legal entre o Estado e a Igreja após a derrubada do Trono imperial e o nascimento da República brasileira. Embora possa se perceber os vários catolicismos, é necessário

⁵⁹ SETTE, Mario. **Arruar**: história pitoresca do Recife Antigo. 4ª ed. revista e ampliada. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2018.

compreender que essa existência se dá dentro de uma mesma instituição que, por sua vez, atua de modo transnacional, agindo e desenvolvendo projetos em vários países. Muitas vezes as diretrizes de posicionamentos a serem adotados pelo laicato e pelo clero católico foram transmitidas por documentos papais como bulas e encíclicas. A Bula *Ineffabilis Deus*, de promulgação do Dogma da Imaculada Conceição, e a Encíclica *Ad Diem Illum Laetissimum*, que convoca das comemorações dos 50 anos deste Dogma foram fundamentais para a compreensão desta questão em nosso estudo.

Em séculos passados, as Cartas Pastorais eram importante canal de comunicação de um bispo com o clero e os fiéis de suas dioceses, de uma região e até mesmo de um país. Ainda que a grande massa não fosse alfabetizada, logo impossibilitada de ler as Pastorais, a maioria delas eram lidas nas celebrações em igrejas matrizes e capelas, o que facilitava a difusão das ideias defendidas. Assim, as Cartas Pastorais nos ajudaram a compreender os ideais e os projetos para a igreja pensados por Dom Luiz Britto e Dom Sebastião Leme, em suas convergências e diferenças, o modo de articular clero e laicato.

Consultamos as fontes de nossa pesquisa em diversos centros e documentação, como o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), onde estudamos periódicos e plantas da cidade do Recife. O Centro de Documentação e Memória Dom José Lamartine Soares, o arquivo da Arquidiocese de Olinda e Recife (AOR), também foi consultado. Lá também pesquisamos periódicos, além de documentos da Freguesia do Poço da Panela, circunscrição eclesiástica à qual pertencia a região onde foi erguido o monumento à Nossa Senhora da Conceição, e correspondências da Diocese de Olinda. Também consultamos o acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, importante canal de democratização de acesso à documentação. No site da Santa Sé pudemos acessar os documentos pontifícios caros à nossa investigação. Visitamos e consultamos o arquivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, que foi presidido por Dom Luiz Raymundo da Silva Britto entre 1913 e 1915.

Pensando o cenário do Recife no início do século XX, momento em que foi inventada a devoção mariana no Morro do Arraial, com a propagação e desenvolvimento do culto, dividimos a nossa dissertação em três capítulos. No primeiro, debatemos a situação da Igreja Católica no momento da separação com o

Estado, observando questões religiosas e políticas, afinal “[...] o religioso informa em grande parte o político, e também o político estrutura o religioso.”⁶⁰ Entre o segundo quartel do século XIX e o início do século XX, vários países passaram por processos de laicização e secularização, o que gerou reação da Igreja, pensando, principalmente na centralização do poder no papado. Dessa forma, discutimos os projetos pensados para lidar com os processos de secularização enfrentados pela Igreja e como essas ideias chegam ao Brasil. Procuramos, ainda, apreender a situação do catolicismo no Recife do começo dos noventa.

No segundo capítulo, estudamos a invenção da devoção mariana no Morro da Boa Vista no Arraial. Antes foi necessário nos deslocarmos para desenvolver um debate sobre a oficialização do culto à Imaculada Conceição com a anunciação do dogma da Imaculada. Um episódio importante após a definição dogmática foram as aparições marianas em Lourdes, na França, em 1858, onde a representação de Maria supostamente teria proclamado “*Que soy era immaculada councepciou*”⁶¹, de acordo com o que Roma havia declarado quatro anos antes. Apresentamos discussões sobre a Pastoral de 1904, na qual Dom Luiz Britto convocou os fiéis para o festejo jubilar dos 50 anos do dogma da Conceição e sobre os trabalhos da Comissão Central de Festa, a qual foi delegada a função de levar a cabo o projeto de construção de um monumento. Damos especial atenção aos trabalhos da Comissão, de sua formação até o dia 8 de dezembro, quando o monumento foi inaugurado.

Na última parte de nossa dissertação estudamos o desenvolvimento dos outros projetos da Diocese de Olinda para aquele local, como a construção da capela, observamos como era a dinâmica do espaço fora do mês de dezembro e a formação da festa de rua no Morro da Conceição. Antes mesmo da inauguração do monumento, o bispo decidiu que construiria no local uma capela, importante para a realização dos ritos de passagem. Pudemos perceber algumas semelhanças entre esse segundo projeto e o primeiro, como o método de arrecadação de recursos para a edificação do templo, e diferenças, como a menor projeção e visibilidade por parte dos periódicos. A inovação em termos de materiais utilizados e no formato também foi uma convergência encontrada: o 1º projeto em ferro fundido, material moderno,

⁶⁰ COUTROT, Alline. Religião e política. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 335.

⁶¹ “Eu sou a Imaculada Conceição”, em tradução livre.

para representar uma devoção tradicional, instalado no alto de um morro; já o segundo num formato que dialogava com o do primeiro e construído em cimento armado, técnica pioneira no Recife. Além disso, percebemos como a festa de rua cresceu, se desenvolveu e quais os elementos que a formavam.

A partir de nossa pesquisa, esperamos contribuir para o debate historiográfico sobre o culto mariano da Imaculada Conceição na cidade do Recife e sobre o estudo histórico das devoções marianas, um tema ainda pouco trabalhado pela historiografia. Os debates foram desenvolvidos com a utilização de uma vasta documentação, com uma discussão sobre como a empreitada do clero e do laicato de Olinda ultrapassava as barreiras do religioso e almejava um objetivo maior, buscando reafirmar a fé católica, demarcar espaço e angariar fiéis para desenvolver os projetos da Igreja no Recife do início do século XX.

1 “Desapareceu o throno... E o altar?”: a Igreja Católica na transição dos séculos XIX e XX

E eu te declaro: tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja; as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos Céus: tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus.⁶²

Neste capítulo analisamos a situação da Igreja Católica na transição do século XIX para o XX, período no qual alguns Estados nacionais passaram por processos de laicização e secularização. Diante do contexto de cisão de algumas nações com a Igreja, a Santa Sé passou a se articular e traçar estratégias para contenção de danos, retomada e manutenção de poder político e organização dos fiéis em torno dos seus projetos. Desenvolvemos nessa parte de nossa dissertação um estudo sobre os planos da Sé Romana para lidar com a perda de poder entre o fim dos oitocentos e o início do século XX, compreendendo o contexto de projetos internacionais do Vaticano e da derrubada do Trono e do Altar no Brasil em 1889. Além disso, buscamos entender a posição da Diocese de Olinda nesse panorama, o que nos permitiu observar em qual cenário propostas da cúpula eclesiástica para as comemorações do quinquagésimo aniversário do Dogma da Imaculada Conceição de Maria aconteceram.

Perdendo fiéis e influência política desde o século XVIII, a Igreja de Pedro⁶³ buscou se articular nos anos 1800 para que pudesse recuperar fiéis e o poder político perdido nos locais onde isso havia ocorrido e mantê-lo naqueles onde ainda mantinha uma condição confortável. Para compreender o cenário religioso no século XIX é preciso considerar 3 fatores: as reformas religiosas do século XVI, o movimento de ideias filosóficas que florescia na Europa nos séculos XVII e XVIII e a Revolução Francesa, em 1789. As Reformas puseram fim à unidade cristã no continente europeu e marcaram o nascimento de outras religiões cristãs que discordavam do Catolicismo romano. René Rémond também atribui como consequência das reformas religiosas a coincidência entre confissão religiosa e

⁶² Bíblia Sagrada Ave-Maria. Editora Ave-Maria. Edição do Kindle.

⁶³ Idem.

dependência política, pois, à medida que a unidade religiosa se esfacelou em escala continental, renasceu dentro de cada unidade política, reinos ou principados⁶⁴.

Sobre o movimento filosófico dos séculos XVII e XVIII, o autor destaca que se tratava de um protesto à razão, entretanto não era necessariamente uma iniciativa antirreligiosa ou anticristã. O que o movimento buscava, argumenta René Rémond, era trazer para a razão aquilo que a religião tinha submetido a si mesmo, rejeitando a tutela religiosa. Além disso, Rémond defende que a razão teria o direito de examinar tudo, também pedindo a autonomia da sociedade civil. Assim, o movimento carregava consigo as ideais de laicização do Estado, secularização da sociedade e desvinculação do poder civil do religioso⁶⁵.

É necessário destacarmos o que compreendemos por secularização, laicidade e laicismo, conceitos caros às nossas discussões. Por secularização entendemos um processo de longa duração no qual são estabelecidas normas para se reestruturar o universo religioso e a retirada do controle social do poder eclesiástico. Além disso, com a secularização, a religião transfigurou-se em mais uma prática cultural dentre as outras existentes no cotidiano, isto é, deixou de ser a única ou principal forma de explicar o mundo e os eventos que nele ocorriam, concorrendo com outros princípios e com as diversas formas de ver e fazer a sociedade⁶⁶. Durante esse processo, a religião desloca-se da esfera pública para a esfera privada das consciências dos indivíduos⁶⁷. Charles Taylor aponta que a secularização das sociedades na transição do século XIX ao XX foi um desdobramento do processo de modernidade, que podiam ser percebidos nos espaços políticos provenientes da Europa⁶⁸. O Cardeal Tarcisio Bertone, Secretário de Estado de Vaticano entre 2006 e 2013, definiu secularização da seguinte forma:

A nível fenomenológico, por secularização entende-se um processo que caracteriza sobretudo as sociedades ocidentais e é marcado pelo abandono dos esquemas religiosos e de um comportamento de tipo sacral. Historicamente este processo está ligado ao de

⁶⁴ RÉMOND, René. **O século XIX: 1815-1914**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2015. p. 216-229. Embora ao elencar os 3 fatores responsáveis pelo fato religioso no século XIX o autor fale da Reforma, utilizamos o termo no plural, por entendermos que o rompimento com o catolicismo não se tratou de um evento único.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias Cruzadas: intelectuais no Brasil e em Portugal durante a Restauração Católica (1910-1942)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018. p. 48.

⁶⁷ RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Tempo de Ciência**, Toledo, v. 15, n. 30, p. 59-72, 2008. p. 60.

⁶⁸ TAYLOR, Charles apud MOURA, 2018, p. 49.

emancipação da esfera política daquela religiosa e percebe-se a si mesmo como o restabelecimento da razão e daquilo que é razoável. Parece que, separando os valores do Cristianismo, privatizando a fé e tornando a moral autônoma da religião, teriam sido colocadas as bases para construir uma humanidade autenticamente livre e digna.⁶⁹

O discurso do cardeal aponta como principal característica da secularização o afastamento da população das formas religiosas de enxergar e de estar no mundo e a sua substituição pela razão. É importante destacar que os conceitos de secularização e laicidade não devem ser confundidos e tratados como sinônimos. Embora ambos estejam ligados à autonomia social em relação à tutela da religião, são termos distintos⁷⁰. A laicidade é um processo diretamente relacionado com o poder político⁷¹. Cesar Alberto Ranquetat Júnior destaca que “assim como a secularização, a laicização é um processo dinâmico, agonístico, que não pode ser tomado então como algo dado e que ocorra de modo linear e irreversível”⁷². Decorre desse processo a ausência da religião na esfera pública e a neutralidade do poder civil em questões religiosas. O autor frisa, ainda, a necessidade de se contextualizar histórica e socialmente os processos de secularização e laicização analisados, pois não ocorrem de maneira homogênea uma vez que cada país e sociedade têm a sua especificidade⁷³.

Nesse sentido, Carlos André Silva de Moura salienta que em determinados momentos históricos, a secularização, que é um processo mais longo, engloba a laicidade⁷⁴, “[...] pois, se a laicidade é sempre uma secularização, esta nem sempre é uma laicidade”⁷⁵. Em outras palavras, quando ocorre um processo de laicização, ele provém de pensamentos, ideias, ou uma filosofia secular, que almeja o desligamento entre a religião como igreja e determinado Estado; por outro lado, a difusão de tais ideias de desvinculação ou, mais ainda, a migração de atividades anteriormente ligadas ao âmbito eclesial para a esfera civil não pressupõem ou

⁶⁹ BERTONE, Tarcisio. **Discurso do Cardeal Tarcisio Bertone por ocasião do Congresso Internacional sobre “Cristianismo e Secularização. Desafios para a Igreja e para a Europa”**. 29 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/card-bertone/2007/documents/rc_seg-st_20070529_universita-europea_po.html>. Acesso em 18 dez. 2019.

⁷⁰ RANQUETAT JÚNIOR, 2008, p. 60.

⁷¹ RANQUETAT JÚNIOR, 2008, p. 63.

⁷² Idem.

⁷³ RANQUETAT JÚNIOR, 2008, p. 63-64 e 69.

⁷⁴ MOURA, 2018, p. 54.

⁷⁵ BORGES, Anselmo. Prefácio. In: CATROGA, Fernando. **Entre deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica**. 2ª ed. Coimbra: Edições Almedina, 2010, p. 10.

ocasionam o rompimento entre essas duas esferas. O caso da laicização do Estado brasileiro, analisada na segunda parte deste capítulo, ilustra bem essa afirmação. Antes da derrubada do trono e do altar, ritos antes controlados pela Igreja, como sepultamentos e casamentos, passaram a ser controlados por um registro civil, que teve sua implementação contestada, foi alvo de discussões e disputas de grupos contrários e favoráveis. Embora esses debates tenham existido no Brasil, não houve a intenção de impedir os exercícios religiosos ou perseguir clérigos e fiéis, ou seja, não se desenvolveu o laicismo. Este conceito compreende “[...] um processo mais amplo que o da secularização e tem por objetivo o fim das práticas religiosas e o silenciamento das atividades e dos membros da Igreja”⁷⁶. O laicismo, assim como as práticas laicistas, advém da secularização, o que não significa que em um Estado laico haja uma política voltada ao combate das ideias religiosas⁷⁷.

Um dos princípios base da secularização é a soberania do Estado, noção que se originou da Revolução Francesa⁷⁸. Ela foi a primeira revolução a transcrever no direito e na prática as demandas do espírito filosófico⁷⁹, substituindo a religião pela razão e trazendo para o Estado responsabilidades e competências que antes estavam sob o domínio da Igreja. A Revolução tirou da Igreja na França os registros civis, que passaram a ser administrados pelas municipalidades, a assistência social passou a ser uma instituição pública. Os protestantes e judeus, que eram minorias religiosas, passaram a ter igualdade de direitos civis e políticos⁸⁰. Outrossim, René Rémond defende que houve também uma descristianização dos indivíduos, que seria o desinteresse ou afastamento das massas de qualquer crença. A descristianização não se confunde com a laicização, apenas exprime indiferença e desinteresse das pessoas às religiões⁸¹. Isso é algo que não ocorreu no Brasil, onde até meados do século XIX se precisava da Igreja para realização dos ritos de passagem ao nascer, casar e morrer. Além disso, mesmo com a laicização do Estado brasileiro após a Proclamação da República, a maioria da população ainda era religiosa.

Eric Hobsbawm aponta que a descristianização se difundiu entre as classes instruídas entre o final do século XVII ou início do XVIII, ressaltando ainda que a

⁷⁶ MOURA, 2018, p. 58.

⁷⁷ MOURA, 2018, p. 53.

⁷⁸ MOURA, 2018, p. 57.

⁷⁹ RÉMOND, 2015, p. 222.

⁸⁰ RÉMOND, 2015, p. 223.

⁸¹ RÉMOND, 2015, p. 227.

tendência de 1789 a 1848 foi de crescente secularização⁸². Alípio Casali aponta que no ano de 1808 Roma estava ocupada por Napoleão e Pio VII (1742-183) estava à mercê dele. Após a derrota de Napoleão, o Papa buscou restaurar os Territórios Pontifícios, recorrendo à Inglaterra para recompô-los. Para Casali, a Cúria romana traçava um projeto de grande alcance buscando unificar a autoridade doutrinal e disciplinar em torno do Papa, de modo a restaurar o poder do Pontífice sobre a Igreja no mundo inteiro, e a recomposição dos Territórios Pontifícios era um dos elementos desse projeto. “Os ideais liberais e, mais tarde, positivistas, por um lado, e os movimentos reacionários monarquistas, por outro, passaram a ameaçar a unidade da Igreja.”⁸³ Desse modo, Cúria romana passou a se articular para ir de encontro e combater essas tendências contrárias que colocavam em risco a efetivação de seus projetos⁸⁴.

Ademais, durante o século XIX, o Papado condenou por diversas vezes os “males” que lhes eram contemporâneos. Em 15 de agosto de 1832, Bartolomeo Alberto Cappelari, o Papa Gregório XVI (1765-1846), apresentou a encíclica *Mirari Vos*, na qual exibia e condenava os principais males seu tempo. Já em 1864, Pio IX, sucessor de Gregório XVI, publicava a encíclica *Quanta Cura*, tratando dos principais “erros” da época. A carta trazia como anexo o *Syllabus*, documento que complementava a *Quanta Cura* e elencava os principais “erros” por ela citados e apresentava propostas para enfrentá-los. Embora a *Mirari Vos* não tenha alcançado a projeção desejada por Gregório XVI, a *Quanta Cura* e o *Syllabus* lograram êxito quanto à repercussão e também na decisão da adoção de uma postura mais ativa e organizada que permitisse a luta contra as doutrinas que contrariassem os princípios do catolicismo, ao mesmo tempo em que se buscava retomar influência política nos locais onde ela perdera espaço para o racionalismo e o liberalismo.

Nesse capítulo debatemos como a Santa Sé enfrentou os princípios que emergiram e se tornaram obstáculos para a efetivação de seus projetos. Os documentos pontifícios publicados por Gregório XVI e Pio IX que criticavam duramente os “males” da modernidade foram fundamentais para nossa análise por nos permitir depreender o posicionamento da Cúria romana nesse sentido e dos pontífices. Para combater o racionalismo, o liberalismo e a crescente secularização,

⁸² HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções, 1789-1848**. 36ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. p. 341-346.

⁸³ CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 55.

⁸⁴ Idem.

os projetos da Cúria romana precisavam de adesão dos prelados dos mais diversos países e, uma vez que houvesse a adesão, era necessário haver uma adaptação, pois a religião encontra especificidades locais, o que impede que projetos religiosos sejam transplantados e aplicados do mesmo modo como foram pensados.

Por isso analisamos também como esses pensamentos foram recebidos no Brasil e a situação da Igreja no Brasil no fim dos anos 1800 e início do século XX, na transição entre o período imperial para o republicano, que trouxe importantes mudanças para o clero, os leigos e para a instituição. A proclamação da República tornara o Estado brasileiro laico. À medida que o catolicismo perdia amparo estatal, se libertava das amarras impostas pelo padroado régio, que vinha atrofiando a instituição, impedindo expansão, criação de vagas em seminários e criação de novas circunscrições eclesiásticas. Estudamos também a conjuntura da Igreja no Recife no início do século XX para compreender o contexto no qual foi inventada a devoção a Nossa Senhora no Morro da Boa Vista em 1904, ideia que foi gestada no chamamento para as comemorações feito pela Santa Sé ainda em 1903.

1.1 “E as portas do inferno não prevalecerão”: estratégias da Santa Sé contra a secularização e a perda de poder político

Com o avanço de políticas e opiniões contrárias aos ideais do catolicismo, desenvolvidas, sobretudo, após a Revolução Francesa, a Igreja perdia cada vez mais espaço na sociedade. Matérias como o reconhecimento dos casamentos, a educação, a liberdade de expressão, a administração dos cemitérios passou a ser geridas pelo poder civil, cabendo à Igreja controlar aquilo que era de competência espiritual, como a doutrina, questões de fé e de culto⁸⁵.

No século XIX, houve um movimento de reação coordenado pela Sé Romana, no qual ela buscava divulgar seu posicionamento por meio de documentos publicados e combater das doutrinas contrárias ao catolicismo ou as que ele enxergava como ameaçadoras. Essa prática ganhou maior evidência e articulação no pontificado de Pio IX. Entretanto, Gregório XVI já ensaiava essa reação quando condenara os “males” do seu tempo na encíclica *Mirari Vos* e nela apresentava

⁸⁵ RAMBO, Arthur B. Restauração Católica no Sul do Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 36, p. 279-304, 2002. p. 286.

saídas para enfrentá-los. Ao longo da carta, o Pontífice apontava também o que dizia a doutrina católica para correção desses males⁸⁶.

Gregório XVI ressaltava o decréscimo de influência religiosa em matérias de ordem temporal, assuntos estes que os Estados agora regulavam sem mais precisar da chancela da Igreja. Para ele, além de diminuir a religião católica, as novas formas de enxergar o mundo colocavam as pessoas contra a religião. O Papa afirmava que

A autoridade divina da Igreja é contestada e, pisoteados seus direitos, querem submetê-la a razões terrenas; com suprema injustiça, querem torná-la odiosa para os povos e reduzi-la a uma torpe servidão. Enquanto isso, a obediência devida aos bispos é quebrada e sua autoridade é pisada. As Academias e Escolas ecoam horrivelmente novas opiniões monstruosas, com as quais a Fé Católica não é mais secretamente atacada por meios subterrâneos, mas uma guerra horrível e nefasta se move abertamente e sob os olhos de todos. De fato, as almas dos jovens estudantes são corrompidas pelos ensinamentos cruéis e pelos piedosos exemplos dos preceptores, o fracasso da religião e a perversão pervertida dos costumes se expandiram amplamente. Abalados de tal maneira o freio da santa Religião, que é a única sobre a qual os Reinos são mantidos firmes e a força e a autoridade de todo domínio são mantidas, a subversão da ordem pública e a decadência dos Principados aumentam a destruição de todo poder legítimo.⁸⁷

É possível notar no discurso do religioso a sua preocupação com a posição na qual a religião estava sendo colocada, que ocasionava uma perda de autoridade dos prelados e da própria instituição. Também é possível observar uma crítica ao ensino laico, pois agora fora da tutela da Igreja, na visão do religioso, pensamentos contrários à religião poderiam circular livremente nas escolas.

O religioso defendeu ser o catolicismo a pedra sobre a qual deveria estar fundada a autoridade dos reinos e principados. Ou seja, o Papa argumentava que havia a necessidade de que os líderes políticos aderissem ao catolicismo para que de fato tivessem autoridade e o direito de exercê-la sobre seus subordinados. Gregório também se dedicou a condenar a liberdade de consciência, de imprensa e o casamento não católico. A liberdade de consciência, argumentava o Pontífice, seria causa do desprezo pelas coisas sagradas, portanto deveria ser repelida. Já a de imprensa, por sua vez, foi repreendida veementemente. O Papa acreditava que a

⁸⁶ GREGÓRIO XVI. **Carta Encíclica *Mirari Vos***. 15 de agosto de 1832. Disponível em: <<http://www.vatican.va/content/gregorius-xvi/it/documents/encyclica-mirari-vos-15-augusti-1832.html>>. Acesso em 16 dez. 2019. Tradução livre.

⁸⁷ GREGÓRIO XVI, 1832.

liberdade de imprensa nunca era condenada o suficiente, pois levava malefícios ao povo cristão, uma vez que o conteúdo produzido poderia contrariar os princípios da fé católica. Como importante rito de passagem que era, o casamento também foi abordado na *Mirari Vos*. O eclesiástico argumentava que o matrimônio estava ligado às coisas sagradas, portanto, sob tutela da Igreja, não do poder civil, além de defender a indissolubilidade matrimonial⁸⁸. Com o casamento sob tutela do Estado, a Igreja perdia o controle sobre um dos ritos de passagem, de modo que as pessoas não precisariam mais da religião para realizá-lo.

Havia na *Mirari Vos* um clamor aos bispos para que mantivessem a fé e se unissem ao Papado. Nas palavras do líder da Igreja Católica, “Também é dever de todo bispo manter-se fiel à Cátedra de Pedro, manter santo e escrupulosamente o depósito da Fé e alimentar o rebanho de Deus que lhe foi confiado.” O Pontífice citava, ainda, um escrito de São Cipriano sobre a unidade da Igreja para alertar aos prelados a importância de se manterem unidos à Sé Romana, “falsamente confia estar na Igreja quem abandona a Cátedra de Pedro, sobre a qual a Igreja está fundada”.⁸⁹ Nota-se nesse trecho o aspecto ultramontano do pensamento de Gregório XVI.

A palavra ultramontanismo é polissêmica e já foi empregada para definir processos distintos. Segundo Ítalo Santirocchi, o conceito deriva do latim *ultra montes*, que significa “para além dos montes”, dos Alpes. No século XIX o ultramontanismo foi um movimento de reação da Igreja Católica a correntes políticas, eclesiásticas, teológicas e à secularização da sociedade. O autor argumenta que podemos resumir-lo nos seguintes pontos: fortalecimento da autoridade pontifícia sobre igrejas locais; reafirmação da escolástica; reestabelecimento da Companhia de Jesus (1814); e definição dos perigos que rondavam a Igreja⁹⁰. Foi a partir da *Mirari Vos* que as tendências liberais que se desenvolviam no interior do ultramontanismo, principalmente as vindas da Alemanha, foram combatidas⁹¹.

Ainda que aborde todas essas questões de modo incisivo, a *Mirari Vos* não ganhou tanto alcance e repercussão após sua publicação. Os “erros” condenados

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. **Temporalidades**, Belo Horizonte, vol. 2, n. 2, p. 24-33, 2010. p. 24.

⁹¹ SANTIROCCHI, 2010, p. 25.

por Gregório XVI eram enxergados como avanços, liberdade, e encontravam cada vez mais espaço dentro da sociedade. Antonio Gasparetto Júnior defende que a realidade europeia não favoreceu a recepção da encíclica. O autor argumenta também que não foi apenas na Europa que a recepção, relatando o caso de Dom Romualdo Antônio de Seixas (1787-1860), Arcebispo de São Salvador e Primaz do Brasil (1827-1860), que também tinha atuação política e seguia tendências liberais, contrariando, portanto, os pedidos do Papa na encíclica⁹². Ainda assim, a sua publicação marcou o início de um posicionamento mais defensivo da Igreja contra o avanço do liberalismo, do positivismo e da secularização⁹³.

Em 8 de dezembro de 1864, 10 anos depois de proclamar o dogma da Imaculada Conceição de Maria, Pio IX publicou a encíclica *Quanta Cura* e seu anexo, o *Syllabus*. A carta atualizava as preocupações e condenações apresentadas por Gregório XVI, além de tratava também tratar de outras questões eclesiais. Além disso, se na encíclica de 1832 a Santa Sé adotava uma postura defensiva, na *Quanta Cura* e no *Syllabus* o Papado confrontava o liberalismo, a democracia, as liberdades de imprensa e de consciência, a ciência, o racionalismo e a modernidade. No início de sua carta, Pio IX reconheceu o esforço de seus predecessores em elencar e condenar as heresias que afrontavam a doutrina católica. Afirmara o religioso:

Portanto, nossos predecessores de saudosa memória, com força apostólica, resistiram continuamente às maquinações nefastas de homens injustos que, espirrando como as ondas do mar feroz, espumavam suas falácias e prometiam liberdade enquanto eram escravos da corrupção, com suas opiniões enganosas e com seus escritos muito perniciosos tentaram destruir os fundamentos da religião católica e da sociedade civil [...].⁹⁴

Pio IX reconheceu o esforço de seus antecessores em lidar com os “enganos” que lhes eram contemporâneos, entretanto, defendeu a necessidade de, além de alertar o laicato e o clero, combater os “erros” em si e a fonte de onde emanavam. As críticas à secularização da sociedade e à laicidade dos Estados se faz presente

⁹² GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. O contexto histórico da Encíclica *Mirari Vos*. **Revista Estudos Filosóficos**, São João del-Rey, n. 3, p. 43-56, 2009. p. 44 e 54.

⁹³ SANTIROCCHI, 2010, p. 25.

⁹⁴ Pio IX. **Encíclica *Quanta Cura***. 8 de dezembro de 1864. Disponível em: <<http://www.vatican.va/content/pius-ix/la/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembris-1864.html>>. Acesso em 17 dez. 2019. Tradução livre.

em toda a encíclica, como também no *Syllabus*. Além de condenar a separação em si, a desaprovação se dirigia também aos que defendessem esse princípio.

O erro número 55 demonstrava o descontentamento com a separação do poder eclesiástico com o temporal: “A Igreja deve ser separada o Estado, e o Estado da Igreja.” A igualdade religiosa também gerava um incômodo ao Pontífice, que defendia ser o catolicismo a verdadeira religião e todas as outras falsas enquanto apontava que somente nele os fiéis poderiam alcançar a almejada salvação de suas almas. O “erro” de número 80 consistia na afirmação de que “O pontífice romano pode e deve reconciliar-se e chegar à composição com o progresso, o liberalismo e a civilização moderna”, deixando evidente a oposição da Santa Sé ao liberalismo e à modernidade. A primazia do romano pontífice sobre as demais igrejas do mundo também é defendida e ressaltada na *Quanta Cura* e o pensamento contrário a esse é apresentado como um dos enganos modernos: “37º Podem ser estabelecidas Igrejas Nacionais que não estão sujeitas à autoridade do Romano Pontífice e completamente separadas.”⁹⁵

A *Mirari Vos* e a *Quanta Cura* possuem mais uma similaridade que merece destaque: ambas foram publicadas em datas de festividades marianas. A primeira foi editada na Basílica de Santa Maria Maior na solenidade da Assunção da Virgem Maria. Já a segunda em São Pedro na comemoração dos 10 anos de definição dogmática da Imaculada Conceição de Maria. Na primeira, Gregório XVI exortava aqueles a quem a carta se dirige a implorarem a Maria que, segundo ele, venceu sozinha todas as heresias, sua intercessão para enfrentarem os desafios que a Igreja passava naquele momento⁹⁶. Já Pio IX também conclamava para que rogassem a Maria, pessoa que ele defende estar sentada à direita de Jesus de Nazaré e que pode alcançar dele todos os graças pedidas.⁹⁷ Alípio Casali argumenta que as encíclicas *Mirari Vos*, *Quanta Cura* e seu anexo o *Syllabus* e a *Pascendi*⁹⁸ “[...] variam de intensidade na abrangência da “condenação” ou “alerta contra” os exageros modernistas. São todas, pois, de caráter agressivo e defensivo.”⁹⁹

Além de se lançarem contra ensinamentos e filosofias contrárias às da Igreja, era necessário que houvesse uma organização para enfrentar de maneira articulada

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ GREGÓRIO XVI, 1832.

⁹⁷ PIO IX, 1864.

⁹⁸ A encíclica *Pascendi Dominici Gregis* de Pio X foi divulgada em 8 de setembro de 1907 e trata das doutrinas modernistas, estabelecendo diálogo com as cartas publicadas por Pio IX e Leão XIII.

⁹⁹ CASALI, 1995, p. 33.

esses empecilhos à sua manutenção em posição de influência nas decisões civis, políticas e à manutenção dos seus fiéis que não mais dependiam da religião ao nascer, casar e morrer. Desse modo, no pontificado de Pio IX, após a edição da *Quanta Cura*, do *Syllabus* e o Concílio Vaticano I (1869-1870), passou-se a fomentar a ideia de um pensamento recatolizador¹⁰⁰. Arthur B. Rambo argumenta que por conta do cenário adverso, a Igreja precisou repensar o seu lugar no cenário histórico mundial. Destaca que “a saída que encontrou caracteriza-se por um retorno à concepção mística eclesiástica da Idade Média e da ortodoxia doutrinária, litúrgica e disciplinar do Concílio de Trento.” A Igreja executa o projeto da restauração católica buscando garantir seu lugar no contexto político e social no qual se encontrava¹⁰¹.

A restauração católica tinha como norte a volta ao catolicismo tridentino sob a autoridade do romano pontífice¹⁰². É importante destacar que o movimento não teve uma única roupagem e, como é comum em projetos políticos e religiosos, foi adaptado às realidades encontradas nos locais onde seria desenvolvido. Também não foi uma via de mão única na qual a Santa Sé idealizava as estratégias a serem executadas pelos prelados em suas dioceses.

Os princípios recatolizadores não aceitavam qualquer tipo de interferência do Estado laico na Igreja.¹⁰³ O contrário não se aplicava, pois havia, algumas vezes, a necessidade de se combater a ideais contrários ao catolicismo e de promover pautas católicas ocupando cargo políticos, ligados ao Estado. Assim, no início do século XX, o conceito de restauração católica se fundamentou “no tradicionalismo, na ordem política e religiosa, que tinham como objetivo o combate à desordem social representadas nas propostas anticatólicas, no pensamento moderno e na perda de espaço de discursos do clero.”¹⁰⁴ Observamos que essas mesmas questões que alicerçaram a recristianização no século XX, também a embasavam na segunda metade do século XIX.

Além de propagar um pensamento e incentivar projetos recatolizadores, o pontificado de Pio IX também foi marcado pela centralização e afirmação dogmática do primado do bispo de Roma sobre a Igreja, do seu papel de juiz supremo dos fiéis

¹⁰⁰ MOURA, 2018, p. 63.

¹⁰¹ RAMBO, 2002, p. 286-287.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ MOURA, 2018, p. 63.

e da infalibilidade papal em seus pronunciamentos *ex-cathedra*¹⁰⁵. Essa definição se deu por meio da *Constituição Dogmática Pastor Aeternus*, fruto do Concílio Vaticano I, publicada na sessão pública celebrada solenemente na Basílica Vaticana em 18 de julho de 1870. O documento destaca:

E como os portões do inferno estão cada vez mais furiosos contra seu fundamento, desejado por Deus, como se quisesse, se possível, destruir a Igreja, acreditamos ser necessário, para a custódia, a segurança e o crescimento do rebanho católico, com a aprovação do Conselho Sagrado, para propor a doutrina relativa à instituição, perenidade e natureza do sagrado primado apostólico, no qual se baseiam a força e a solidez de toda a Igreja, como uma verdade de fé a ser adotada e defendida por de todos os fiéis, de acordo com a crença antiga e constante da Igreja universal, e de rejeitar e condenar os erros contrários, tão perigosos para o rebanho do Senhor.¹⁰⁶

A Constituição Dogmática afirmava, ainda, que “segue-se que quem sucede a Pedro nesta presidência, em virtude da instituição do próprio Cristo, obtém a primazia de Pedro sobre toda a Igreja.”¹⁰⁷ Afirmar dogmaticamente a infalibilidade do bispo de Roma acentuava a importância de sua figura para o catolicismo de maneira geral. Essa Constituição Apostólica também condenava à excomunhão aqueles que se voltassem contra qualquer uma das afirmações que foram nela proclamadas. Esse princípio da fé continuou sendo reafirmado ao longo dos anos por sucessivos líderes da Igreja Católica, até mesmo contemporaneamente. O então Cardeal Joseph Ratzinger, antes de ser eleito Papa e escolher o nome de Bento XVI, afirmava que “o Sucessor de Pedro é a rocha que, contra a arbitrariedade e o conformismo, garante uma rigorosa fidelidade à Palavra de Deus”¹⁰⁸.

Durante o Papado de Leão XIII (1878-1903) a Santa Sé continuou a admoestar energicamente a secularização da sociedade e laicização dos Estados, argumentando que a religião católica era necessária para a sustentação dos

¹⁰⁵ “[...] isto é, quando ele exerce seu cargo supremo como pastor e doutor de todos os cristãos, e em virtude de seu poder apostólico supremo ele define uma doutrina sobre fé e costumes, vincula toda a Igreja, pela assistência divina prometida a ele na pessoa da Igreja.” PIO IX. **Constituição Dogmática Pastor Aeternus**. 18 de julho de 1870. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/i-vatican-council/documents/vat-i_const_18700718_pastor-aeternus_it.html#>. Acesso em 25 dez. 2019. Tradução livre.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ RATZINGER, Joseph. O Primado do Sucessor de Pedro no mistério da Igreja. Considerações. **L'Osservatore Romano**, ed. port., n. 47, 21 de novembro de 1998, p. 6-7. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19981031_primato-successore-pietro_po.html#_ednref17>. Acesso em 25 dez. 2019.

Estados, da autoridade, do poder e para a vida harmônica em sociedade. Na encíclica *Diuturnum Illud*, Leão XIII defendia que a origem do poder civil, assim como, de todo poder humano estava em Deus. O religioso salientava a necessidade de que em uma sociedade civil existisse alguns para governar a multidão, e a desobediência a esses governantes, ainda segundo Leão XIII, seria pecado, justamente por conta do argumento anterior¹⁰⁹. Havendo, entretanto, conflito entre a ordem do poder temporal com os preceitos religiosos, o religioso afirma que deve ser seguida a lei divina, ou seja, as da Igreja. Para o eclesiástico:

Se, portanto, alguém for obrigado a preferir um outro [autoridade do Estado ou vontade divina], ou seja, desconsiderar os mandamentos de Deus ou dos governantes, ele deve obedecer Jesus Cristo, que nos ordena a “dar a César as coisas que são de César e para Deus as coisas que são de Deus” e devem responder corajosamente a exemplo dos apóstolos: “Devemos obedecer a Deus e não aos homens.”¹¹⁰

Assim sendo, a encíclica já sinalizava o reconhecimento do poder civil, salientando sempre que sua origem estava em Deus e não no povo. É importante ressaltar que o Papa não apontava preferência por determinada forma de governo nem defendia o direito divino dos reis, mas apenas apontava que o poder público emana de Deus, independente da forma de governo. Para o Pontífice, afirmar que o poder estava na multidão era assentar a soberania sobre base inconsistente e fraca. Além disso, ele associava as paixões populares à Reforma, afirmando que ela influenciou negativamente a Alemanha, causando rebeliões e foi origem de uma nova filosofia que defendia a soberania popular. “A partir daqui, surgiram esses erros recentes chamados comunismo, socialismo e niilismo, praga vergonhosa e ameaça de morte à sociedade civil.” O eclesiástico, por fim, ressaltava a importância que tiveram os seus predecessores em denunciar os “erros” que lhes eram contemporâneos. Leão XIII também estabelecia um diálogo com o pensamento de seus antecessores no papado ao enfatizar que o poder civil deveria se apoiar na doutrina católica para se sustentar¹¹¹. A afirmação era uma espécie de convite aos líderes civis para que não se afastassem do catolicismo para manterem-se no poder

¹⁰⁹ LEÃO XIII. **Encíclica Diuturnum Illud**. 29 de junho de 1881. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_29061881_diuturnum.html>. Acesso em 7 nov. 2019. Tradução livre.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Idem.

e para aqueles que se afastaram regressassem. O eclesiástico também ofereceu apoio da Igreja aos governantes, independente da forma de governo:

Oferecemos a príncipes e todos os governantes o apoio da Igreja. Exortamos os povos a aproveitarem os bens espirituais que a Igreja lhes fornece. Novamente fazemos aos reis a oferta desse apoio, o mais forte de todos, e os admoestamos veementemente no Senhor para defender a religião, e no interesse do mesmo Estado concede à Igreja a liberdade da qual ela não pode ser privada sem injustiça e perda de todos. A Igreja de Cristo não pode desconfiar de príncipes ou desaprovada pelos povos. A Igreja aconselha os príncipes a exercer justiça e não se desviar nem um pouco de seus deveres. Mas, ao mesmo tempo e de muitas maneiras, fortalece e promove sua autoridade. Reconhece e declara que os assuntos da esfera civil estão sob o poder e a jurisdição dos governantes. Mas em assuntos que afetam simultaneamente, embora por várias razões, o poder civil e o poder eclesiástico, a Igreja quer que proceda de comum acordo e reine entre eles o acordo que evita conflitos desastrosos para ambas as partes.¹¹²

Leão XIII não condenou a separação entre os poderes temporal e religioso, mas apresentava caminhos para a convivência harmônica de ambos, pondo em evidência sempre o importante papel do catolicismo para o sustento e base do poder civil. Há uma mudança de postura da Santa Sé que contrasta até mesmo com o item 55 do *Syllabus*, que condenava a separação de Estado e Igreja. Entretanto, as ideias não se anulam, uma vez que a separação entre os dois poderes continuava sendo vista como um dos “erros” modernos, mas havia a necessidade de recatolizar a sociedade de modo a diminuir a secularização e a união com os Estados que haviam passado por processos de laicização que já havia se tornado um desejo inalcançável¹¹³.

Desse modo, era necessário que a Igreja se organizasse para buscar o espaço que vinha perdendo de outras maneiras. Nessa carta encíclica, a Santa Sé reconheceu a autoridade civil e política, mas a subordinou a Deus, enquanto colocava o catolicismo como religião verdadeira, portanto, representante desse mesmo Deus. Ou seja, os governantes deveriam se submeter à Igreja. Além disso, à medida que submete a natureza do poder de governantes a Deus, fica latente que a Igreja também tem um papel nessa concessão.

¹¹² Idem.

¹¹³ Idem.

O historiador Carlos André Silva de Moura aponta que “as bases da recatolização foram apresentadas em diversos documentos pontifícios.” O autor ressalta, ainda, que nos documentos papais e nas cartas pastorais publicadas pelos bispos, as instituições políticas foram reconhecidas, mas havia elementos que apontavam para a importância da manutenção das tradições católicas e da doutrina¹¹⁴. Além dos documentos divulgados pela Santa Sé, outros editados por bispos e intelectuais católicos auxiliaram a organizar a restauração católica.

No Brasil podemos citar como um dos principais documentos que nortearam a restauração católica a carta *Pastoral saudando sua Archidiocese* de Dom Sebastião Leme, publicada em 16 de julho – dia dedicado à Nossa Senhora do Carmo, padroeira do Recife junto a Santo Antônio – de 1916 no Rio de Janeiro. Nela, o prelado defendia a independência do poder civil do religioso, entretanto defendia também que o Estado reconhecesse as contribuições dadas pelo clero para sua organização cultural, política e social¹¹⁵. O pensamento de Dom Leme afinava-se com o que era proposto pela Santa Sé ainda no século XIX, quando Leão XIII defendia a convivência harmônica entre os dois poderes.

Quatro anos após a publicação da *Diuturnum Illud*, o Papa editou a encíclica *Immortale Dei*, sobre a constituição cristã dos Estados. O documento atualizou aquilo que fora proposto e afirmado na *Diuturnum Illud* à medida que avançou nas proposições e na postura perante as novas conjunturas que eram enfrentadas. As duas cartas encíclicas se complementam. A *Immortale Dei*, defende Carlos André Silva de Moura, foi fundamental para que políticos entendessem que, mesmo com a desaprovação do projeto de secularização, os líderes católicos não se recusavam a conviver em harmonia em um governo laico que reconhecesse a personalidade jurídica da Igreja, garantisse as suas tradições e as práticas culturais. O historiador ressalta também que o reconhecimento das formas de governo, impressa nos documentos pontifícios, não significava passividade política dos líderes católicos¹¹⁶. Na encíclica de 1º de novembro de 1885, Leão XIII ressaltava não ser contrário aos sistemas políticos modernos. Para o eclesiástico:

¹¹⁴ MOURA, 2018, p. 66.

¹¹⁵ Cf. MOURA, Carlos André Silva de. A pastoral de Dom Sebastião Leme em 1916 e o projeto de politização do clero. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 9, n. 25, p. 23-38, 2016.

¹¹⁶ MOURA, 2018, p. 66-67.

Assim, pois, dizer que a Igreja vê com maus olhos as formas mais modernas dos sistemas políticos e repele em bloco todas as descobertas do gênio contemporâneo, é uma calúnia vã e sem fundamento. Sem dúvida, ela repudia as opiniões malsãs, reprovando a inclinação perniciososa para a revolta, e mui particularmente essas predisposições dos espíritos em que já reponha a vontade de se afastar de Deus [...].¹¹⁷

O fragmento acima demonstra abertura da alta cúpula católica para formas de governo modernas. Ademais, o Papa apresentava a Igreja como uma instituição aberta às inovações que surgiam na modernidade, entre elas as políticas, mas não somente. O religioso defendia que a instituição era simpática às inovações no espírito humano, desde que elas não entrassem em rota de colisão com as proposições defendidas pela Igreja. Leão XIII afirmara que a Igreja era entusiasta das inovações que buscassem contribuir para o bem-estar da humanidade, nas esferas das ciências, das culturas, das artes e nas indústrias¹¹⁸.

Leão XIII defendia, também, a participação dos católicos na vida política. Para o Papa, essa participação é justa e importante, pois é fundamental para os interesses da Santa Sé:

Evidentemente é, pois, que os católicos têm justos motivos para participar da vida política; porquanto o fazem e o devem fazer não para aprovar aquilo que pode haver de censurável presentemente nas instituições políticas, mas para tirar dessas próprias instituições, tanto quanto possível, o bem público sincero e verdadeiro, propondo-se infundir em todas as veias do Estado, como uma seiva e um sangue reparador, a virtude e a influência da religião católica.¹¹⁹

Note-se que o Papa defende a inserção de católicos na vida política para utilizarem a própria estrutura do Estado em favor dos interesses e objetivos da Igreja. É possível compreender que o projeto de recatolização não se pautava em um retorno a um passado de união entre o poder religioso e o temporal. Com a sociedade se secularizando cada vez mais e com o aumento do número de Estados que se separavam da Igreja, foi necessário que a Santa Sé repensasse a sua postura e, sobretudo, sua frente de ação para reconquistar o espaço que fora perdido. O incentivo à participação na política almejava que os preceitos católicos

¹¹⁷ LEÃO XIII, 1885.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Idem.

fossem infundidos no Estado e que partissem de dentro da própria organização estatal.

A participação de clérigos católicos na política já era uma realidade em alguns países quando Leão XIII a encorajava. No entanto, a vida política, de clérigos ou de fiéis, teria que seguir as orientações da Santa Sé almejando uma recristianização, não se resumir apenas à ocupação de um cargo eletivo. Também era necessário que existisse uma articulação para que os projetos obtivessem êxito. No Brasil do século XIX a participação de religiosos na esfera do poder político era uma realidade, e alguns clérigos adotavam posições contrárias às da Santa Sé e até mesmo contrária à própria Sé romana como centro da unidade do catolicismo. Alguns desses religiosos seculares que compunham o Parlamento brasileiro no Primeiro Reinado, de tendência anti-ultramontana, quando debatendo sobre a aplicação do direito do padroado ao Imperador do Brasil se posicionaram contra a interferência da Santa Sé em assuntos de política nacional¹²⁰.

O posicionamento desses religiosos demonstra que havia uma fidelidade do clero ao poder imperial maior do que a fidelidade à Roma. Thomas C. Bruneau defende que o estreito relacionamento entre o clero e o Estado se iniciou na colonização. O autor aponta que o padroado e os privilégios que eram consequências dele, o poder do Estado e a relativa fraqueza do papado no período da colonização fez com que a Igreja no Brasil estivesse mais intimamente ligada ao Estado que ao Papa. Ele argumenta também que “por causa do padroado, dos bloqueios de comunicação, das concessões ao Estado e do ‘placet’, Roma se tornou incapaz de exercer autoridade sobre a Igreja do Brasil”¹²¹. O *placet* foi uma grande barreira na comunicação entre a Santa Sé e os católicos no Brasil, sobretudo os bispos. A necessidade de autorização do Imperador para publicação de um documento pontifício no território nacional dificultou o trânsito de ideias entre o Roma e o Brasil. É importante destacar que o *placet* fora condenado por Pio IX no *Syllabus* em sua proposição 28: “Não é lícito aos bispos promulgar cartas apostólicas sem a permissão do governo”¹²². Ainda assim, tecnicamente, a *Quanta*

¹²⁰ OLIVEIRA, Gustavo de Souza. **Aspectos do ultramontanismo oitocentista**: Antônio Ferreira Viçoso e a Congregação da Missão em Portugal e no Brasil (1811-1875). 2015. 256 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. p. 113.

¹²¹ BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Edições Loyola, 1974. p. 34-35.

¹²² PIO IX, 1864.

Cura e o *Syllabus* não existiram no Brasil até a queda do Trono, pois não receberam o *placet* imperial. É importante salientar que esses dois documentos eclesiásticos foram um dos principais divulgados pela Santa Sé no século XIX não apenas no sentido de reafirmar o primado do Papa sobre a Igreja no mundo inteiro, mas também no de apresentar diretivas para a atuação do clero junto ao laicato e às autoridades civis. Dessa forma, houve um prejuízo no que tange a atuação da Santa Sé junto ao clero brasileiro na segunda metade do século XIX. No entanto, as ideias e ideais que fluíam da Sé romana chegavam ao Brasil, fosse por clérigos e religiosos de ordens regulares ou por meio de padres que foram formados no exterior. Lúcio Renato Mota Lima aponta que a província de Pernambuco foi um dos principais locais de repercussão da estratégia centralizadora de Roma¹²³. Assim, ainda com participação na política e *status* de religião oficial, não havia uma articulação para combater a secularização e a laicização de alguns ritos no século XIX e defender os interesses da Cúria romana¹²⁴.

Além de não defenderem esses interesses, não defendiam aqueles que os defendiam. Na década de 1870 ocorreu na Diocese de Olinda um conflito emblemático. A Questão Religiosa foi protagonizada por Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844-1878), da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, e teve proporções nacionais. Também estava envolvido no evento D. Antonio de Macedo Costa (1830-1891), à época bispo do Pará. Thomas C. Bruneau aponta que D. Vital fora denunciado pelos maçons antes mesmo de se tornar bispo de Olinda¹²⁵. Antonio Carlos Vilaça chama atenção para a formação dos dois prelados, que estudaram em *Saint Sulpice*, Versalhes, Toulouse, e impregnaram-se do espírito de Pio IX. Para o autor, “Dom Vital, imbuído desse espírito antiliberal, antimaçônico, trouxe para Olinda o pensamento de Pio IX, isto é, a reação antimoderna.”¹²⁶

A postura de prelado foi, desde o início, de defesa intransigente dos preceitos da Igreja, indo de encontro ao maçons e, quando ele e D. Macedo Costa foram desautorizados pelo poder imperial, o confrontaram, ignorando o padroado e colocando as autoridades eclesiásticas como superiores ao Estado em matérias que

¹²³ LIMA, Lúcio Renato Mota. **O apostolado dos patrões: limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar-religioso em uma fábrica têxtil (Camaragibe, 1891-1908)**. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. p. 51.

¹²⁴ MOURA, 2018, p. 70.

¹²⁵ BRUENAU, op. cit., p. 61.

¹²⁶ VILAÇA, Antonio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 85.

tratassem de fé, o que os rendeu em 1874 condenação a 4 anos de prisão com trabalhos forçados, sendo anistiados um ano depois. É importante destacar que na Assembleia apenas dois membros se manifestaram em favor dos bispos, nenhum deles se encontrava entre o grupo de 5 padres que fazia parte da Assembleia¹²⁷. A Questão Religiosa abalou fortemente as relações entre o Império e a Igreja¹²⁸ e escancarou como era distinto o posicionamento dessas alas do clero.

Alípio Casali menciona que após a Independência (1822), duas correntes defendiam a necessidade de uma reforma na Igreja Católica no Brasil: a primeira, que teve como principal articulador o padre Antônio Feijó, optava pela criação de uma igreja nacional, dirigida por um Concílio Nacional, abolição do celibato sacerdotal; já a segunda defendia a re-centralização da Igreja em torno de Roma e do Papa. Nas últimas décadas do período colonial e no Primeiro Reinado, a Igreja manteve um caráter nacionalista. Já na metade do século XIX, a tendência ultramontana começou a tomar força, de modo que a segunda corrente saiu vitoriosa¹²⁹.

Entretanto, Gustavo de Souza Oliveira aponta que o posicionamento do padre Feijó não era pela criação de uma instituição religiosa nacional, ao invés disso, defende o autor, seu intento era implantar uma Religião Civil. Ele aponta que a interpretação do religioso era de que a religião deveria contribuir com a política, sendo por ela tutelada, tornando-se uma instituição de Estado. Gustavo Oliveira argumenta ser possível estabelecer um vínculo entre as ideias do padre com a interpretação de Religião Civil proposta por Rousseau, na perspectiva de que, para esse filósofo, existiam 3 tipos de religião: a do homem, sem templos e altares ou um governo específico; a do cidadão, regida por códigos e leis, sendo considerados infiéis todos aqueles que os desrespeitam; e a que impõe duas legislações, impedindo uma pessoa de ser devota e cidadão ao mesmo tempo. E é nesta última opção que o cristianismo romano se inseriria. A terceira opção, aponta o autor, seria a pior entre as três, por separar religioso e civil. Nessa ótica, Gustavo Oliveira ressalta que Fernando Catroga destacara o esforço de Rousseau para criar uma ideia de Religião Civil, unindo a do homem à antiga, reparando, assim, um defeito do

¹²⁷ BRUENAU, 1974, p. 63.

¹²⁸ SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife. 2003. 216 f. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. p. 100; CASALI, 1995, p. 64-66.

¹²⁹ CASALI, 1995, p. 59-60.

cristianismo, de modo que os servos do Estado também seriam servos de Deus¹³⁰. “Em síntese, Pe. Feijó não era um reformista, suas propostas e ações coincidiam com um momento conturbado do Império, revoltas regionais e embates políticos diversos durante o primeiro Império e a Regência.¹³¹” O autor conclui afirmando que “O catolicismo como Religião Civil parecia ser o caminho apropriado para uma pacificação e formação da identidade nacional brasileira”¹³².

Desse modo, nos parece que os apontamentos apresentados por Gustavo de Souza Oliveira quanto ao posicionamento do pe. Feijó confirmam que o desejo do clérigo era fortalecer o Estado, não se resumindo a adotar uma postura divergente da dos ultramontanos e confrontá-los. Se no pós-independência houve essas disputas entre clérigos ultramontanos, liberais e defesa da criação de uma Religião Civil para o fortalecimento da nação, com a chegada do regime republicano as preocupações seriam outras, uma vez que a ascensão da República trouxe várias incertezas para os eclesiásticos, que ficariam numa posição delicada, mas que foi bastante importante para a autonomia institucional e financeira da organização, além do diálogo mais afinado com a Sé Romana, o que propiciaria um melhor alinhamento para execução de projetos de recristianização da sociedade e do clero.

1.2 “Republica sem Deus é casa edificada sobre arêa”: a Igreja entre o Império e a República

A proclamação da República no Brasil em 15 de novembro de 1889 foi recebida de duas maneiras pelo episcopado: como salvação e ameaça. Salvação por liberar a Igreja da interferência estatal, ameaça por conta do receio de que práticas anticlericais se desenvolvessem. O fato de ser religião oficial do Estado brasileiro durante o período imperial (1822-1889) garantiu ao catolicismo uma posição relativamente confortável, mas algumas amarras eram impostas por conta do regime de padroado¹³³.

¹³⁰ O autor aponta que o Pe. Diogo Antônio Feijó não agia sozinho nas questões legislativas de seu interesse, mas outros clérigos-deputados também comungavam de alguns de seus posicionamentos. Cf. OLIVEIRA, Gustavo de Souza. “Eu sou católico apostólico romano, mas não sou ultramontano nem papista”: Pe. Diogo Antônio Feijó e o catolicismo como Religião Civil. **Caminhos da História**, v. 24, n. 2, 2019, p. 114.

¹³¹ OLIVEIRA, 2019, p. 123.

¹³² OLIVEIRA, 2019, p. 124.

¹³³ “Designa-se como padroado o conjunto de privilégios, associados a determinadas obrigações, que a Igreja concedia aos fundadores de igrejas, capelas ou benefícios.” AZEVEDO, Carlos A. Moreira

Havia a necessidade de autorização governamental para a publicação de documentos vindos de Roma, cobrança de dízimo pelo governo e interferência governamental nas matérias religiosas, o que era negativo para a organização e autonomia da Igreja¹³⁴. Antes mesmo da laicização do Estado, o registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos foi instituído pela *Lei nº 1829*, de 9 de setembro de 1870, que previa em seu artigo 2º que “o Governo organizará o registro dos nascimentos, casamentos e obitos, ficando o regulamento que para esse fim expedir sujeito á aprovação da Assembléa Geral na parte que se referir á penalidade e efeitos do mesmo registro [...]”¹³⁵.

Já o *Decreto nº 5604*, de 25 de abril de 1874, foi editado para regulamentar o registro civil. O documento foi substituído em 1888 pelo *Decreto nº 9.886*, que apresentou nova regulamentação para a execução do registro em território brasileiro, tornando-o obrigatório¹³⁶. A instituição do registro civil possibilitou aos cidadãos uma alternativa além dos rituais da Igreja que acompanhavam ao longo da vida. A partir daquele momento, os indivíduos não precisariam mais da religião ao nascer, casar e morrer.

Desde a metade do século XIX já havia registros da secularização de alguns costumes. Carlos André Silva de Moura cita como exemplo disso o evento que ficou conhecido como “cemiterada”, ocorrida em Salvador, no qual pessoas se manifestaram contra a proibição de enterros nas igrejas e a concessão dos cemitérios a uma empresa privada em 1836. O historiador ressalta que para alguns dos manifestantes, a concessão representava uma diminuição do poder da Igreja

(dir.). **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. vol. J-P. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 364 apud MOURA, op. cit., p. 87. Emanuela Souza Ribeiro também aponta que “a partir do século XV, as leis do padroado podem ser sintetizadas como a concessão do direito, ao Estado, de recolher o dízimo da Igreja e nomear bispos e outras dignidades eclesiásticas.” RIBEIRO, Emanuela Souza. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889 – 1922**. 2003. 182 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

¹³⁴ PINHEIRO, Paulo Sérgio [et al.]. **O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. v. 9. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. p. 351.

¹³⁵ IMPÉRIO DO BRASIL. **Lei nº 1829 de 9 de setembro de 1870**. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/543582/publicacao/15631205>>. Acesso em 27 dez. 2019.

¹³⁶ IMPÉRIO DO BRASIL. **Decreto 5604 de 25 de abril de 1874**. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/566340/publicacao/15778226>>. Acesso em 27 dez. 2019.; IMPÉRIO DO BRASIL. **Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9886-7-marco-1888-542304-publicacaooriginal-50566-pe.html>>. Acesso em 27 dez. 2019. O casamento não católico era um antigo pleito dos protestantes do país.

Católica. Além disso, o evento exemplifica a instabilidade política enfrentada pelo clero durante o período imperial¹³⁷.

Em 7 de janeiro de 1890, o Governo Provisório publicou o *Decreto 119-A*, que proibia a intervenção da autoridade federal, dos estados e municípios em matéria religiosa, pôs fim ao padroado, ao beneplácito¹³⁸ e estabelecia a liberdade de culto. Em seu artigo 2º, o decreto estabelecia que “a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou publicos [...]”. Segundo Carlos André Silva de Moura, o decreto “procurou atender às solicitações dos principais envolvidos nos debates sobre o projeto de secularização, a exemplo dos republicanos, positivistas, protestantes, maçons e católicos.”¹³⁹ O catolicismo foi colocado naquele momento em patamar de igualdade com as outras religiões, embora os seus fiéis ainda fossem maioria numérica. A personalidade jurídica das igrejas foi reconhecida e o direito de possuírem e administrarem os bens foi garantido¹⁴⁰. É importante destacar que o decreto não foi pensado e elaborado apenas para separar o poder político do religioso, mas também para implementar a liberdade de culto, organizando um Estado laico sem estabelecer compromissos ou declarar perseguição a qualquer religião¹⁴¹.

A hierarquia eclesiástica reagiu à separação com a *Pastoral Collectiva o Episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis do Brazil*. O documento foi publicado pelos prelados em 19 de março de 1890. Para Emanuela Souza Ribeiro, esse documento foi a carta de princípios da Igreja Católica durante a República Velha¹⁴². Nele, os 11 bispos e o monsenhor que a assinaram¹⁴³ mencionavam os erros modernos,

¹³⁷ MOURA, 2018, p. 87-88. Cf. REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹³⁸ “Direito que se arrogavam os Estados católicos relativo à autorização da circulação e execução no seu território das graças e rescritos da sé apostólica, ou de outra providência eclesiástica, e por vezes mesmo das próprias autoridades eclesiásticas nacionais.” AZEVEDO, Carlos A. Moreira de. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. vol. A-C. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p. 209. apud MOURA, 2018, p. 87.

¹³⁹ MOURA, 2018, p. 99.

¹⁴⁰ BRASIL. **Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm>. Acesso em 28 dez. 2019.

¹⁴¹ MOURA, 2018, p. 110.

¹⁴² RIBEIRO, 2003, p. 53.

¹⁴³ A Pastoral foi assinada por d. Luiz Antonio dos Santos, Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil (1879-1890), d. Antonio de Macedo Costa, bispo do Pará (1861-1890), d. João Antonio dos Santos, bispo de Diamantina (1854 -18??), d. Pedro Maria de Lacerda, bispo de São Sebastião do Rio de Janeiro (1868-1890), d. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894), bispo de São Paulo, d. Antonio Maria Correa de Sá e Benevides, bispo de Mariana (1877-1896), d. Carlos Luiz d'Amour, bispo de Cuiabá (1877-1910), d. Antonio Candido de Alvarenga, bispo de Maranhão (1876-1898), d.

estabelecendo um diálogo com o *Syllabus Errorum*, citando, inclusive, que os católicos não poderiam admitir a doutrina de um Estado laico, pois esta estava condenada na 55ª proposição da lista de erros. Nota-se também um diálogo com as cartas de pontífices romanos que destacavam críticas à modernidade. Os prelados deixavam evidente ao longo de todo o texto da Pastoral que o progresso social só era possível com o auxílio da religião. Além disso, os eclesiásticos apresentaram ao clero e aos fiéis reflexões sobre o que fazer daquele momento em diante, uma vez que a separação entre os poderes já havia sido sacramentada. Para que o conteúdo da carta alcançasse o maior número de fiéis possível, ordenou-se no fim que ela fosse lida nas missas ou eventos que reunissem maior número de pessoas¹⁴⁴.

O documento buscava responder 3 indagações que foram apresentadas no início do texto, 1) a separação dos poderes deve ser aceita pelos católicos? 2) o que pensar da liberdade de culto? e 3) o que fazer daquele momento em diante?¹⁴⁵. Pareceu-nos ser o terceiro questionamento o mais importante para o momento e talvez fosse o ponto que mais interessava, tanto para reflexão quanto para lançar as bases de uma articulação política, pois embora existisse o desejo por parte dos bispos que assinaram a Pastoral de que o Brasil se tornasse um Estado confessional, era crucial um planejamento para que a Igreja se (re)organizasse naquele novo contexto político e social. O desejo externado pelos líderes católicos não refletia o que almejava todo o clero. É importante salientar, como mencionado anteriormente, a grande fidelidade de alguns religiosos ao poder civil. Destaque-se também que o desejo nutrido por alguns de criação de uma igreja nacional, e também de uma Religião Civil, esta última defendida pelo padre Feijó na primeira metade do século XIX, não havia sido totalmente superado, entretanto foi subjugado e a fidelidade à Roma prevaleceu, principalmente no momento em que a Igreja Católica no Brasil passou a ter autonomia e uma relação mais íntima com a Santa Sé.

Claudio José Gonçalves Ponce de Leão, CM, bispo de Goiás (1881-1890), d. José Pereira da Silva Barros, bispo de Olinda (1881-1890), d. Joaquim José Vieira, bispo de Fortaleza (1884-1912) e pelo Monsenhor Vicente Ferreira da Costa Pinheiro, vigário capitular do Rio Grande do Sul. O historiador Carlos André Silva de Moura destaca que “no ano da proclamação da República o Brasil possuía uma província eclesiástica, uma arquidiocese e onze dioceses.” (MOURA, 2018, p. 99). Assim, podemos perceber que a Pastoral Coletiva foi assinada por representantes de todas as circunscrições eclesiásticas existentes naquele momento no país.

¹⁴⁴ Pastoral Coletiva o episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis da Igreja do Brasil. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 8 abr. 1890. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/360163/283>>. Acesso em 29 dez. 2019.

¹⁴⁵ Idem.

Os eclesiásticos que assinaram a Pastoral Coletiva defendiam que os católicos não poderiam aceitar a laicização do Estado. Para eles, a separação era injusta, uma demonstração de ingratidão e comprometia o sentimento de nacionalidade do país, visto que o ser católico, segundo os líderes da Igreja, era o que unia a nação. Emanuela Souza Ribeiro destaca que para eles, já que o Brasil era um país católico por natureza, seria natural que o catolicismo fosse um elemento construtor do Brasil republicano, servindo de cimento para unir as pessoas em torno do sentimento de nacionalidade¹⁴⁶. Nessa perspectiva, afirmaram na Pastoral que “em nome, pois, da ordem social, em nome da paz pública, em nome da concordia dos cidadãos, em nome dos direitos da consciencia, repelimos os catholicos a separação da Egreja do Estado; exigimos a *união* entre os dous poderes.”¹⁴⁷ Os eclesiásticos argumentavam também que era importante que o *Decreto 119-A* deixasse a Igreja livre para que cuidasse das matérias e atividades que lhe diziam respeito, mas salientavam que a independência entre os poderes temporal e o religioso não implicava em separação. Além disso, quando faziam a defesa da união, ressaltavam que não ansiavam por absorção: a Igreja permaneceria livre, sem voltar a ser um braço da administração pública¹⁴⁸.

A carta apresentava um sentimento de mágoa e tristeza das lideranças católicas em relação à situação a qual a instituição religiosa se encontrava. À Igreja, seus autores atribuíam a formação da nacionalidade brasileira e a colocavam como única religião verdadeira, ressaltando que os católicos não poderiam aceitar que eram todas as religiões verdadeiras ou todas falsas, mas deveriam crer apenas na Igreja de Pedro e lutar para defendê-la naqueles novos tempos nos quais ela foi colocada na mesma linha que “seitas heterodoxas”¹⁴⁹.

A liderança católica se dirigia às religiões protestantes como seitas no intuito de desqualificá-las enquanto cultos cristãos, logo concorrentes diretas do catolicismo pelas almas que poderiam escolher livremente que fé desejavam professar, e na tentativa de afastar delas os fiéis. O discurso da maioria também foi utilizado. Os eclesiásticos apontaram que a esmagadora maioria de brasileiros era composta por

¹⁴⁶ RIBEIRO, 2003, p. 54.

¹⁴⁷ Pastoral Collectiva o epsicopado brasileiro ao clero e aos fieis da Egreja do Brazil. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 8 abr. 1890. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/360163/283>>. Acesso em 29 dez. 2019.

¹⁴⁸ Pastoral Collectiva o epsicopado brasileiro ao clero e aos fieis da Egreja do Brazil. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 8 abr. 1890. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/360163/283>>. Acesso em 29 dez. 2019. p. 2.

¹⁴⁹ Idem.

católicos e fundamentaram a afirmação em números definidos por protestante. Afirmaram que dentre os 12 milhões de habitantes do país, 500 mil era protestantes e os outros 11,5 milhões eram católicos, “assim, onze milhões e quinhentos mil catholicos de um lado, quinhentos mil acatholicos¹⁵⁰ de outro! Tal é a situação”¹⁵¹. Com base nesses números, afirmaram que a vontade da maioria deveria prevalecer questionando onde estaria, então, poder da maioria católica que, segundo os prelados, acompanhavam a opinião da Igreja quanto da separação com o Estado¹⁵². Os protestantes, entretanto, eram proibidos de exercer livremente suas religiões durante o Império, o que dificultou a expansão e a conversão de novos fiéis. Desse modo, de fato os católicos constituíam maioria, mas a comparação feita foi desproporcional e desconsiderou o lugar de privilégio frente a outras religiões que foi ocupado pela Igreja Católica até aquele momento.

A satisfação com o fim do padroado é evidente no documento. Os bispos argumentavam que ele havia atrofiado a Igreja, dificultando seus planos e as suas ações. Para eles, o padroado “era uma proteção que nos abafava”. Assim, demonstravam satisfação por não terem mais, daquele momento em diante, ministro civis cuidando de matéria religiosa¹⁵³. O regime de padroado deu espaço para que houvesse ampla ingerência do poder civil na Igreja, o que pôs em risco a jurisdição do romano pontífice sobre a Igreja no Brasil, desconsiderando as normas canônicas e impossibilitando expansão organizacional¹⁵⁴. Antonio Carlos Vilaça expõe que “a 19 de março de 1890, a Pastoral Coletiva podia declarar: ‘O decreto de separação assegura à Igreja Católica no Brasil certa soma de liberdade que nunca logrou no tempo da monarquia.’”¹⁵⁵.

Afirmando que “a Igreja é inferente a todas as formas de governo”¹⁵⁶, os prelados convocaram os fiéis para agirem no novo regime e na nova conjuntura,

¹⁵⁰ É importante destacar a representação que se buscava construir sobre os protestantes e todos aqueles que não eram católicos quando os eclesiásticos os classificam como “acatólicos”.

¹⁵¹ Pastoral Collectiva o epsicopado brasileiro ao clero e aos fieis da Igreja do Brazil. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 8 abr. 1890. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/360163/283>>. Acesso em 29 dez. 2019. p. 2.

¹⁵² Pastoral Collectiva o epsicopado brasileiro ao clero e aos fieis da Igreja do Brazil. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 8 abr. 1890. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/360163/283>>. Acesso em 29 dez. 2019. p. 2.

¹⁵³ Ibidem, p. 3.

¹⁵⁴ MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira: 1889-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 22.

¹⁵⁵ VILAÇA, 2006, p. 91.

¹⁵⁶ Pastoral Collectiva o epsicopado brasileiro ao clero e aos fieis da Igreja do Brazil. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 9 abr. 1890. <<http://memoria.bn.br/DocReader/360163/289>>. p. 2.

vivendo em entendimento mútuo com o Estado, fortalecendo as tradições católicas, observando a doutrina da Igreja, defendendo-a de possíveis ataques, incentivando e fomentando a imprensa católica contra a imprensa laica¹⁵⁷. Os clérigos e os fiéis foram convidados a se unirem aos seus prelados, que se ligariam entre si e ao Papa na tarefa de restaurar a Igreja, defendendo que “Trabalhemos juntos, o Episcopado unido entre si e ao Summo Pontífice, vós todos unidos ao, Episcopado na grande obra da restauração da nossa Religião, remedio efficacissimo dos males desta quera patria.”¹⁵⁸ Os católicos também foram convocados a agirem de forma mais enérgica com fins de restaurar a religião:

É hora de surgir do somno, de despertar da inercia, de estimular os brios, de agir com valor e de concerto, de combinar um grande e generoso esforço para defender, restaurar e fazer florescer a nossa Religião e salvar a nossa patria.¹⁵⁹

Esse excerto permite observar que ainda no século XIX a restauração católica já era pensada por líderes religiosos. Além de convocar os católicos a assumirem uma postura ativa, o trecho aponta que, na perspectiva dos líderes religiosos, os católicos naquele momento estavam “dormindo” como que passassem alheios ao que estava acontecendo, por isso era necessário despertar e juntarem-se aos bispos para defenderem os interesses da Igreja.

Outros países da América Latina também tiveram abalos nas relações entre Estado e Igreja entre o fim do século XIX e início do XX, como destaca Sergio Miceli. No México (1917) e no Uruguai (1919) as situações foram conflituosas. Já na Colômbia, Peru, Bolívia, Bolívia, Paraguai e Argentina, por exemplo, não houve ruptura, o que proporcionou à Igreja usufruir de benefícios institucionais e financeiros, em troca de intervenção estatal nas nomeações dos eclesiásticos. Também houve o caso da Venezuela, no qual a separação foi parcial, o que suscitou à Igreja uma posição confortável. Os casos da Argentina e do Chile são citados na *Pastoral Coletiva* como bons exemplos a serem seguidos pelo governo brasileiro¹⁶⁰. Em outros países como a França e Portugal, a separação entre poder civil e religiosa foi mais problemática para a Igreja. Nesses dois casos, práticas anticlericais

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 1.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ MICELI, 2009, p. 21.

e anticongregacionais foram desenvolvidas. Em Portugal, os líderes republicanos desenvolveram mais ações contra o clero que contra o império¹⁶¹. Carlos André Silva de Moura destaca que início da República portuguesa houve a restauração do pensamento pombalino no que tange ao controle de cultos e anticongregacionismo¹⁶².

Na Pastoral Coletiva há também oscilações no tom adotado pelo episcopado, algumas vezes expressando revolta, lamentações, saudosismo e esperança. Percebemos que prevalece na carta o tom de concórdia, oferecendo o catolicismo como instrumento de união nacional que poderia dar importante contribuição para a construção da República. Emanuela Souza Ribeiro ressalta que ao abordar essa questão, a Igreja tocava no “calcanhar de Aquiles” do governo republicano, pois ainda não havia sentimento nacional consolidado¹⁶³. No documento, os eclesiásticos convidavam o povo católico à reação, articulação e vigilância para que a liberdade que lhes era auferida pelo *Decreto 119-A* se tornasse fato. Sendo assim, os religiosos destacavam

Que fazer neste caso concreto, neste novo regimen, neste novo modus vivendi que nos é imposto pela força das circunstancias, no periodo perturbado e incerto que vamos atravessando? Tres cousas: 1º Bem apreciar a liberdade da Igreja em si e a liberdade tal qual nos é reconhecida pelo decreto. 2º Apossados desta liberdade que é nosso direito, sagrado, inauferivel, fazer votos e esforços, para que ella se complete e se torne effectiva. 3º Cumprir com animo resolutivo, firme, mais dedicado que nunca, nossos deveres christãos na nova era que se inaugura para o christianismo catholico no nosso caro Brazil.¹⁶⁴

Ou seja, mais que lamentar era necessário conviver com a nova realidade que estava posta e aproveitar os benefícios que ela oferecia à Igreja. A *Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil*, de 24 de fevereiro de 1891, também determinava a liberdade religiosa no país. Em seu artigo 72º, que tratava dos direitos

¹⁶¹ MOURA, 2018, p. 114.

¹⁶² MOURA, 2018, p. 117.

¹⁶³ Emanuela Souza Ribeiro faz essa afirmação citando José Murilo de Carvalho, que afirma que até a década de 1930 não havia cidadãos politicamente conscientes. RIBEIRO, 2003, p. 55. O autor afirma, entretanto, que nas lutas contra o inimigo estrangeiro já se começou a criar alguma identidade. José Murilo de Carvalho também afirma que em certos aspectos o federalismo adotado pela República brasileira fortaleceu lealdades provinciais em detrimento da lealdade nacional. Cf. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 81-88.

¹⁶⁴ Pastoral Coletiva do episcopado brasileiro ao clero e aos fieis da Igreja do Brazil. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 9 abr. 1890. <<http://memoria.bn.br/DocReader/360163/289>>. p. 2.

e garantias individuais, a carta anunciava que “todos os individuos e confissões religiosas podem exercer publica e livremente o seu culto”¹⁶⁵. O documento apresentava também outras derrotas à Igreja, como o reconhecimento do casamento civil, que seria celebrado de forma gratuita, os cemitérios entregues às municipalidades, sendo permitidas as práticas e ritos fúnebres das religiões, o ensino laico e a não subvenção governamental a nenhuma crença¹⁶⁶. Restava à Igreja naquele momento se articular pastoral e administrativamente para fazer jus às palavras dos eclesiásticos que assinaram a Pastoral Coletiva de 1890: “desappareceu o throno... E o altar? O altar está em pé, amparado pela fé do povo e pelo poder de Deus.”¹⁶⁷ Junto à orientação de leitura, os eclesiásticos pediam no fim da Pastoral a intercessão da “Virgem Imaculada” para que alcançassem todas as graças que necessitavam naquele momento¹⁶⁸.

Algumas considerações devem ser feitas para que se compreenda qual foi a postura adotada pelos líderes católicos para se adequarem à realidade que a República lhes impusera, o processo de institucionalização da Igreja na primeira República às novas diretrizes e empreendimentos da Santa Sé na segunda metade do século XIX e aos obstáculos organizacionais e políticos que precisou enfrentar. Sergio Miceli observa também que por conta do legado da *Questão Religiosa*, as lideranças católicas buscaram firmar alianças com setores dirigentes da sociedade que fossem favoráveis às pretensões católicas, cientes da colaboração que a Igreja poderia dar para o estabelecimento da nova ordem política e social. A aproximação dos setores dirigentes buscava não somente a oferecer ajuda para a construção da identidade nacional e assentamento da nova ordem, mas também utilizar esses setores em seu processo de adaptação e na realização dos seus projetos¹⁶⁹.

O maior desafio da Igreja no momento da separação era se estruturar organizacionalmente para garantir sua autonomia financeira, doutrinária, institucional. A autossuficiência financeira era um dos maiores desafios. Fontes de

¹⁶⁵ BRASIL. **Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em 31 dez. 2019.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Pastoral Collectiva o epsicopado brasileiro ao clero e aos fieis da Egreja do Brazil. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 8 abr. 1890. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/360163/283>>. Acesso em 29 dez. 2019.

¹⁶⁸ Pastoral Collectiva o epsicopado brasileiro ao clero e aos fieis da Egreja do Brazil. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 9 abr. 1890. <<http://memoria.bn.br/DocReader/360163/289>>. p. 2.

¹⁶⁹ MICELI, 2009, p. 17-19.

recursos se fizeram necessárias não só para manter as atividades da instituição, mas para expandi-las¹⁷⁰. Era esse o contexto nacional da Igreja na entrada do novo milênio dos anos 1900. Uma instituição autônoma, com líderes ultramontanos, em expansão buscando recatolizar a sociedade brasileira para formar uma neocristandade que fosse capaz de desenvolver seus anseios políticos e pastorais.

Nesse período de transição dos regimes políticos entre os anos 1800 para o século XX, a Mitra de Olinda também fora comandada principalmente por ultramontanos, alguns deles tiveram projeção nacional. Esses eventos, assim como as disputas que abordamos nesse capítulo, demonstram a íntima ligação entre o político e o religioso e como esses dois poderes exercem influência, tensões e disputas entre si. A compreensão da situação e dos projetos da Santa Sé e da Igreja no Brasil são de acentuada relevância para o entendimento da conjuntura da circunscrição eclesiástica de Olinda no período citado.

1.3 “Sois catholicos; afirma bem alto a vossa fé!”: a Igreja no Recife em tempos de transição entre fins do século XIX e no início dos novecentos

A Diocese de Olinda participou de maneira ativa em alguns eventos importantes no século XIX, a exemplo da Revolução Pernambucana (1817), a Confederação do Equador (1824), a Revolta Praieira (1848) e da Questão Religiosa (1872-1875). A Revolução Pernambucana chegou a ficar conhecida como “Revolução dos Padres”, por conta da quantidade de religiosos que tiveram participação e por ter origens no Seminário de Nossa Senhora da Graça¹⁷¹. Com exceção desse último evento, os demais tinham bases liberais.

Na segunda metade do século XIX houve uma mudança de posicionamento no comando da Diocese, quando assumiram bispos ultramontanos. Severino Vicente da Silva argumenta que essa mudança se deu no bispado de D. Emmanoel do Rego Medeiros¹⁷² (1829-1866), que passou um curto período à frente da Diocese,

¹⁷⁰ MICELI, 2009, p. 19-34.

¹⁷¹ O Seminário de Nossa Senhora da Graça, localizado na cidade de Olinda, foi fundado em 1800 por d. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (1742-1821).

¹⁷² Fernando Câmara ressalta que não se sabe ao certo a grafia do nome do bispo e há discussões em torno dessa questão. A Bula papal de sua nomeação para a Diocese de Olinda trazia seu nome como Emmanoel do Rego Medeiros. O bispo por vezes, em alguns documentos oficiais assinava como Emmanoel. Dessa maneira, optamos por manter a grafia utilizada na Bula de nomeação. Cf. CÂMARA, Fernando. O primeiro cearense promovido ao episcopado. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 6, p. 27-34, 1982.

nomeado 1865 assumiu em janeiro de 1866 e morreu em 16 de setembro do mesmo ano. Segundo esse historiador, o bispo foi responsável pela chegada das irmãs Dorotéias ao Recife e por iniciar o diálogo para o retorno dos jesuítas à Diocese de Olinda.¹⁷³ Fernando Câmara assinala que D. Manoel Medeiros estudou no Seminário de *Saint Sulpice*, na França, e no Colégio Pio Latino-Americano, em Roma, local onde teve contato com as Dorotéias e também conheceu Pio IX, que lhe presenteou com sua cruz peitoral¹⁷⁴. Dom Emmanoel Medeiros retornou de Roma trazendo consigo os ideais ultramontanos, mas teve pouco tempo para desenvolver projetos no governo diocesano.

Sucedeu D. Emmanoel no bispado de Olinda Dom Francisco Cardoso Ayres (1821-1870). Também educado na Europa, foi sagrado bispo em Roma e seguia preceitos ultramontanos. O prelado reformulou o plano de estudos do Seminário de Olinda e promoveu uma reforma no clero de Olinda que se apresentava “indisciplinado” e bastante envolvido na política partidária do período. Esse envolvimento era um problema por conta da fidelidade do clero, que era maior ao trono imperial que a seus superiores hierárquicos¹⁷⁵, o que poderia frustrar os projetos do bispo. Dentre as contrariedades entre o clero e Dom Cardoso Ayres, estava o apoio e adesão de alguns de seus membros à Maçonaria¹⁷⁶. O papado já havia condenado a Maçonaria, de modo que ao apoiá-la, os padres contrariavam o bispo e a Santa Sé. Jair Gomes de Santana aponta que dom Cardoso Ayres deixou no bispado um embate entre maçons e ultramontanos. O autor também afirma que o bispo não possuía um estereótipo ultramontano, embora o fosse¹⁷⁷. O eclesiástico também se envolveu num embate ao proibir o sepultamento do General José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869) num cemitério católico, pelo fato de o general não ter reconhecido a Igreja e recebido os últimos sacramentos; ele acabou sendo sepultado no Cemitério dos Ingleses¹⁷⁸.

Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira sucedeu a Dom Cardoso Ayres no comando da Diocese de Olinda e teve seu episcopado marcado pela Questão Religiosa. No auge desse evento foi fundada no Recife a Sociedade de São Vicente

¹⁷³ SILVA, 2003, p. 96.

¹⁷⁴ Cf. CÂMARA, 1982.

¹⁷⁵ MICELI, 2009, p. 24.

¹⁷⁶ SILVA, 2003, p. 97.

¹⁷⁷ SANTANA, Jair Gomes de. **Embates da fé: católicos e protestantes no Recife, 1860-1880**. 2007. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007. p. 34.

¹⁷⁸ SILVA, 2003, p. 97.

de Paulo (SSVP), em 19 de julho de 1874, associação religiosa bastante relevante na construção devocional que analisaremos no próximo capítulo. Severino Vicente da Silva faz uma interessante observação sobre esse acontecimento, um conflito protagonizado por ultramontanos serviu para promover entre os cidadãos a prática da liberdade de consciência¹⁷⁹.

O autor aponta também que os sucessores de D. Vital na Diocese de Olinda seguiam os ideais ultramontanos e continuaram adaptando o espaço religioso aos preceitos que provinham da Santa Sé¹⁸⁰. Foram seus sucessores no século XIX D. José Pereira da Silva Barros (1835-1898) e D. João Fernando Tiago Esberard (1843-1897), que após passarem pela Diocese de Olinda foram, respectivamente, último bispo e primeiro arcebispo do Rio de Janeiro. D. José Pereira da Silva Barros merece destaque por sua íntima relação com Império. Bispo paulista, natural de Taubaté, onde foi sagrado epíscopo em 1881. Enquanto esteve à frente da Diocese de Olinda, o eclesiástico defendia e fazia campanha pela libertação dos escravizados, tendo lançado uma Pastoral em 8 de dezembro de 1887 defendendo a libertação dos cativos¹⁸¹. Fernando Câmara relata que D. José Barros “por seus méritos recebeu do Governo Imperial o título de Conde de Santo Agostinho.”¹⁸² O bispo também tinha uma boa relação com o Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira (1835-1919), tendo sido até padrinho de Crisma de uma de suas filhas, chamada Maria de Nazareth¹⁸³. A postura contrastava com a adotada por D. Vital e mostrava grande proximidade com um importante membro da

¹⁷⁹ SILVA, 2003, p. 101.

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ José Oscar Beozzo relata a campanha feita por alguns bispos pela libertação dos escravizados, tendo sido D. José Barros um deles. Cf. BEOZZO, José Oscar. A Igreja na crise do final do Império. In: HAUCK, João Fagundes [et al.]. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, século XIX**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

¹⁸² CÂMARA, Fernando. O tricentenário da Diocese de Pernambuco. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano XC, p. 136-152, 1976. p. 146.

¹⁸³ BARROS, José Pereira da Silva Barros. **Carta enviada por Bispo José Pereira da Silva Barros para o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira**. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14140>>. Acesso em 25 mar. 2020. É importante destacar também a tentativa de transferência da sede do bispado para a cidade do Recife. Dom José Pereira da Silva Barros tentou transferir a Sé da Diocese de Olinda para a cidade do Recife. Em carta enviado ao conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, o bispo pedia a transferência para a igreja de Nossa Senhora do Carmo e a do Seminário para o convento anexo. A tentativa não teve êxito e contou com resistência da população de Olinda. Cf. BARROS, José Pereira da Silva. **Carta enviada por Bispo José Pereira da Silva Barros para o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira**. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14141>>. Acesso em 31 dez. 2019. Cf. OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. **Carta enviada por João Alfredo Correia de Oliveira a D. Pedro II**. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13812>>. Acesso em 25 mar. 2020.

alta cúpula imperial, contrastando com o que fora argumentado por Severino Vicente da Silva.

Em 1890 a Santa Sé nomeou D. João Esberard como coadjutor de D. José Barros, tendo ele assumido o comando da Diocese depois da transferência deste último para o Rio de Janeiro. D. Esberard era espanhol, estudou no Seminário de São José, no Rio de Janeiro, cidade onde foi ordenado presbítero. Fernando Câmara destaca que antes de se tornar bispo, Esberard foi defensor dos dois bispos envolvidos na Questão Religiosa, se tornando amigo de D. Vital, a quem fazia visitas constantes na prisão¹⁸⁴. A postura de defesa dos bispos demonstra o posicionamento de Esberard sobre os assuntos de matéria de fé, defendendo a primazia da Igreja e da autoridade papal sem a necessidade de concessão de beneplácito imperial às ordens vindas da Santa Sé. Ainda assim, adotou postura diplomática na condução da Diocese, buscando gerar um clima de harmonia no momento da separação da derrubada do Trono e do altar. Fernando Câmara credita a essa postura a transferência do prelado para a capital federal para comandar a recém criada Arquidiocese do Rio de Janeiro.

Dom Manoel dos Santos Pereira ocupou Sé vacante de Olinda onde exerceu o episcopado entre 1893 até 1900, ano de sua morte. Antes da transferência, o eclesiástico era bispo titular de Eucárpia¹⁸⁵ e auxiliar da Arquidiocese de São Salvador da Bahia. Severino Vicente da Silva e Fernando Câmara destacam os esforços realizados pelo bispo da renovar e dinamizar o Seminário de Olinda¹⁸⁶. D. Manoel Pereira buscou separar os jovens que se preparavam para o sacerdócio dos demais que estudavam no Seminário, seguindo diretrizes tridentinas para a formação de padres em seminários fechados¹⁸⁷. Após participar do Concílio Plenário dos Bispos da América Latina, reunião realizada entre 28 de maio e 9 de julho de 1899, regressou com a saúde debilitada e foi à Bahia em busca de tratamento e lá faleceu em 25 de abril de 1900¹⁸⁸.

¹⁸⁴ CÂMARA, 1976, p. 146.

¹⁸⁵ Quando um sacerdote é sagrado bispo, existe a necessidade de que ele tenha a sua Sé. Quando a nomeação para o episcopado é feita para que o prelado exerça o cargo de auxiliar em alguma Diocese, ele é nomeado titular de uma Sé titular, algumas são Dioceses que foram extintas. É importante destacar, portanto, que um bispo titular possui apenas o título de uma Sede episcopal, mas não a administra.

¹⁸⁶ SILVA, 2003, p. 100-101; CÂMARA, 1976, p. 147.

¹⁸⁷ SILVA, 2003, p. 101.

¹⁸⁸ CÂMARA, 1976, p. 147.

Da segunda metade do século até o final do século XIX predominaram no comando da Diocese de Olinda bispos ultramontanos. Merece destaque as relações que os sucessores de D. Vital estabeleceram com o Estado, uma postura, sobretudo, de não enfretamento. Tendo sido dois deles, inclusive, levados para exercer o bispado na capital federal, comandando a principal diocese de país na época. A fidelidade à Roma não impediu que esses prelados estabelecessem também boas relações com o Estado e membros da administração imperial. Tampouco o contrário. As relações amistosas com o Estado não os impediram de obedecer a Santa Sé. Essa conduta foi benéfica para os prelados, tendo em vista o contexto de efervescência política e social no âmbito nacional entre fins do Império e o início da República.

No início do século XX, assumia a cátedra diocesana de Olinda Dom Luiz Raymundo da Silva Britto. No município maranhense de São Bento dos Peris, “Em uma vivenda humilde, de paredes e taipa e cobertura de palhas de babaçu [...] veio ao mundo o pequenito Luís, aos 24 de agosto, dia de São Bartolomeu, apóstolo, do ano de 1840 do nascimento de N. S. Jesus Cristo.”¹⁸⁹ Luiz era filho de Bernardino da Silva Brito, um pequeno comerciante, e Anália Francisca Peres, de origem humilde e dedicada aos serviços domésticos¹⁹⁰. Sétimo filho dentre os 9 do casal, Luiz fez a sua primeira comunhão no ano de 1850. Essas informações são apresentadas por Dom Felipe Condurú Pachêco, que foi bispo de Ilhéus, do Piauí e de Parnaíba, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, principal biógrafo da vida de D. Luiz Britto, de quem recebeu a primeira comunhão e foi incentivado a abraçar a vida eclesiástica¹⁹¹. No segundo volume da obra, D. Felipe Condurú ressalta a devoção nutrida desde os primórdios da vida sacerdotal à Maria. Para o autor desde o início

[...] da sua carreira sacerdotal no Maranhão orientava-lhe o zêlo jovem e ardoroso a “Estrela da Manhã”, Maria, a Virgem da Conceição. [...] E iniciado e defluído o seu apostolado, como lhe fora o sacerdócio, conduzindo-se e as multidões de almas “a Jesús por Maria”, *seria êle, o fiel servo da Virgem da Conceição*, após um rosário de anos de utilisímmos labore, introduzido na mais feliz

¹⁸⁹ PACHÊCO, Dom Felipe Condurú. **Vida de D. Luís de Britto**: 1º Arcebispo de Olinda. V. I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954a, p. 16.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ MICELI, 2009, p. 42.

Bemaventurança, onde coroaría Jesús, apresentado pelas mãos maternas, puríssimas de Maria.¹⁹²

O próprio Dom Luiz em entrevista ao *Jornal Pequeno* por ocasião do seu aniversário de 50 anos de ordenação sacerdotal revelou que quando criança brincava de levantar igrejas de papelão. “Recordo-me ainda a quem era consagrado um dos meus templos: a Nossa Senhora da Conceição, para quem subiam os primeiros votos, as sugestões ardentes e minha puerícia.”¹⁹³ Nota-se que a afeição do prelado por esse culto surgiu ainda quando ele era criança, aumentando com o passar dos anos até chegar a ficar registrada em seu brasão. A devoção mariana do prelado maranhense ficava evidente nas suas armas episcopais. Na parte inferior foi registrado seu lema episcopal *Ad Jesum per Mariam*¹⁹⁴. O trecho da entrevista, assim como as armas de Dom Luiz, permitem compreender como ele pensava ser a salvação e como pretendia levar seu rebanho até ela, por meio de Maria. Como observa Gabriella Chalegre Alves, Dom Luiz Raymmundo liderou o movimento de restauração católica enquanto esteve à frente da Mitra de Olinda, mas suas ações acabaram tendo pouca atenção por parte dos historiadores e seu legado foi ofuscado pelo do seu sucessor na cátedra arquidiocesana, Dom Sebastião Leme¹⁹⁵. Dom Luiz Britto ficou conhecido por suas visitas pastorais em todo o território da Diocese de Olinda, que no início do século XX compreendia a totalidade do estado de Pernambuco, juntamente aos estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Alagoas e Sergipe¹⁹⁶. Essas visitas propiciaram a instalação de novas circunscrições eclesiais que foram desmembradas de Igreja de Olinda na década de 1910. Em 1918 o território diocesano passou por uma reorganização da qual foram criadas as dioceses de Nazaré, Garanhuns e Pesqueira¹⁹⁷. Dom Luiz

¹⁹² PACHÊCO, D. Felipe Condurú. **Vida de D. Luís de Britto**: 1º Arcebispo de Olinda. V. II. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954b. p. 37-38. Grifo nosso.

¹⁹³ BRITTO apud PACHÊCO, 1954a, p. 18.

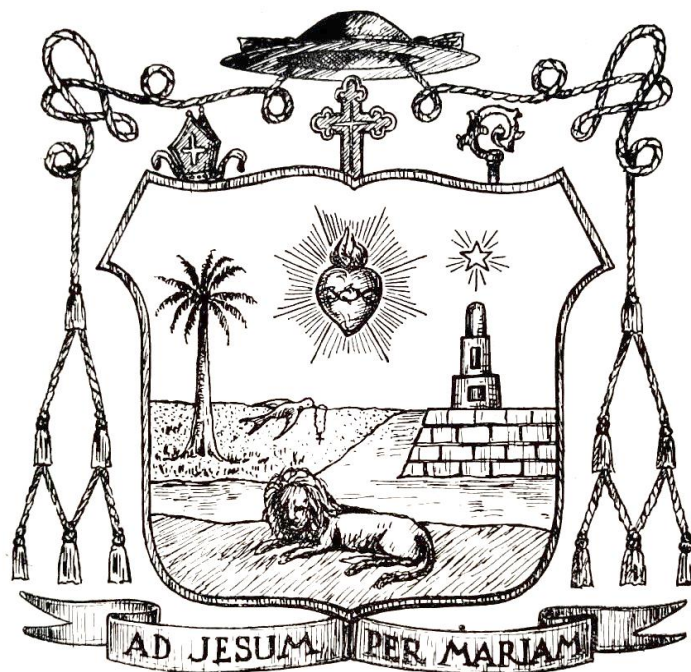
¹⁹⁴ “A Jesus por Maria”, em tradução livre.

¹⁹⁵ ALVES, Gabriella Chalegre. **“É hora de surgir do sono, de despertar da inércia [...] e fazer reflorescer a nossa religião”**: a Restauração Católica no Sertão e no Agreste pernambucano (1889-1922). Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019, p. 101.

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ É importante salientar que a instalação dessas sedes diocesanas foi pensada para atender interesses políticos e econômicos da Igreja Católica, por isso a erigição delas em entrepostos comerciais e de transporte ferroviário. Nessa perspectiva, as visitas de Dom Luiz foram importantes para estabelecer contato com a população local, as elites sobremaneira. Para a reorganização eclesial em Pernambuco Cf. MOURA, Carlos André Silva de; CABRAL, Newton. Reorganização eclesial em Pernambuco: o processo de formação das Dioceses de Garanhuns, Nazaré e Pesqueira (1910 – 1918). **Revista Brasileira de História das Religiões**, n. 38, set-dez 2020.

também era reconhecido por sua erudição e oratória. O cônego Alfredo Xavier Pedrosa o definiu como “orador fluente, fecundo e majestoso – o assombro da oratória – não só em Olinda, mas onde quer que se fizesse ouvir o seu verbo grandíloquo, arrebatador.”¹⁹⁸



Armas episcopais de D. Luís de Brito

Figura 1 – Armas episcopais de dom Luiz Raymundo da Silva Britto
Fonte: PACHÊCO, D. Felipe Condurú. **Vida de D. Luís de Britto:** 1º Arcebispo de Olinda. v. 2. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954b.

A representação máxima da execução desse lema foram as comemorações dos 50 anos de proclamação do dogma da Imaculada Conceição de Maria em 1904 na cidade do Recife. Empreitada essa que foi facilitada, pois os pernambucanos já nutriam grande carinho pela santa.

A vida religiosa católica na capital pernambucana era agitada na região central e era intensa nos arrabaldes da cidade. A Quaresma, os dias considerados sagrados, as festas dos santos de devoção eram celebradas com grande participação popular e fervor por parte dos fiéis. Nas igrejas, nos pátios e largos se rezavam novenas e terços. Havia “[...] os doces cultos ao Rosário, à Conceição, ao

¹⁹⁸ PEDROSA apud PACHÊCO, 1954a, p. 5.

Bom Jesus, à Santa Cruz, à Santa Rita, traduzidos em artérias e pátios onde existiam igrejas ou nichos para se rezarem novenas e terços.”¹⁹⁹

Mesmo com toda força que o catolicismo tinha na cidade, na metade de 1850 a modernidade já dava sinais de que chegaria e o concorreria com a Igreja. Naquele ano, o Arco do Bom Jesus foi demolido, tendo como justificativa a exigência do tráfego. Interessante é que o arco foi abaixo com anuência do bispo diocesano, que após ser consultado afirmou que o arco não convinha mais. As imagens do arco – Bom Jesus das Portas, Santo Antônio e Nossa Senhora do Rosário – foram retiradas numa solene procissão e levadas à Igreja da Madre de Deus nos ombros das autoridades, inclusive do presidente da Província.

O respeito pelos aspectos religiosos por parte da população era grande e algumas vezes se imprimia em regulamentações e leis. Existia no Recife de meados do século XIX uma norma que tratava da circulação de veículos durante a Semana Santa. Durante esse período do ano litúrgico, eram adotadas medidas restritivas para a circulação de veículos:

Art. 164 – Nas ruas em que se encontrarem o Santo Viático, levado a algum enfermo, ou procissão, não passarão os carros adiantes nem entre o préstito, devendo-se parar imediatamente os animais pelo freio durante a devida reverência.

Art. 165 – A nenhum carro, sege, ônibus, cabriolé e outros veículos semelhantes será lícito transitar, de qualquer maneira que seja, por alguma rua da cidade, na quinta-feira e na sexta-feira da Paixão, salvo com permissão da polícia.²⁰⁰

O regulamento demonstra a inserção da religião católica nas práticas cotidianas dos recifenses. Mostra, ainda, que a população era obrigada a prestar reverência à eucaristia e às procissões. Além disso, Mario Sette recorda que o espírito religioso tomava conta da cidade como fumaça de incenso, a tomar as vias públicas, transbordando das igrejas²⁰¹.

Após o término do Carnaval, os católicos recifenses já se preparavam para viver a Quaresma, ouvindo sermões nas igrejas com as imagens veladas por panos roxos com um clima de respeito e piedade²⁰². A Quaresma era um período do

¹⁹⁹ SETTE, Mario. **Arruar**: história pitoresca do Recife Antigo. 4ª ed. revista e ampliada. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2018. p. 27.

²⁰⁰ SETTE, 2018, p. 133.

²⁰¹ SETTE, 2018, p. 286.

²⁰² SETTE, Mario. **Maxambombas e maracatus**. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1935. p. 38.

calendário de festas religiosas bastante movimentado na cidade do Recife. Ao longo dos dias entre a terça-feira gorda e a Semana Santa, ocorriam vários eventos religiosos na cidade. Dentre eles, destacavam-se as procissões. Eram várias as que aconteciam: das Chagas, dos Martírios, dos Passos, do Bom Jesus dos Pobres Aflitos; cada uma no seu bairro, na sua igreja e com seus admiradores e devotos²⁰³. As pessoas que moravam nos bairros mais afastados se deslocavam ao centro para acompanhar as procissões. Os bondes e as maxambombas²⁰⁴ levavam gente pendurada aos locais onde elas aconteciam²⁰⁵.

Já quando chegava a Semana Santa, a cidade era tomada por um aspecto de tristeza, melancolia e respeito. Aqueles que criticavam o silêncio e o clima que era criado, eram criticados pelos católicos. Usava-se roupas pretas em sinal de luto pela morte de Jesus, “andava-se devagar, falava-se baixo, poupava-se o riso.”²⁰⁶ Durante o período entre a terça-feira gorda e toda a Quaresma, havia a “comida de preceito” às quartas e sextas-feiras. O peixe era a proteína consumida usualmente nesses dias, seguindo a tradição católica. Era consumido também ao longo de toda a Semana Santa, sendo a carne bovina reservada para o domingo de Páscoa²⁰⁷. Mário Sette exalta a afetividade dos recifenses pelas procissões, pela Quaresma, Semana Santa e as tradições que as acompanhavam, como o jejum, o ofício da Paixão na Sexta-feira Santa, o Aleluia no Sábado e o jantar do Domingo de Páscoa com peru e queijo-do-reino²⁰⁸.

Merece destaque entre as práticas religiosas no Recife entre os séculos XIX e XX o mês mariano. Maio era o mês dedicado a Maria e era celebrado além das paredes dos templos. O mês de maio transformava os lares em espaços de sociabilidade. Para participar das orações eram convidados vizinhos, amigos, parentes, inclusive aqueles que moravam mais distante. Inicialmente os fiéis faziam as orações e entoavam cânticos como o “no céu, no céu, com minha mãe estarei” e cantavam a Ladainha de Nossa Senhora. Após o momento religioso, havia danças,

²⁰³ SETTE, 1935, p. 39-40.

²⁰⁴ Maxambombas é como eram chamados os veículos ferroviários a vapor implantados no Recife na década de 1860 e o nome é uma corruptela de *machine pump*.

²⁰⁵ SETTE, 1935, p. 41.

²⁰⁶ SETTE, 1935, p. 46.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ SETTE, 2018, p. 77.

conversas, as pessoas se socializavam, se envolviam umas com as outras, surgiam até mesmo namoros²⁰⁹.

É possível notar que o catolicismo se fazia presente no cotidiano não apenas dos católicos, mas de todos os recifenses. Até mesmo as práticas realizadas em ambientes privados influenciavam o cotidiano. Exemplo disso é a citada regulamentação impondo restrições aos veículos na Semana Santa. Além disso, havia também as críticas feitas pelos católicos aos que não acompanhassem seus costumes devocionais.

Com o curso do tempo, algumas dessas práticas foram diminuindo, algumas procissões pararam de acontecer. Ainda assim o catolicismo ainda tinha forte prestígio. A influência e o respeito que a população tinha pelo catolicismo, embora ainda muito grande, já não era o mesmo dos séculos passados. Robert Levine afirma que a modernidade também prejudicou a Igreja no interior de Pernambuco. O autor defende que a modernização enfraqueceu o catolicismo entre as famílias ricas do interior, ainda que a piedade de fachada continuasse a existir e era vista como uma virtude. Levine destaca também que para combater a secularização e combater movimentos que ele chama de populistas ou de fanatismo “[...] como os de Antônio Conselheiro, em Canudos, ou padre Cícero, em Joazeiro, a Igreja Católica lançou uma vigorosa campanha no começo do século XX, através de todo o Nordeste rural²¹⁰.

Ou seja, embora ainda fossem uma religião com poder de influência, ela não bastava à Igreja naquele momento. Era necessário que houvesse uma articulação entre Roma e os bispos, deles com seus cleros, cabidos e fiéis. Para a Igreja, não bastava ser católico por tradição, então ela buscava ganhar a fidelidade dos fiéis e normatizá-los. Era mister ganhar a fidelidade das elites, tanto pelo papel financeiro a ser desempenhado por elas no que tange ao sustento da instituição, como também para buscar alcançar seus interesses. A transição do século XIX para o XX foi um período de transformações políticas, sociais, econômicas. Nesse período, a Igreja no Recife se reorganizava. Recebia novas ordens religiosas, fundavam associações religiosas formadas por leigos. A vinda de novas ordens era incentivada para solucionar a num curto espaço de tempo o problema da falta de clérigos para

²⁰⁹ SETTE, 1935, p. 169-180.

²¹⁰ LEVINE, Robert. **A velha usina – Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 99.

atender as demandas da Igreja, que até o *Decreto 119-A* estava onde estava o Estado, e após a separação viu seu tamanho reduzir e a necessidade de expansão. Além disso, essas novas congregações religiosas tiveram importante no trabalho contra o avanço de novas denominações religiosas²¹¹. As associações leigas foram fundamentais por conta de sua capilaridade e papel na normatização de fiéis. Tinham a capacidade de se expandir na sociedade e levar mais longe os ideais da Igreja e de trabalhar esses princípios nas famílias. Havia, ainda, nessas associações leigas, a exemplo das conferências vicentinas, um elemento que as diferenciava das confrarias e irmandades: a subordinação direta à autoridade clerical²¹². Mesmo sendo associações de leigos, a direção era sempre ocupada por um membro do clero, o que facilitava o controle da Igreja sobre os fiéis.

Com todas as mudanças políticas e sociais que aconteceram e influenciaram diretamente na vida religiosa dos fiéis católicos, a devoção mariana permanecia uma constante, principalmente sob o orago de Nossa Senhora da Conceição. Personagem importante para o catolicismo romano, Maria ganhou vários fiéis ao longo dos séculos, e também vários títulos, mas em Pernambuco nenhum deles sobressaía ao de Nossa Senhora da Conceição. A figura de Maria, contrastando com a de Eva, que trouxera, para os católicos, o pecado e a perdição, tinha servido de mãe para o Cristo, trazendo para o mundo a salvação e tornando-se, na visão da Igreja, personagem fundamental de todo esse processo.

As representações de Maria eram, também, fatores de contraste entre católicos e protestantes. Estes últimos não lhes davam tanta importância quanto à Igreja Católica, uma vez que os seus ensinamentos atribuíam representatividades distintas para tal personagem religiosa. Numa sociedade bastante devotada a Maria e na qual a Igreja concorria com outras religiões depois que todas foram colocadas em igual patamar pelo Estado, usar a devoção já difundida e consolidada para criar uma nova, a partir de um monumento e de um novo espaço devocional para demarcar na paisagem da cidade o catolicismo, estabelecendo diálogo direto com a Santa Sé e cumprindo os desejos do Papa reinante e seus predecessores, Dom Luiz Britto teve a ideia de erigir um monumento que marcou as comemorações do cinquentenário de proclamação do dogma da Imaculada Conceição de Maria na Diocese de Olinda e criou uma nova devoção, no espaço que reunia fiéis de todas

²¹¹ LIMA, 2012, p. 54.

²¹² LIMA, 2012, p. 56.

as partes do estado de Pernambuco e outras dessa circunscrição eclesiástica.

2 “Queira a Virgem Immaculada abençoar nossa Diocese”: invenção da devoção a Nossa Senhora no Morro (1904)

A serpente era o mais astuto de todos os animais do campo que o Senhor Deus tinha formado. Ela disse à mulher: “É verdade que Deus vos proibiu comer do fruto de toda árvore do jardim?”. A mulher respondeu-lhe: “Podemos comer do fruto das árvores do jardim. Mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, Deus disse: ‘Vós não comereis dele, nem o tocareis, para que não morrais’.” “Oh, não! – tornou a serpente – vós não morrereis! Mas Deus bem sabe que, no dia em que dele comerdes, vossos olhos se abrirão, e sereis como deuses, conhecedores do bem e do mal.”²¹³

No sexto mês, o anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade da Galileia, chamada Nazaré, a uma virgem desposada com um homem que se chamava José, da casa de Davi e o nome da virgem era Maria. Entrando, o anjo disse-lhe: “Ave, cheia de graça, o Senhor é contigo”.²¹⁴

No segundo capítulo de nossa dissertação fizemos uma análise de como foi construída a devoção à Imaculada Conceição no Morro da Boa Vista. O culto da Imaculada Conceição de Maria é muito antigo na tradição católica, mas só foi oficializado pelo Papado no dia 8 de dezembro – dia no qual já comemorava habitualmente essa festa – de 1854, com a proclamação dogmática de que Maria havia sido concebida sem pecado original²¹⁵. Quatro anos após essa definição, as supostas aparições em Lourdes, na França, deram início à Rede de Aparições Marianas no mundo contemporâneo²¹⁶. A principal mensagem dada nas possíveis

²¹³ BÍBLIA. **Bíblia Sagrada Ave Maria**. Gênesis, cap. 3, v. 1-5. São Paulo: Editora Ave Maria, 2019.

²¹⁴ BÍBLIA. **Bíblia Sagrada Ave Maria**. Evangelho de Lucas, cap. 1, v. 26-28. São Paulo: Editora Ave Maria, 2019.

²¹⁵ A Igreja Católica entende que quando Adão, primeiro homem de acordo com a mitologia judaico-cristã, comeu do fruto da árvore proibida, desobedeceu diretamente a uma ordem do criador, incorrendo em grave pecado e quebrando a harmonia existente até então, pois sucumbiram à tentação da serpente e desejaram ser como deuses. Além disso, esse pecado é tido como o que deu origem a todos os outros. Dessa forma, toda criatura humana estaria implicada pelo pecado de Adão, exceto duas: Jesus de Nazaré e sua mãe, Maria. Cf. JOÃO PAULO II. **Catecismo da Igreja Católica**. Ed. Típica Vaticana. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 1997.

²¹⁶ Série de aparições marianas utilizadas pela Igreja para legitimar seu discurso e atender às suas inquietações. Cf. MOURA, Carlos André Silva de. “Como o Sol bailou ao meio dia em Fátima”: a

aparições foi tomada pela Santa Sé como uma confirmação enviada pela própria santa, ratificando a mensagem pontifícia sobre a concepção de Maria.

O dogma da concepção de Maria, assim como o que declarou sua assunção aos céus – definido por Pio XII em 1950 – foram construídos historicamente, com debates teológicos, negociações e concessões que culminaram com suas respectivas proclamações. Na primeira parte desse capítulo, apresentamos um debate sobre a oficialização da ideia de que Maria fora concebida sem a marca que, para o catolicismo, foi legada por Adão e Eva a todos à humanidade. Estudamos ainda no primeiro momento desse capítulo, o momento pós-oficialização do culto à Imaculada Conceição até as comemorações do jubileu de 50 anos da *Ineffabilis Deus*, comemorado em 1904.

Passados 49 anos da solene definição dogmática feita por Pio IX, Leão XIII iniciou os preparativos para que se comemorasse em todos os lugares onde a Igreja Católica se fizesse presente o jubileu de 50 anos da definição. Leão XIII, morto em 1903, não concluiu seu projeto, que foi levado adiante por Pio X. Foi nesse contexto que no início de 1904 a Diocese de Olinda, articulada por Dom Luiz Britto, começou a se organizar para o dia 8 de dezembro daquele ano. É importante destacar que os registros iniciais dos preparativos para a festa datam de fevereiro de 1904, quando dois importantes documentos eclesiais foram publicados: a carta Encíclica *Ad Diem Illum Laetissimum* e a Carta Pastoral do bispo de Olinda ao clero e aos fiéis convidando para celebrarem de forma grandiosa o dia da festa da Imaculada Conceição.

2.1 “Eu sou a Imaculada Conceição”: debates sobre a oficialização do culto a Nossa Senhora da Conceição (1854-1904)

O culto à Imaculada Conceição de Maria foi construído historicamente ao longo dos séculos, não de maneira amplamente aceita e pacífica, mas com controvérsias e embates sobre a afirmação de Maria ter sido ou não preservada do “pecado original”. Maria Angélica Franco Moreira aponta que essa questão seria discutida no ocidente apenas no século VII. A autora argumenta que diferente dos dogmas da maternidade divina de Maria (*Theotókos*), declarado no Concílio de

Éfeso em 431, e o da Virgindade Perpétua de Maria, definido no Sínodo de Latrão em 649, o dogma da concepção sem pecado não encontrou amparo no Novo Testamento bíblico²¹⁷. A autora argumenta, ainda, que a devoção foi fruto de uma longa fé popular, que ao longo do tempo encontrou defensores e opositores, inclusive entre bispos e teólogos, dentre estes alguns relevantes para a Igreja ocidental, como Santo Agostinho (354-430) e Santo Tomás de Aquino (1225-1274), que defendiam a santidade de Maria, mas negavam sua concepção imaculada²¹⁸. Pedro Carlos Cipolini defende que o primeiro testemunho conhecido em favor da concepção pura de Maria foi o de Juliano de Eclana (389-455), no século V, pelagiano que foi combatido por Santo Agostinho. Por conta da ideia de Agostinho sobre a concepção, o tema se tornou motivo de conflito até o século VII no ocidente, diferente do que houve no oriente²¹⁹.

No século V, a devoção à mãe de Jesus começou a crescer. “Depois de Éfeso (431), o culto mariano teve um impulso no oriente e será no século VIII que André de Creta (650-740) dirá que toda a vida de Maria transcorreu sem mancha e sem pecado”²²⁰. Maria Angélica Franco Moreira defende que essa ideia de André de Creta se firmou na Igreja Bizantina, a qual festejava desde o século VIII no 7 de dezembro a concepção de Santa Ana. Para a autora, “A festa propagou-se para o sul da península itálica, território sob grande influência oriental. Em sua origem, essa festa celebrava o anúncio do anjo a Ana e Joaquim que, depois de anos de esterilidade, gerariam Maria [...]”²²¹. A festa continuou se propagando nos séculos seguinte, chegando à Irlanda e posteriormente na Inglaterra, onde “[...] a festa se

²¹⁷ Maria Angélica Franco Moreira ressalta que os dois primeiros dogmas marianos encontraram fundamento nos evangelhos. O primeiro, que a proclamara Mãe de Deus, no Evangelho segundo João: “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e nós vimos sua glória [...]” (BÍBLIA. **Bíblia Sagrada Ave Maria**. Evangelho de João, cap. 1, v. 14. São Paulo: Editora Ave Maria, 2019); e o segundo, que afirmou sua virgindade perpétua, no evangelho de Mateus: “Eis como nasceu Jesus Cristo: Maria, sua mãe, estava desposada de José. Antes de coabitarem, aconteceu que ela concebeu por virtude do Espírito Santo.” (BÍBLIA. **Bíblia Sagrada Ave Maria**. Evangelho de Mateus, cap. 1, v. 18. São Paulo: Editora Ave Maria, 2019), e no Lucas, no qual, após a anunciação, Maria indagou “[...] ‘Como se fará isso, pois não conheço homem?’. Respondeu-lhe o anjo: O Espírito Santo descerá sobre ti, e a força do Altíssimo te envolverá com a sua sombra. Por isso, o ente santo que nascer de ti será chamado Filho de Deus.” (BÍBLIA. **Bíblia Sagrada Ave Maria**. Evangelho de Lucas, cap. 1, v. 34-35. São Paulo: Editora Ave Maria, 2019). Para a autora, esses trechos evidenciam que Maria não concebeu por interferência masculina, mas por um poder metafísico. MOREIRA, Maria Angélica Franco. O contexto histórico de definição dos dogmas marianos. **Teologia em Questão**, Taubaté, n. 32, 2017. p. 175-176.

²¹⁸ MOREIRA, 2017, p. 177-178.

²¹⁹ CIPOLINI, Pedro Carlos. O dogma da Imaculada Conceição. **Revista de Cultura Teológica**, v.13, n. 51, 2005. p. 64.

²²⁰ MOREIRA, 2017, p. 179.

²²¹ Idem.

fixou no dia 8 de dezembro com o nome de Conceição de Maria, por relação ao dia 8 de setembro, festa da natividade”²²².

A celebração se expandiu pela Europa, onde ganhou mais adeptos do que críticos. Ordens religiosas também inseriram a celebração do 8 de dezembro em seus calendários festivos. Mesmo com a expansão, continuou sendo, até sua oficialização por Pio IX, controversa. As partes a favor da ideia da conceição imaculada de Maria se acusavam mutuamente de heréticas, de modo que a autoridade papal precisou intervir algumas vezes proibindo que acusações fossem feitas entre as partes. Maria Angélica Franco Moreira apresenta uma observação relevante quanto à situação do culto mariano no século XIX: a autora defende ter havido uma diminuição significativa nesse culto entre os séculos XVIII e XIX, até que num período de 25 anos a situação se inverteu, a partir das supostas aparições marianas à Catarina Labouré (1806-1876), em 1830, e as de La Salette, em 1846, ambas na França. A autora afirma, ainda, que nesse mesmo período foram fundadas congregações e confrarias marianas em diversas partes do mundo²²³. É importante observar como as supostas aparições marianas deram impulso nas diversas devoções a Maria que já existiam e, além disso, criam novas: a Medalha Milagrosa com as visões de Catarina Labouré e Nossa Senhora de La Salette, por exemplo. Esse impulsionamento das antigas e criação de novas devoções acontecia porque os relatos de aparições marianas exercem grande influência no imaginário dos fiéis, pois elas possuem grande força simbólica²²⁴.

É relevante notar também que os dois eventos citados acima aconteceram em locais afastados de centros urbanos. Outros de mesma natureza também se encaixam nesse padrão, como os de Fátima, Portugal, em 1917, e os de Pesqueira, agreste pernambucano, em 1936 – este último não conta com reconhecimento oficial das autoridades eclesíásticas. No século XIX, missionários católicos realizavam missões em áreas rurais, não só na Europa, mas também em países das Américas. No Norte do Brasil, por exemplo, se destacaram os religiosos da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, que realizaram missões não apenas nas regiões mais afastadas, como também em outras mais centrais. Dois frades capuchinhos, por

²²² Idem.

²²³ MOREIRA, 2017, p. 182.

²²⁴ STEIL, Carlos Alberto. As aparições marianas na história recente do catolicismo. In: STEIL, Carlos Alberto; MARIZ, Cecília Loreto; Reesink, Mísia Lins (org.). **Maria entre os vivos**: reflexões teóricas e etnografias sobre aparições marianas no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 22.

exemplo, foram os responsáveis pelos exercícios religiosos que foram realizados no Arraial antes da instalação do monumento, como veremos na segunda parte desse capítulo. Essas missões objetivavam aproximar as pessoas da fé católica. Por isso, é importante notar essas possíveis manifestações marianas em regiões que coincidem com as áreas de interesse dos missionários.

Embora existissem relatos de aparições marianas desde os primeiros séculos, é importante destacar que somente no início da Idade Moderna é que as aparições tomaram o sentido de revelação particular e privada, sendo os videntes responsáveis pelo recebimento de uma missão e sua transmissão aos demais. Já nos séculos XIX e XX elas passam a ter novas características, passando a ocorrer em regiões onde o catolicismo enfrentava processos de secularização e buscava se afirmar como religião dominante. Esses eventos eram usados pela Igreja na luta contra os “males” da modernidade, sendo o protestantismo considerado um desses males. Os discursos das aparições costumavam se relacionar diretamente com o contexto vivido no local onde ocorreram, apresentando segredos que revelavam o fim dos tempos e reafirmavam a autoridade da instituição católica²²⁵.

Além disso, precisamos destacar a observação feita por Carlos Alberto Steil da utilização dos eventos nos quais Maria teria aparecido a videntes para reafirmar a autoridade da Igreja. Essa reiteração não necessariamente precisaria vir de maneira evidente nos discursos da santa, pois os eventos em suas essências afirmavam o discurso e o credo católico na figura de Maria, uma vez que ela mesma se dirigia às pessoas que escolhia para apresentar visões do futuro, por vezes apocalípticas, e as formas e meios para que sejam evitadas e enfrentadas. As aparições foram e ainda são o ponto alto da fé católica em Maria, exercendo forte poder de representação sobre a Igreja e sobre seu corpo de membros e de fiéis. Como fora destacado, nos séculos XIX e XX, os eventos adotaram forte tom político, contrários à secularização, defendendo e corroborando as ideias postas pela ortodoxia católica. Foi também numa aparição que Maria teria confirmado a Bernadette Soubirous o dogma sobre sua concepção imaculada.

Nessa perspectiva, podemos compreender como essas aparições colaboraram em diferentes contextos para a expansão do culto e de devoções marianas em diferentes séculos, mas sobretudo entre o XIX e o XX, dando a ele

²²⁵ MOREIRA, 2017, p. 29.

novo fôlego. Nesse contexto, o culto à imaculada concepção de Maria já havia se difundido de maneira expressiva, estando presente em várias nações. Em 8 de dezembro de 1854 foi divulgada em Roma a bula papal *Ineffabilis Deus* de definição do dogma da Imaculada Conceição de Maria. O documento foi fruto de debates, escuta, pedidos e negociações. A partir de 1840 uma série de petições foram enviadas ao Papa com o objetivo de conseguir da Santa Sé a definição do dogma da concepção de Maria, pedidos esses que voltaram a ser feitos, de acordo com a autora, após Pio IX ocupar a Cátedra de Pedro²²⁶. O Papa, no entanto, apresentou na Bula argumentos contrários.

Pio IX citou na *Ineffabilis Deus* que “[...] desde os tempos mais antigos, Bispos, eclesiásticos, ordens regulares, e mesmo imperadores e reis apresentaram vivas instâncias a esta Sé Apostólica a fim de que fosse definida como dogma de fé católica a Imaculada Conceição da Santíssima Mãe de Deus.” Em seguida o Pontífice ressaltou que os pedidos dos quais falou foram reiterados, sobretudo, no papado de seu predecessor Gregório XVI e no seu próprio pontificado, desta vez, também pelo clero secular, famílias religiosas, soberanos e por fiéis²²⁷. Desse modo, podemos afirmar que o desejo de cultuar Maria, acreditando e defendendo que ela fora concebida sem o pecado original, partiu do corpo de fiéis da Igreja, cabendo à alta cúpula eclesiástica referendar, inserir no calendário de festas e normatizar um culto específico. Nesse sentido, Maria Angélica Franco Moreira afirma que “[...] aceitação da sua santidade, expressa com as palavras “imaculada concepção”, nasceu mais da devoção e das orações cristãs populares do que da reflexão teológica erudita.”²²⁸

A bula *Ineffabilis Deus* tinha como seu ponto central a definição dogmática, porém apresenta ao longo de todo seu texto conteúdo relevante sobre os caminhos percorridos pela pelo culto da Imaculada Conceição até a culminância com a proclamação da verdade de fé, apresentando o posicionamento da Santa Sé, uma visão teológica da questão, destacando também a historicidade da devoção. É importante salientar que o Papa não apresentou na bula que o surgimento da ideia de que além de santa Maria seria imaculada se desenvolveu na Igreja Bizantina, apontando que o culto se fez presente desde os tempos antigos na tradição da

²²⁶ MOREIRA, 2017, p. 183.

²²⁷ PIO IX. *Ineffabilis Deus*. Brasília: Edições CNBB, 2016. p. 24

²²⁸ MOREIRA, 2017, p. 171.

Igreja Romana. Também merece destaque um trecho apresentado pela Pontífice após defender que ao longo dos séculos o culto a Maria foi favorecido e incentivado pelo zelo dos bispos. Pio IX alegou que “todas essas doutrinas e todos esses fatos, *geralmente aceitos em toda parte pelos fiéis*, mostram com quanto cuidado a própria Igreja Romana [...] tem favorecido a doutrina da Imaculada Conceição da Virgem.”²²⁹

O religioso teceu uma narrativa que buscava colocar a ortodoxia como centro e origem da devoção, invertendo em seu discurso a ordem dos acontecimentos, reservando aos fiéis uma posição de passividade, como se a eles em questões dogmáticas e de culto só coubesse a aceitação. Sabemos, na verdade, que assim como ocorreu em vários outros casos, como nas aparições citadas, a devoção partiu dos fiéis, e à ortodoxia coube as negociações para que um novo culto que surgia para depois incluí-lo ou não em sua liturgia. O discurso de Pio IX é compreensível se observarmos sua postura centralizadora durante todo seu pontificado, que almejava centralizar o poder do catolicismo em torno da Santa Sé e do Pontífice romano.

Ele salientou na bula a posição de seus predecessores sobre o culto que ele tornava naquele momento um dogma católico, enquanto destacava que eles se esforçaram para expandir o culto à medida que precisavam o objeto dessa celebração. O religioso afirmou que a Imaculada Conceição de Maria “é antiga e quase universal; é tal, que a Igreja Romana começou a favorecê-la e defendê-la; e é de todo digna de ter um lugar próprio na Liturgia Sagrada e nas orações mais solenes.”²³⁰ No trecho mais importante da *Ineffabilis Deus*, o Papa definiu que

A doutrina que defende que a beatíssima Virgem Maria foi preservada de toda mancha do pecado original desde o primeiro instante da sua concepção, por singular graça e privilégio de Deus onipotente e em atenção aos merecimentos de Jesus Cristo, Salvador do gênero humano, foi revelada por Deus e que, por isso, deve ser admitida com fé firme e constante por todos os fiéis.²³¹

Imediatamente após o trecho no qual proclama o dogma, o Papa alertou que “[...] se alguém (que Deus não permita!) deliberadamente entende e pensa diferentemente do que por nós foi definido, conheça e saiba que está condenado pelo seu próprio juízo, que naufragou na fé, que se separou da unidade da Igreja

²²⁹ PIO IX, 2016, p. 11. Grifo nosso.

²³⁰ PIO IX, 2016, p. 14.

²³¹ PIO IX, 2016, p. 27.

[...]”²³². Ou seja, ao contrário do que ocorrera antes, quando havia embates entre teólogos e religiosos que defendiam ou não a ideia de que Maria era Imaculada desde sua concepção, não existia mais espaço para essa discussão daquele momento em diante. Restava apenas aceitar a doutrina ou separar-se da Igreja.

O dogma da Imaculada Conceição de Maria teve seu ponto alto 4 anos após sua definição, com os já citados eventos em Lourdes. Em 25 de março de 1858, na décima vez que as supostas aparições aconteceram, a senhora que fora avistada por Bernadette Soubirous revelou seu nome: “Ela elevou os olhos aos céus, juntando em sinal de oração suas mãos que estavam abertas e esticadas em direção ao chão, e me disse: Eu sou a Imaculada Conceição.”²³³ Quando afirmou à vidente que era a Imaculada Conceição, a personagem central do processo de construção da devoção teria atestado aquilo que havia sido afirmado pelo Pontífice. A aparição dava “materialidade” à afirmação feita por Pio IX e fomentava a formação do discurso em torno do novo dogma e da devoção. Mesmo com o caráter indiscutível que tinha o dogma da Imaculada Conceição, do qual também compartilham os demais dogmas católicos, a reafirmação pela santa do que fora posto por Roma era algo que o tornava ainda mais relevante. Além disso, ressaltava a importância e autoridade da figura do Papa, que também estava ameaçada pelo surgimento de movimentos que buscavam a criação de igrejas nacionais, negando a autoridade do papado como centralizadora do catolicismo romano.

Pio XII destacou na Encíclica *Le Pèlerinage de Lourdes* (1957), documento que tratava sobre o centenário dos eventos ocorridos naquele local, citando o Decreto *De Tuto* para canonização de Bernadette Soubirous, datado de 1933, que “O que em Roma, pelo seu magistério infalível, o sumo pontífice definia, a Virgem Imaculada Mãe de Deus [...] quis, ao que parece, confirmá-lo por sua boca, quando pouco depois se manifestou por uma célebre aparição na gruta de Massabielle.”²³⁴ Já na Encíclica *Fulgens Corona*, o Pontífice apresentou posicionamento semelhante,

²³² Idem.

²³³ Tradução livre do original “Elle leva les yeux au ciel, joignant en signe de prière ses mains qui étaient tendues et ouvertes vers la terre, et me dit: Que soy era immaculada councepciou”. SOUBIROUS, Bernadette. In: Les apparitions. Lourdes Sanctuaire. Disponível em: <<https://www.lourdes-france.org/apparitions/>>. Acesso em 12 fev. 2020.

²³⁴ PIO XII. *Le Pèlerinage de Lourdes*. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_02071957_le-pelerinage-de-lourdes.html>. Acesso em: 25 set. 2018.

afirmando que a própria “Virgem” quis confirmar com sua própria boca aquilo que fora definido pelo seu predecessor²³⁵.

Nesse sentido, Carlos Alberto Steil aponta que com cada nova aparição mariana surgiu uma chance de atualizar os significados do catolicismo por meio de sua tradição associa a Maria e de reinventar outros²³⁶. Os eventos de Lourdes foram usados para reafirmar e consolidar o que fora dito, tanto por Pio IX quanto por seus precursores. Vale destacar que, além das aparições confirmarem a definição dogmática, no Concílio Vaticano I (1869 – 1870), realizado sob o papado de Pio IX, foi definido o dogma da infalibilidade papal. Diz a Constituição Dogmática *Aeternus Pastor* que o Papa, quando exercendo o ofício de pastor e doutor dos cristãos, define uma doutrina de fé ou moral, goza de infalibilidade²³⁷.

Os discursos possivelmente proferidos por Maria nas aparições que alegam terem ocorrido foram utilizados de diversas formas pela Igreja. A cada novo relato de aparição, passado o momento de investigação e de um posicionamento de cautela frente aos fatos relatados, a Igreja atribuía aos eventos significados para utilizar os discursos de modo eles a ajudassem a alcançar suas ambições. As manifestações ocorridas em Lourdes (1864) e em Fátima precisam ser observadas como elementos de uma rede de cultos marianos usados para atender às necessidades da Igreja. Além disso, é importante destacar o caráter transnacional dessas duas devoções. O culto a Nossa Senhora de Lourdes levava consigo a importante frase ouvida por Bernadette Soubirous, em consequência, levava também a mensagem do dogma proclamado na *Ineffabilis Deus*. A principal questão para a internacionalização do culto mariano em fins do século XIX e início dos anos 1900 estava diretamente ligada à secularização que havia se tornado um problema mundial para a Igreja²³⁸.

Passados quase 50 anos do reconhecimento oficial da Igreja de que Maria teria sido concebida sem pecado, o Papa Leão XIII (1810 – 1903) criou, em 26 maio de 1903, por meio da Carta Apostólica *Da molte parti*, uma comissão de cardeais encarregada planejar a festa que seria celebrada no jubileu a ser realizado no ano seguinte. Na carta, Leão XIII afirmava que de muitas partes existiam manifestações

²³⁵ PIO XII. **Fulgens Corona**. Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_08091953_fulgens-corona.html#fnref1>. Acesso em: 15 mar. 2020.

²³⁶ STEIL, 2003, p. 23.

²³⁷ PIO IX. **Contituzione Dogmatica Aeternus Pastor**. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/i-vatican-council/documents/vat-i_const_18700718_pastor-aeternus_it.html#>. Acesso em: 01 mar. 2019.

²³⁸ MOURA, 2018, p. 141-146.

endereçadas à Santa Sé para que se celebrasse com grande solenidade o dia 8 de dezembro de 1904, quando a proclamação dogmática da concepção de Maria completaria 50 anos.

É importante destacar o teor político utilizado na carta. O Pontífice destacou que em todas as dificuldades enfrentadas pela Igreja ao longo dos séculos, Maria foi traduzida como refúgio pelos fiéis, e como aqueles eram tempos difíceis para a instituição, ele estava feliz em ver os fiéis das mais variadas partes solicitando celebrações para comemorar os 50 anos da proclamação da *Ineffabilis Deus*. Os cardeais escolhidos por Leão XIII para planejarem a festa solene que deveria ser celebrada em Roma foram Vincenzo Vannutelli (1836-1930), Mariano Rampolla Del Tindaro (1843-1913), Domenico Ferrata (1847-1914) e Giuseppe Calasanzio Vive (1854-1913)²³⁹.

Embora o líder eclesiástico tenha falecido em julho do mesmo ano, Pio X, que o sucedeu no Papado, optou por manter a comissão e suas atribuições. Com a publicação da Encíclica *Ad Diem Illum Laetissimum*, em 02 de fevereiro de 1904, o Papa convocou os católicos para comemorarem o que ele chamou de “dia da alegria incomparável”²⁴⁰, constituído no 08 de dezembro, data na qual Pio IX havia definido que Maria foi preservada desde sua concepção do pecado original. O eclesiástico também defendeu que os seus antecessores, Pio IX e Leão XIII, governaram a Igreja em tempos conturbados e ressaltou que não houve defeito na definição dogmática feita por Pio IX, uma vez que após o feito iniciaram as já citadas aparições marianas na cidade de Lourdes.

Abaixo da representação de Jesus Cristo, Maria é o símbolo mais importante para o catolicismo romano. Para Leandro Karnal e Luiz Estevam Fernandes, “[...] Maria é o feminino de Deus”. Os autores também apontam que Maria foi o único ser humano que recebeu dogmas, quatro ao todo – em 1904 já haviam sido declarados três: Mãe de Deus (431); no Concílio de Trento (1555) foi declarada sua virgindade

²³⁹ LEÃO XIII. **Da molte parti**. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/it/apost_letters/documents/hf_l-xiii_apl_19030526_da-molte-parti.html>. Acesso em 15 jan. 2020. Vincenzo Vannutelli nasceu na Itália, estudou no Pontifícia Universidade Gregoriana e foi criado cardeal por Leão XIII. Mariano Rampolla Del Tindaro também era italiano, criado cardeal em 1887 por Leão XIII, de quem foi Secretário de Estado. Domenico Ferrata nascido na Itália, exerceu serviço no corpo diplomático da Santa Sé. Membro da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, Giuseppe Calasanzio Vive y Tuto era espanhol; recebeu o barrete cardinalício em 1889.

²⁴⁰ PAPA PIO X. **Ad Diem Illum Laetissimum**. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/pius-x/it/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_02021904_ad-diem-illum-laetissimum.html>. Acesso em: 24 abr. 2018.

perpétua; o da Imaculada Conceição em 1854; e o último proclamado por Pio XII, em 1950, que afirma a sua elevação aos céus de corpo e alma – mostrando, dessa maneira, a sua importância²⁴¹. Aos dogmas juntaram-se os vários títulos que são dados pelos fiéis ou pela Igreja, podemos citar como exemplos Nossa Senhora do Carmo, de Lourdes, Mãe de Deus.

Nesse contexto, em 27 de novembro de 1903, Dom Luiz Raymundo da Silva Britto publicou uma Carta Pastoral na qual defendia o dogma da Imaculada Conceição e preparava as celebrações a serem feitas no ano seguinte, nas comemorações de seus 50 anos. Na Diocese de Olinda o quinquagésimo aniversário do dogma começou a ser celebrado já no início do ano de 1904, tendo culminado na grande celebração do dia 8 de dezembro daquele ano no alto do Morro da Conceição, com a presença do bispo diocesano, os fiéis, o seu cabido e os clérigos regulares e seculares.

2.2 A invenção de uma devoção: os 50 anos do dogma na Diocese de Olinda

No início do ano de 1904, as igrejas da Diocese de Olinda cumpriam a determinação feita por Dom Luiz Britto em sua Pastoral no ano anterior de se fazer memória à Imaculada Conceição no dia 8 de cada mês até que se chegasse ao 8 dezembro. Em janeiro de 1904, O periódico *A Província* noticiou que no Recife

Começou hontem na matriz da Boa Vista, desta cidade, o piedoso exercicio que, por decreto pontificio, mandado aqui executar pelo exm. sr. Bispo, em sua ultima carta pastoral deverá ter lugar no dia 8 de cada mez, como preparação para se comemorar solememente o 50.º anniversario da proclamação do Dogma da Immaculada Conceição, que se completará no dia 8 de dezembro do corrente anno.²⁴²

De Roma, em 2 de fevereiro de 1904, o Papa Pio X convidou toda a Igreja através da *Ad Diem Illum Laetissimum* a participar das comemorações. Na Diocese de Olinda, os festejos já estavam programados para acontecer nos vários locais onde se prestava culto à santa. Em Pernambuco existiam vários templos dedicados

²⁴¹ KARNAL, Leandro. FERNANDES, Luiz Estevam O. **Santos fortes**: Raízes do Sagrado no Brasil. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017. p. 84.

²⁴² **A PROVINCIA**, Recife, 9 jan. 1904a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&PagFis=14895&Pesq=immaculada>. Acesso em: 29 set. 2018.

à Nossa Senhora da Conceição, além deles, o culto a ela era realizado em outras igrejas. Deise Albuquerque e Sylvana Brandão argumentam que a devoção estava espalhada pelo Recife nas igrejas de Nossa Senhora do Carmo, Igreja Matriz da Boa Vista, por exemplo. Também em cidades vizinhas e do interior: capela dos Milagres em Olinda, Matriz da cidade de Goiânia, Igreja de Santa Rita na cidade de Jaboatão, para citar algumas delas²⁴³. Na capital pernambucana, além das manifestações religiosas, como recitação do terço ou de missas, houve o plano de se fazer uma homenagem de maiores proporções, de forte poder simbólico e que pudesse ser, por muito, perpetuada: a construção de um monumento, que inauguraria uma nova devoção. A ideia de elaborar uma devoção de grandes proporções, com festividades e lugar dedicado às atividades voltadas a Nossa Senhora da Conceição na Diocese de Olinda, partiu do bispo Dom Luiz Raymundo da Silva Britto, que incumbiu a Sociedade São Vicente de Paulo a cuidar dos preparativos.

Houve a idéia, aventada pelo exm. bispo sr. d. Luiz, de ser erigida em uma das collinas mais proximas e visíveis da cidade do Recife, uma grande estatua da Santissima Virgem, com a invocação de Maria Immaculada, sobre elevado pedestal, *que a coloque em altura de dominar bem a cidade*, de forma a ser vista de muitas partes.²⁴⁴

Nessa perspectiva, a ideia não era apenas levantar um monumento à santa, mas também colocá-lo de modo a ser visto por toda a cidade, implantando o catolicismo no cotidiano do recifense, de um modo que todos que erguessem o olhar, pudessem enxergar num ponto alto da cidade a imagem da santa. Um monumento tem por características o poder de perpetuação e o de reenviar testemunhos que só para uma parcela mínima são escritos²⁴⁵. Além disso, materializar ideias com um monumento permite que recordações não fiquem restritas ao campo da imaginação, mas ocupem um lugar no espaço e para que o ato da recordação se configure numa enunciação que dê sentido à vida dos grupos e dos indivíduos no qual esse traço do passado que é o monumento, inserido

²⁴³ ALBUQUERQUE, Deise. BRANDÃO, Sylvana. Santuário de nossa senhora da conceição e o processo de romanização. In: III Colóquio de História da Universidade Católica de Pernambuco. 2009, Recife. **Anais do III Colóquio de História da Universidade Católica de Pernambuco**, 2009. p. 201.

²⁴⁴ MONUMENTO á Immaculada Conceição. **A Provincia**, Recife, 2 fev. 1904b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&PagFis=14494&Pesq=immaculada>. Acesso em: 28 set. 2018.

²⁴⁵ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p. 486.

proposital ou ocasionalmente no espaço, se insere²⁴⁶. No contexto político vivenciado pela Igreja naquele momento, uma imagem desse tipo adquire um significado simbólico ainda maior. Além do objetivo de marcar a paisagem da cidade, no processo de instalação do símbolo católico há um caráter catequético, pois as esculturas religiosas, além de serem objeto de culto e a elas atribuídas a realização de milagres, também são utilizadas para disseminar conhecimento eclesiástico²⁴⁷.

A Comissão Central da Festa

Dom Luiz Britto incumbiu a Sociedade de São Vicente de Paulo para encarregar-se do planejamento e execução da ideia e nomeou uma comissão responsável para cuidar dos preparativos do jubileu, sendo ela subdividida em três, com finalidades específicas em consonância com o objetivo principal. Como responsável pela comissão dos preparativos do Jubileu, na comissão:

Assumi a presidencia o dr. Manoel Gomes de Mattos, que convidou o sr. Pierre Collier a servir de secretario *ad hoc*. A comissão promotora nomeou mais as seguintes comissões: *Para pedir auxilio da imprensa no intuito de fazer conhecer e popularizar a idéa do monumento á Immaculada Conceição* – dr. Arnaldo Bastos, Mario de Mattos, dr. Joaquim da Silva Cabral. *Para escolher um local conveniente, o mais em vista possível das diferentes partes da cidade do Recife, e determinar a forma do monumento* – dr. Carlos Alberto de Menezes, coronel José Firmino Alvares Quental, dr. Alfredo Silva, Pierre Collier, desembargador Pires Gonçalves e Luiz Correia de Britto. *Para pedir auxilio dos sodalicios e religiosos e particularmente das Pias Uniões das Filhas de Maria* – dr. Trajano Temporal de Mendonça, Arthur Ramos e Silva e Pedro Netto. Ficou o dr. Manoel de Mattos encarregado de receber os donativos até nomear-se um thesoureiro definitivo [...] ²⁴⁸.

É necessário salientar a composição da comissão. Nota-se que a referida comissão foi composta por um grupo de figuras notáveis da sociedade e intelectuais

²⁴⁶ CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

²⁴⁷ BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 79.

²⁴⁸ MONUMENTO á Immaculada Conceição. **A Província**, Recife, 2 fev. 1904b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&PagFis=14494&Pesq=immaculada>. Acesso em: 28 set. 2018. Grifo do autor.

católicos²⁴⁹ fundamentais para a legitimação das atividades da Cúria romana na cidade do Recife. Dentre eles não havia nenhum clérigo, apenas leigos de posses e influentes na sociedade recifense e pernambucana. Destacamos aqui dois desses personagens: Manoel Gomes de Mattos e Carlos Alberto de Menezes.

Manoel Gomes de Mattos (1841 – 1927) foi um cearense, nascido no município de Icó. Estudou na Faculdade de Direito do Recife, onde formou-se no ano de 1862. Adelito Xavier Correia destaca que antes de entrar na SSVP, Manoel Mattos lutou pela abolição da escravatura, tendo presidido o Centro Libertador de Pernambuco²⁵⁰, quando teve como auxiliares Barros Sobrinho, João Barbalho e Joaquim Nabuco²⁵¹. Em 1885 declarou-se republicano. Em abril de 1890 Mattos foi nomeado terceiro vice-governador de Pernambuco e, num outro momento, segundo vice-governador. No entanto, por conta de um desentendimento com o governador, renunciou ao cargo no mês de julho daquele ano. Também exerceu outras atividades políticas: em 1892 foi eleito senador estadual, tendo renunciado ao cargo também no mês de julho por não concordar com o orçamento estadual; já em 1899 foi alçado ao cargo de deputado federal, no grupo de oposição ao liderado por Francisco de Assis Rosa e Silva. Exerceu esse cargo de 1900 até 1902, quando se encerrou a legislatura²⁵². Mattos também foi vice-presidente do Conselho da SSVP, depois presidente do Conselho Metropolitano, que presidiu até o ano de sua morte. Além disso, dentre as atividades religiosas que exerceu, organizou e fundou o Círculo Católico, de 1888 a 1907, grupo do qual foi o primeiro presidente e organizador de seus estatutos²⁵³. Além disso, era um dos proprietários do jornal *A Província*²⁵⁴.

Carlos Alberto de Menezes (1855 – 1904) é uma figura que, nas palavras de Oscar de Figueiredo Lutosa, “[...] se destacou na arregimentação das forças

²⁴⁹ Para o conceito de intelectuais católicos, cf. MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias Cruzadas: intelectuais no Brasil e em Portugal durante a Restauração Católica (1910 – 1942)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

²⁵⁰ Raimundo Helio Lopes se refere a essa mesma agremiação como Comissão Redentora de Pernambuco. LOPES, Raimundo Helio. MATOS, Manoel Gomes de. dep. fed. PE 1900-1902. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV.

²⁵¹ CORREIA, Adelito Xavier. **A SSVP em Pernambuco: 125 anos de história (1874-1999)**. Recife: [s.n.], 1999, p. 64

²⁵² LOPES, op. cit.

²⁵³ CORREIA, 1999, p. 65.

²⁵⁴ LOPES, op. cit..

católicas, particularmente no terreno social.”²⁵⁵ Nasceu na cidade de Cantagalo, no Rio de Janeiro. Ainda nessa cidade, na paróquia de Botafogo, começou como confrade vicentino²⁵⁶. Menezes chegou em Pernambuco em 1886 para assumir o cargo de Diretor Gerente da Ferro Carril Pernambuco. Ao chegar, começou a fazer parte da SSVP no estado, assumindo interinamente a presidência do Conselho Particular e se articulando para criar o Conselho Central, criado em 25 de maio de 1887 quando Carlos Alberto de Menezes foi nomeado presidente, cargo que ocupou até 1904, quando faleceu²⁵⁷. Ele foi um dos grandes entusiastas da ideia de criar um monumento mariano na cidade de Recife. Além de participar da SSVP, Menezes também era um dos gerentes da Fábrica Têxtil de Camaragibe, assim como Pierre Collier, que também fazia parte da comissão. Os membros da comissão decidiram erguer, em um morro, uma estátua de Nossa Senhora da Conceição, de modo que permitisse que ela fosse vista de toda a cidade, tal como um arco-íris, e que vigiasse do alto do monte os recifenses. Por conta da organização cristã do trabalho desenvolvida na fábrica, a religião católica fazia parte do cotidiano do operariado, não apenas no horário de trabalho, mas os líderes buscavam fazer com que ela fizesse parte também da vida privada²⁵⁸. Dessa maneira, além de agir em conjunto com os outros vicentinos para levar a cabo a tarefa atribuída pelo bispo, Menezes, assim como Collier, poderiam usar a sua influência junto ao operariado para divulgar a nova devoção e conseguir novos adeptos da causa.

É possível perceber que esses membros da comissão atuavam no campo político, jornalístico, acadêmico, industrial e no religioso. Outrossim, eram pessoas que ocupavam cargos importantes e de liderança. Ter essas pessoas participando de um projeto planejado pela Diocese era extremamente interessante para os eclesiásticos, uma vez que essas pessoas poderiam agir nas mais diversas esferas de variadas formas, por conta dos postos que ocupavam e do prestígio que já tinham por conta deles com determinados grupos sociais.

A partir desta proposta, é possível observar o poder dos membros da Igreja Católica ao construir um símbolo religioso, em destaque na cidade, com

²⁵⁵ LUTOSA, Oscar de Figueiredo. Apresentação. In: MENEZES, Carlos Alberto de. **Ação Social Católica no Brasil: corporativismo e sindicalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1986, p. 9.

²⁵⁶ CORREIA, 1999, p. 60.

²⁵⁷ CORREIA, 1999, p. 61.

²⁵⁸ Cf. LIMA, Lúcio Renato Mota. **O apostolado dos patrões: limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar-religioso em uma fábrica têxtil (Camaragibe, 1891-1908)**. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

características devocionais no momento de laicização do Estado. Sendo assim, deve-se compreender o processo de separação entre o Estado e a Igreja como um instante de negociações e concessões dos republicanos com as atividades do clero. Uma vez que, mesmo não se constituindo como religião oficial desde a Proclamação da República, ainda mantinha um intenso poder entre as camadas populares, os intelectuais e as famílias tradicionais. A instalação desse símbolo buscava também ofuscar outras religiões, principalmente as protestantes.

A oposição às religiões protestantes era pauta permanente na mitra de Olinda desde o final do século XIX e se manteve assim na entrada do século XX. A presença de missionários protestantes em Pernambuco causava incômodo aos líderes católicos desde o final do século XIX, o que os levou a pregar contra bíblias, ideias e religiosos protestantes. Gabriella Chalegre Alves destaca que a Liga de Combate ao Protestantismo já estava sendo formada em alguns locais de Pernambuco no fim dos oitocentos, sob a liderança de Frei Caetano de Messina (1807 – 1878) e, após sua morte, pelo Frei Celestino Di Pedavoli²⁵⁹. Durante o *Congresso Católico de Pernambuco*, realizado em 1902, Dom Luiz Britto recomendava aos presentes que todos deveriam se unir contra as religiões protestantes, consideradas por ele um inimigo a ser combatido, assim como o socialismo²⁶⁰. Diferente do primeiro, este último estava presente no cotidiano da sociedade pernambucana, tanto da capital quanto do interior e nos demais estados sob tutela da Diocese de Olinda, o que era um problema a ser enfrentado. Por isso o bispo fomentou a criação da Liga de Combate ao Protestantismo. A pauta contra as religiões protestantes permaneceu nos discursos dos intelectuais católicos também no arcebispado de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1916-1921), sendo utilizada, assim como as contrárias às ideias de esquerda, a maçonaria e o espiritismo, por exemplo, para reafirmação de discursos de Restauração Católica²⁶¹. Desse modo, Dom Luiz viu nas comemorações que se avizinhavam para a instalação do marco celebrativo uma oportunidade para ressaltar a especificidade

²⁵⁹ ALVES, Gabriella Chalegre. **É hora de surgir do sono, de espertar da inércia [...] e fazer florescer a nossa Religião**: a Restauração Católica em Pesqueira-PE (1889-1922). Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Pernambuco, 2019, p. 116.

²⁶⁰ LIMA, 2012, p. 73.

²⁶¹ MOURA, Carlos André Silva de. **Fé, saber e poder**: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930-1937). Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2012, p. 183.

doutrinária do catolicismo, evidenciando o culto mariano e utilizando-o como instrumento de catequização, demarcação do espaço e normatização.

Embora se constituindo como uma iniciativa privada, os organizadores das atividades não descartaram contar com o apoio do poder público para as suas atividades. No *Jornal do Recife* foi ressaltado que

A comissão central das festas do jubileo da proclamação do dogma da Conceição de Maria pede-nos a publicação do seguinte: <<O monumento á erigir-se em honra a Virgem Maria, á 8 de dezembro vindo, de custo e proporções muito modestas, porque o Estado de Pernambuco não está actualmente em condições de emprehender cousa maior, representa uma manifestação de piedade filial dos catholicos para com Maria Immaculada. Sobre um sóco de alvenaria e cantaria de granito se eleva uma bela imagem da Virgem de 3 e meio metros de altura, de ferro burilado feita na casa Raffil que é uma das mais importantes de Pariz, na especialidade. Abriga a imagem uma pequena capella de ferro fundido. O sóco tem 3 metros de altura sobre 4 de largura; haverá acesso para o pequeno recinto fechado por uma grade de ferro por pequena escada de ferro, colocada e oculta no fundo. Em tal recinto há espaço, porém, para a colocação de um altar, onde se possa celebrar o sacrificio da missa. Ainda não está fixado definitivamente o local em que será erigido o monumento. Este deverá ser uma das emminencias nos arredores do Recife, *de fôrma a ficar a imagem da Virgem dominando a cidade.*²⁶²

Em junho de 1904, a Comissão Central da Festa, já havia definido as proporções do monumento. Essa definição foi resultado de um concurso técnico dos engenheiros Alfredo Silva, Pierre Collier e Carlos Alberto de Menezes²⁶³. As proporções eram singelas apenas nas suas palavras, pois a altura da imagem e de sua base mediam juntas 6,5 metros e o monumento teria o total de 13,5 metros. No entanto, mesmo com o projeto pronto, os líderes da Igreja Católica, na capital pernambucana, ainda não tinham escolhido um local para a sua instalação²⁶⁴.

O local escolhido pela comissão para colocação da imagem da santa foi o Morro da Boa Vista, no Arraial, território da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde do Poço da Panela. O terreno retangular no topo do outeiro media 120 metros de

²⁶² IMMACULADA Conceição. **Jornal do Recife**, Recife, 29 jun. 1904a. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110>>. Acesso em: 12 out. 2018. Grifo nosso.

²⁶³ BANDEIRA, Lafayette. Monumento á Immaculada Conceição no Arrayal. **Almanach de Pernambuco**, Recife, 1905. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/228443/3098>>. Acesso em 10 jul. 2019. p. 196.

²⁶⁴ IMMACULADA Conceição. **Jornal do Recife**, Recife, 29 jun. 1904a. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110>>. Acesso em: 12 out. 2018.

comprimento e 60 metros de largura. Além disso, o terreno em que foi aberta a estrada para dar acesso ao alto do Morro também foi dado à Diocese. Ao descrever a povoação do Arraial, Francisco Augusto Pereira da Costa ilustrou bem a posição privilegiada e a visão pitoresca apresentada àqueles que do Morro da Boa Vista olhassem a cidade. Em suas palavras, a povoação

É limitada pelo rumo Norte, em grande parte, por uma cadeia de colinas que começa pelo empinado Morro da Conceição, outrora Bagnuolo, de cujas eminências se goza dos mais belos panoramas. O Recife e Olinda, com a vista do mar; rumando ao sul, os montes Guararapes; das fraldas daquelas colinas, povoações, engenhos e as mais lindas paisagens, sendo digno de nota, pela sua esplêndida beleza, o trecho cortado pelo rio Capibaribe, com margens extensas cobertas de verdejante e opulenta vegetação, deixando ver, assim, como que um extenso fio de prata serenamente serpenteando sobre um tapete de esmeraldas²⁶⁵.

Era nesse cenário que estava situado o terreno que estavam preparando, que foi doado para os festejos por uma família de posses da região por meio de um instrumento particular assinado em 06 de dezembro de 1904:

Nós abaixo assinados, herdeiros de Francisco Marinho de Albuquerque Melo, e de sua mulher, Dona Josefa Francisca Pessoa de Melo, como tais senhores e possuidores de terras no lugar Arraial da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde do Poço da Panela, do Município do Recife, Estado de Pernambuco, pelo presente fazemos doação à Diocese de Olinda do terreno, em forma de retângulo, com 120 metros de comprimento e 60 de largura, no todo ou na parte que nos pertence, onde será erigido o Monumento comemorativo do 50º aniversário da proclamação do Dogma da Imaculada Conceição de Nossa Senhora Maria Santíssima, sendo o dito monumento o centro da área do terreno doado, que fica no Alto do Outeiro, atualmente denominado Morro da Boa Vista, próximo às oficinas da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro (*The Great Western of Brazil Railway Company Limited*) e bem assim doamos o terreno em que foi aberta a estrada para dar acesso ao mesmo monumento. Em firmeza, dando para os efeitos legais o valor de 150 mil réis, assinamos o presente instrumento particular, que, escrito pelo Dr. Augusto Carlos Vaz de Oliveira, um dos doadores, foi achado conforme pelos demais doadores, perante as testemunhas abaixo. Sobre o selo de 300 réis federal, Recife, 06 de dezembro de 1904.²⁶⁶

²⁶⁵ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Arredores do Recife**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981, p. 32.

²⁶⁶ CORREIA, 1999, p. 55-56. Utilizamos o trabalho de Adelito Xavier Correia para citar o instrumento de doação do terreno à Diocese de Olinda por conta da dificuldade de encontrá-lo entre os documentos disponíveis no Arquivo Dom José Lamartine Soares de Arquidiocese de Olinda e Recife. As atualizações na grafia das palavras foram feitas pelo autor.

Após definirem o local da cidade em que o monumento ficaria, iniciaram-se, na comunidade, no mês de outubro, exercícios religiosos com o intuito de familiarizar a população da região sobre a grande festa religiosa que seria criada a partir de dezembro daquele ano. Dois eclesiásticos capuchinhos foram os encarregados de realizar missões no Arraial²⁶⁷, os freis Angelico de Câmpora e Gaudioso de Giuliano²⁶⁸. Dentro da programação havia missas diárias e cânticos à noite, durante o dia, os frades ficavam à disposição da comunidade para aqueles que desejassem realizar qualquer ato religioso, fosse pedir o batismo, confessar e pedir a absolvição de seus pecados²⁶⁹.

As “Santas Missões” foram iniciadas em 23 de outubro por Dom Luiz Britto e no dia 26 foi colocada a primeira pedra do “[...] *Grande Monumento* que vai ser erigido no alto do morro da Conceição.”²⁷⁰. É importante destacar que antes do assentamento da pedra fundamental, o local passou a ser chamado também de Morro da Conceição e não apenas como Morro da Boa Vista ou do Arraial. No século XVII, o monte também era conhecido como Outeiro de Bagnuolo. Esse nome, segundo Flávio Guerra, fazia menção ao Conde Bagnuolo, comandante de um terço napolitano que tentou erguer um forte no topo da elevação no período holandês. O autor afirma, ainda, que “terminada a invasão holandesa, passou àquele trecho a ser conhecido como Oiteiro da Boa Vista, pela excelente e bela visão que dali se descortina.”²⁷¹ Diferentemente dos fiéis católicos, espaços podem ser batizados várias vezes, sendo cada construção toponímica o resultado de sentidos que os indivíduos atribuem eles e da relação que estabelecem com o espaço com os outros. Consigo próprio, “[...] porque se utiliza do conhecimento que possui sobre a realidade circundante para nomear a espacialidade e, [...] [com os outros], porque o

²⁶⁷ Quando falamos no Arraial não estamos nos referindo ao Morro, mas à localidade.

²⁶⁸ Frei Gaudioso de Giuliano nasceu na província de Nápoles em 17 de dezembro de 1877, entrou para a Ordem Capuchinha em 15 de outubro de 1883 e, após ser ordenado padre em no dia 17 de junho de 1900, partiu para Pernambuco, onde faleceu na cidade de Garanhuns, acompanhando Dom Miguel de Lima Valverde, Arcebispo de Olinda e Recife, que fazia visita pastoral naquela localidade em 21 de novembro de 1922. PROVÍNCIA Nossa Senhora da Penha do Nordeste do Brasil. **Necrológico**. Recife: [s.n.], 2005.

²⁶⁹ MONUMENTO A MARIA IMACULADA. **A Província**, Recife, 25 out. 1904c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&PagFis=16183&Pesq=immaculada>. Acesso em: 13 out. 2018.

²⁷⁰ Idem. Grifo do autor.

²⁷¹ GUERRA, Flávio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos**. 3ª ed. Recife: Recife Itinerário, 1978, p. 98.

designativo atribuído transmite o real significado e interesse nele contido”²⁷². E cada novo batismo revela a historicidade dessas construções, mostrando qual a significação dada em determinado momento, qual foi por ela substituída.

A mudança de “Boa Vista” para “da Conceição” e o momento no qual ela ocorreu evidencia o poder simbólico do monumento que seria erguido naquele local e da nova devoção que se desenvolveria ali. O nome anterior não foi extinto, há registros em fontes de anos posteriores a 1904 que tratam o local como Morro da Boa Vista/ do Arraial – diferente do que aconteceu com Bagnuolo, nome que permaneceu na lembrança, mas caiu em desuso, sendo utilizado para enaltecer os feitos daqueles que participaram da expulsão dos holandeses de Pernambuco –, mas acabou sobreposto pelo novo. O local foi ligado à santa antes mesmo da instalação da estátua e ela cedeu-lhe seu nome. Além disso, o fato de haver registros dessa mudança em periódicos no assentamento da pedra principal da obra, permite inferir que esse nome já circulava no Recife.

Houve também uma mudança legislativa no nome do Morro e do largo que ficava em sua base. O *Jornal Pequeno*, em 27 de outubro de 1904, registrara que “ouvimos dizer que a Prefeitura vai dar a denominação de largo de D. Luiz á praça em que estão fazendo as missões e situada na base do morro da Conceição, no Arrayal”²⁷³. Essa alteração foi proposta ao Conselho Municipal em 7 de novembro daquele ano pelo Conselheiro Avila Bittencourt. Seu projeto previa a alteração do nome do monte para Morro Conceição e do largo para Praça do Bispo D. Luiz²⁷⁴. Aos 11 dias do mês de novembro de 1904, na Sala de Reuniões do Senado Estadual, local onde funcionava naquele momento o Conselho Municipal, reuniram-se os Conselheiros Ferreira Costa, Ferreira Velloso, Miguel Macêdo, Domingos Gonçalves, Leoncio Quintino, Silva Fragoso, Avila Bittencourt e José Vicente, sob a presidência do sr. Ferreira Costa, vice-presidente do Conselho, foi feita a 2ª discussão sobre a alteração do nome do largo, segundo a Ata da reunião ele chamava-se até aquele momento Praça do Raposo, para Praça Bispo D. Luiz, e do

²⁷² BRITO, Anderson Dantas da S.; MEDEIROS NETA, Olivia Moraes de. Em nome(s) de Caicó: a toponimização espacial sob olhares da República e dos republicanos. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, 2011, São Paulo, p. 2.

²⁷³ **JORNAL Pequeno**, Recife, 27 out. 1904a. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/800643/7512>>. Acesso em 27 dez. 2020. p. 2.

²⁷⁴ O Monumento do Arrayal. **Jornal Pequeno**, Recife, 8 nov. 1904b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800643/7549>>. Acesso em 27 dez. 2020. p. 2.

Monte da Boa Vista para Monte da Conceição. Ambas foram aprovadas²⁷⁵. Essas decisões foram oficializadas na Lei nº 392, assinada por Manoel Gonçalves Ferreira Costa, vice-presidente, Dr. José Zeferino Ferreira Velloso, 1º secretário, e Miguel de Abreu Macêdo, 2º secretário do Conselho Municipal, de 11 de novembro de 1904, publicada por ordem de Eduardo Martins de Barros aos 14 dias do mesmo mês²⁷⁶.

Por conta das ligações que os membros da Comissão Central tinham com a imprensa e pela tendência católica de alguns jornais também permite inferir que o elo entre a santa e o morro pode não ter sido construído pela sociedade, mas oferecido a ela. No entanto, acreditamos que o que ocorreu deve ter sido semelhante à primeira possibilidade aventada, pois a nomenclatura não é utilizada apenas em um periódico, mas aparenta estar difundida e se manteve nos dias que se seguiram à primeira ocorrência que encontramos e também nos anos seguintes, se mantendo desde o início das atividades missionárias no largo no sopé do morro até os dias de hoje e é importante também considerar o carinho que os fiéis tinham pela santa.

Segundo os periódicos da época, o assentamento da pedra fundamental foi feito com grande pompa e solenidade. Segundo a documentação, às 16h:20 min partiu um trem da Praça da República, na área central do Recife, para o Arraial, levando várias pessoas para participarem do ato. A banda do Colégio Salesiano também foi integrada à festividade. Todos se prepararam no pátio localizado na base do morro e de lá “A pedra foi conduzida em um bonito andor carregado por senhoras trajando branco, movendo-se o prestito na melhor ordem.”²⁷⁷

No alto do morro houve apresentação da banda que acompanhava a solenidade, o bispo diocesano assinou o termo de assentamento da pedra, colocou-o numa caixa de mármore e a fechou com cimento²⁷⁸. Percebemos, dessa maneira, que os envolvidos nos preparativos da festa do dia 08 de dezembro já sabiam que não seria um simples e singelo monumento com pequenas proporções, como fora

²⁷⁵ GOVERNO Municipal. **Diário de Pernambuco**, Recife, 1º dez. 1904a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_08/5983>. Acesso em 27 dez. 2020. p. 2. Consta nesse mesmo documento que foi feita na mesma sessão a segunda discussão sobre o projeto para isentar de impostos municipais a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição na Iputinga, freguesia da Várzea.

²⁷⁶ GOVERNO Municipal. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 nov. 1904b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_08/5938>. Acesso em 27 dez. 2020. p. 2.

²⁷⁷ IMMACULADA Conceição. **Jornal do Recife**, Recife, 28 out. 1904b. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&PagFis=47458&Pesq=immaculada>>. Acesso em: 30 set. 2018.

²⁷⁸ Idem.

dito pela Comissão Central da Festa. Os religiosos fizeram com que a representação da santa passasse a dominar o local, não só no sentido visual e simbólico, mas também no nome do espaço que ocupa.

Devemos destacar que, com as atividades religiosas na localidade, o “antigo” Morro do Arraial passou a se constituir como um espaço sagrado, onde a fé seria seu ponto central e dedicado a uma devoção, responsável por atividades religiosas fundamentais para as devoções na localidade. O que era caracterizado apenas como mais um morro da cidade, recebeu novos significados eclesiais que foram legitimados por diversos devotos de Nossa Senhora da Conceição.

Sobre as missões, o vigário do Poço da Panela, Maximino Cottard, padre da congregação do Sagrado Coração de Jesus, relatou que, desde o início das atividades, a quantidade e participação de fiéis ultrapassaram o que fora previsto pela organização da festa. O sacerdote também falou que “[...] se há de erguer monumento penhor da nossa fé que irá perpetuar, á semelhança do que se vê dos tempos da Grecia antiga [...]”²⁷⁹. Fica evidente a intenção do clero em fazer da empreitada algo memorável e que seja reconhecido por todos. Percebe-se, devido à participação de fiéis nas missões e suas atividades, que o Arraial se tornava, aos poucos, local de peregrinação, antes mesmo da inauguração do monumento. Padre Cottard também apresentou uma descrição do cotidiano dos exercícios religiosos aos quais se referia: as pessoas faziam invocações, cantavam, os frades as exortavam com pregações, outras levavam para o alto do Morro pedras e tijolos para o monumento. O religioso afirmara que “estas missões no Arrayal não são localizadas; convida-se a todos os pernambucanos”.²⁸⁰ É importante destacar que o religioso apontava a Virgem Imaculada como a “mamãe do Povo Pernambucano”, enquanto mencionava o seguinte:

Queremos offerecer a Deus pelas mãos de Maria Immaculada a nossa Penitencia pelo passado, reformar os erros da nossa vida, legitimar uniões irregulares, baptizar as crianças e adultos, e confirmar pelo Santo Chrisma, no mesmo logar onde, para commemorar este cincentenario de graças, se ha de erguer o monumento penhor da nossa fé que irá perpetuar, á semelhança do

²⁷⁹ COTTARD, Maximino. **A Provincia**, Recife, 26 out. 1904d. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&PagFis=16103&Pesq=immaculada>. Acesso em: 13 out. 2018. p. 1.

²⁸⁰ Idem.

que se vê dos tempos da Grecia antiga, os objectos de nossa Santa Religião²⁸¹.

As palavras do padre Maximino Cottard permitem colocar em perspectiva a importância que estava sendo dada à administração dos sacramentos aos fiéis durante aqueles exercícios religiosos e a aspiração de marcar a cidade com um objeto que perpetuaria a lembrança da fé católica. É necessário analisar essas palavras observando a relevância e o significado de cada um desses rituais. Pela confissão, os religiosos saberiam e absolveriam os pecados, passando o conhecer intimamente os fiéis; uniões irregulares seriam aquelas sem legitimação da Igreja, portanto seria necessário sacramentá-las pelo matrimônio; o batismo ligaria as crianças e os adultos que ainda não o tinham recebido à religião católica; e a confirmação através da crisma reafirmaria o batismo. Esses sacramentos eram recebidos apenas uma vez na vida, com exceção da confissão, esta que, juntamente com os demais contribuía para o controle que a instituição tinha de seus membros. Além disso, eles geravam uma aproximação entre as pessoas e a instituição naquele momento no qual essa proximidade era crucial na perspectiva pastoral e financeira. Há ainda um elemento a se destacar, levar as pessoas para junto do catolicismo as afastava do protestantismo. O convite para a participação nesses exercícios espirituais não se resumia aos moradores da capital, mas se estendia a todo o estado. O desejo de marcar o coração de Pernambuco com uma escultura à santa, destacado pelo clérigo, apresentava a noção de maioria, de que aquela obra era uma homenagem dos pernambucanos, não dos católicos de Pernambuco.

Há nesse discurso uma ideia de que todos os pernambucanos eram católicos, quando, na verdade, não o eram. Lucia Grinberg argumenta que essa noção de maioria se originou na teoria da representação política e os católicos a utilizaram como forma de legitimar a consolidação de sua instituição religiosa na República. A autora também defende que os católicos utilizaram “[...] o modelo de representação política próprio da república, baseado na maioria, para defender que o público deve ser católico.” Grinberg continua afirmando que essa era uma ideia de representação política fundamentada na “[...] identidade religiosa, na qual a nação católica precede

²⁸¹ Idem.

o cidadão republicano como critério de representação.”²⁸². Emerson Giumbelli apontou a presença desse discurso de maioria já na Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro de 1890, na qual os prelados ressaltavam a soberania de número dos católicos²⁸³. Assim como Grinberg, Giumbelli ressalta que apresentar um raciocínio baseado na maioria numérica é utilizar um recurso republicano. Ambos os autores constroem suas argumentações em trabalhos que tratam do Cristo Redentor.

Sobre esse monumento na cidade carioca, Emerson Giumbelli destaca que ele foi planejado para declarar que o Brasil era um país católico²⁸⁴. Guardando as devidas proporções, é possível notar que a linha na qual o discurso dos católicos do Rio de Janeiro sobre o Cristo foi construído se assemelha com a dos pernambucanos sobre o monumento da Imaculada. Ela era apresentada como mãe e senhora dos pernambucanos, tomando as palavras *pernambucanos* e *católicos*, por vezes, como sinônimos, deixando sempre evidente a vontade de perpetuar a mensagem que o monumento carregaria consigo para as próximas gerações. Nos dois casos havia uma ligação transnacional, no do Rio de Janeiro à doutrina de Cristo Rei, no caso pernambucano ao dogma da Imaculada Conceição de Maria e a comemoração dos seus 50 anos convocadas pela Santa Sé.

É possível perceber essa ligação na mensagem transmitida pelo padre Cottard, pois seu discurso se assemelha ao de Pio X na encíclica *Ad Diem Illum Laetissimum*. Para o pontífice, Maria seria a responsável pela ligação entre Cristo e a Igreja e seus fiéis, sendo ela a melhor canal para estabelecer um elo entre eles²⁸⁵; e é através dela que o padre oferecera a penitência e os exercícios religiosos que realizavam no Arraial, de modo que manteve seu discurso alinhado aos da Sé romana, algo que também acontecia em outros lugares no mundo que se preparavam para essa festividade.

O padre Velloso, também refletindo sobre as comemorações do cinquentenário do dogma, relatou que vários países, como a França, Portugal e

²⁸² GRINBERG, L. República Católica, o monumento ao Cristo Redentor no Corcovado. In: KNAUSS, P. (org.). **Cidade Vaidosa**: imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 62.

²⁸³ GIUMBELLI, Emerson. **Símbolos religiosos em controvérsias**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014, p. 50.

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ PIO X, 1904.

Itália, estavam participando dos festejos planejados pela Santa Sé. O religioso ainda afirmou que

Pernambuco não ficou no esquecimento, e apesar dos máos dias que vae atravessando com grande sacrificio seus filhos, ergue numa das suas colinas que formam essa cadeia semi-circular envolvendo a vasta planicie em que assenta sua formosa cidade o monumento da Immaculada, o qual ficará attestado ás gerações vindouras o seu amor entranhado pelas glorias da Virgem²⁸⁶.

Talvez o desejo não fosse somente falar às futuras gerações por meio da imagem, mas também, e principalmente, passar uma mensagem para a sociedade contemporânea, afinal, a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política, social e de redefinição das identidades coletivas²⁸⁷. Ademais, toda religião, segundo Pettazzone, “seria um produto histórico culturalmente condicionado pelo contexto e capaz de condicionar o próprio contexto”²⁸⁸. Ou seja, não apenas o evento religioso da comemoração influenciou e condicionou a Igreja de Olinda, mas também o político e, além disso, a instituição eclesiástica, por sua vez, buscou influenciar e condicionar a sociedade em que operava, desenvolvia as suas ações e onde circulam os seus fiéis.

O *Jornal Pequeno*, de 21 de outubro, trouxe a informação de que as obras da estrada que daria acesso ao Morro estavam bem adiantadas²⁸⁹. Com o assentamento da pedra fundamental e as Santas Missões, que eram realizadas no Arraial, o número de fiéis começou a crescer. As missões foram encerradas no dia 05 de novembro de 1904, quase um mês antes da inauguração. Os números apresentados após o término foram expressivos: realizaram 400 casamentos, 50 batismos e os padres atendiam das 4:00 horas às 23:00 horas²⁹⁰.

²⁸⁶ VELLOSO. **A Província**, Recife, 13 nov. 1904e. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&PagFis=16103&Pesq=immaculada>. Acesso em: 13 out. 2018. p. 1.

²⁸⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 11.

²⁸⁸ PETTAZZONE apud SILVA, Eliane Moura da. História das Religiões: algumas questões teóricas e metodológicas. In: MOURA, Carlos André Silva de. [et al.] (org.). **Religião, cultura e política no Brasil**: perspectivas históricas. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2011. p. 16.

²⁸⁹ **JORNAL Pequeno**, Recife, 21 out. 1904c. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&PagFis=7492&Pesq=immaculada>>. Acesso em: 18 dez. 2018. p. 1.

²⁹⁰ IMMACULADA Conceição. **Jornal do Recife**, Recife, 8 nov. 1904c. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&PagFis=47426&Pesq=immaculada>>. Acesso em: 18 dez. 2018. p. 1.

Os índices de batismos apresentados pelo *Jornal do Recife* divergem dos que constam no Livro de Batismo da Freguesia do Poço da Panela. Segundo os registros, foram realizados, nas Santas Missões do Arraial, um total de 120 batizados²⁹¹. Os apontamentos da paróquia mostram um número expressivo do principal rito de passagem do catolicismo, o que demonstra que a localidade já era utilizada pela população como um espaço sagrado para as atividades religiosas. Além das ações que constituíam os ritos de passagem, havia a celebração diária de missas no Arraial. O número que mais chama atenção é o de pessoas crismadas pelo bispo durante o sábado e o domingo, dias 4 e 5 de novembro: 974 jovens e adultos. Depois da crisma, houve benção de objetos de devoção, como bandeiras com os dizeres “Viva Nossa Senhora da Conceição!” e “Homenagem a Nossa Senhora da Conceição”; as missões foram oficialmente encerradas à noite, quando o bispo deu uma benção²⁹².

Antes mesmo que a imagem fosse inaugurada, o projeto empreendido pelos eclesiásticos, intelectuais católicos e pela devoção da população já transformou o local em um centro de peregrinação. Nesse momento específico, os ritos de passagem do catolicismo na Diocese de Olinda não eram realizados em qualquer local, sendo necessária, algumas vezes, a autorização para celebração de sacramentos até mesmo em capelas privadas. Mesmo assim, vários sacramentos foram efetivados no Arraial. Ainda que as atividades tenham sido realizadas num contexto das Santas Missões, o clero preparava terreno e, dessa maneira, já começava a desenvolver o espaço para um importante projeto diocesano.

No início do século XX a Igreja buscava se readaptar a sociedade, com novas maneiras para manutenção e demonstração de poder. Era necessário, naquele momento, congregar os fiéis e converter aqueles que ainda não eram católicos, uma vez que a Igreja romana não tinha mais o *status* de religião oficial do Estado e agora tinha que lidar com a concorrência pelas almas. O trabalho dos clérigos, associado à devoção da população, foi fundamental para o sucesso desse projeto no Arraial. Um mês antes da inauguração, a imagem da santa foi levada ao seu destino.

Dom Luiz Britto, junto com os freis Angelico e Gaudioso, os frades que participaram das missões, dirigiram-se ao Arraial no dia 8 de novembro para

²⁹¹ **LIVRO de Batizados da Freguesia do Poço, nº 13, do ano de 1899 – 1905.** Recife, 1904. Arquivo Dom José Lamartine Soares da Arquidiocese de Olinda e Recife. fl. 137.

²⁹² JORNAL do Recife, 1904c, p.1.

acompanhar o transporte da imagem até a base do Morro. Ela havia sido levada de trem para a localidade dias antes e se encontrava no sopé da elevação. Segundo uma coluna do *Jornal Pequeno*, o peso total da imagem e de alguns acessórios era de 12 toneladas, que seriam “[...] levadas para o alto do morro em volumes colocados sobre pequenos vagões que deverão correr sobre rails Decauville.”²⁹³

Com as obras avançadas e com grande expectativa para o dia em que o dogma da imaculada completaria 50 anos, Dom Luiz Britto publicou uma carta pastoral em 13 de novembro. Esse tipo de documentação era importante veículo de comunicação entre um bispo, o seu clero e os fiéis, uma vez que após a divulgação era publicada em periódicos e lida nas celebrações das paróquias, o que possibilitava que mesmo a parte iletrada dos fiéis tivesse acesso a seu conteúdo.

No início do documento, o prelado destacou a alegria de comemorar o que Roma proclamou em 08 de dezembro de 1854, além de lembrar os atributos de Maria. O bispo também defendeu que outras religiões reconheceram a importância da figura de Maria, exceto algumas as quais chama de seitas. O prelado também convidava “[...] jovens e virgens, velhos e meninos, para em um só espírito e expansão de coração, correremos a esse monte, *que vai ser santificado* [...]”²⁹⁴. Além disso, o religioso dizia

Sim! Os patriarchas suspiram pelo aparecimento dessa vara de Jessé, o paganismo, embora submerso nos seus erros, esperou a vinda dessa Virgem inexplicavel; o mahometismo materializado não apagou os traços dessa Estrella peregrina que annunciou a aurora da redempção; o positivismo inebriado nos valores de sua doutrina, deturpou, mas não apagou a ideia annunciada, pelo anjo; só as seitas novas, cujos corações paralisaram-se com o gelo da sua descrença poderão esterilizar-se e não offerecer uma flor ao menos, embora fanada, para juncar o solo á passagem triumphante da Rainha dos Céos!...²⁹⁵

A Igreja no século XIX teceu duras críticas ao positivismo e ao materialismo. No entanto, o bispo preferiu dirigir sua análise ao protestantismo, que não via Maria com a mesma importância que lhe é atribuída pelo catolicismo era seu principal concorrente no “mercado das almas”. Isso, em um momento delicado em que a

²⁹³ O MONUMENTO do Arrayal. *Jornal Pequeno*, Recife, 8 nov. 1904d. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800643/7549>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

²⁹⁴ BRITTO, Luiz Raymundo da Silva. Pastoral, *A Província*, Recife, 26 nov. 1904f. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&PagFis=16240&Pesq=immaculada>. Acesso em: 17 dez. 2018. p.2.

²⁹⁵ Idem.

Igreja necessitava de um número expressivo de fiéis, não só para executar seus projetos, mas também para se estruturar financeiramente, pois tentava viabilizar-se como empreendimento religioso e organização burocrática²⁹⁶.

No ambiente de disputa que foi potencializado com a publicação do *Decreto 119-A*, que além de retirar do catolicismo o status de religião oficial, deu a outras religiões²⁹⁷ os mesmos direitos e permissões. Sendo assim, era importante para os líderes católicos desqualificar outras práticas eclesiais, apontando como seitas por não crerem em Maria. O discurso do prelado buscava demonstrar o catolicismo como a religião, apontando as outras como inferiores. O motivo dessa inferioridade foi caracterizado pela descrença dos protestantes nos dogmas atribuídos pela Igreja à Maria. Sendo assim, o bispo de Olinda atacou diretamente os evangélicos, aos quais sequer nomeia, contrapondo a eles o paganismo e o “mahometismo” para mostrar que dentre as outras crenças, as piores eram aquelas que não acreditavam em Maria²⁹⁸.

No início dessa mesma Pastoral, Dom Luiz falara da natureza teológica do dogma da Imaculada Conceição de Maria e, ao mesmo tempo, da estátua a ser inaugurada, com destaque que “Vencido foi o peccado, e sob o pé dessa Virgem, tornado forte pelo fructo divino que de suas entranhas formou-se estorce-se debalde a serpe infernal.”²⁹⁹ Ele apontava a serpente como representação do pecado, que, em sua perspectiva, fora esmagado por Maria. A estátua no alto no Morro apresentava uma mulher coroada com um manto sobre as vestes, as mãos unidas como se estivesse fazendo uma oração, olhando para baixo e com uma serpente sob seus pés, fazendo menção ao seguinte trecho bíblico “Porei ódio entre ti e a mulher, entre a tua descendência e a dela. Esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar” (Gn. 3-15). Também nesse documento o eclesiástico apresentou a programação da festa. O programa das comemorações do jubileu foi amplamente divulgado em periódicos da capital e destacava que as comemorações no Morro da Conceição para sua inauguração começariam ainda na noite do dia 7 de dezembro e durariam até a noite do dia seguinte.

²⁹⁶ MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira: 1890 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 161.

²⁹⁷ Religiões de matrizes africana e ameríndias e o espiritismo ainda eram tidos como seitas ou seus fiéis eram analisados como pessoas com distúrbios mentais. Mesmo trazendo consigo a ideia de progresso, a República brasileira trouxe para si, quando proclamada, preconceitos religiosos que estavam enraizados na sociedade e que, algumas vezes, partiam de instituições.

²⁹⁸ BRITTO, 1904f, p. 2.

²⁹⁹ Idem.

Ainda nesse documento, Dom Luiz Britto aproveitou a oportunidade e agradeceu aos doadores do torrão, destacando que “os proprietários do terreno, generosos cederão-n’o, e será sobre o dom gratuito desses filhos que a Imaculada Virgem receberá nosso tributo e amor filial”. Por fim, o eclesiástico convidou os fiéis, o clero, as confrarias e as ordens religiosas a participarem todos ou ao menos se fazerem representar na vigília que se iniciaria na noite do dia 07 até a manhã do dia 08, quando aconteceria a benção e dedicação da imagem, missas, a Benção Papal e a concessão de Indulgência Plenária³⁰⁰ aos fiéis que tivessem comungado e se confessado³⁰¹.

2.3 O monumento do Morro da Conceição

Escolhido o local, o engenheiro Lafayette Bandeira ficou responsável por planejar a estrada que daria acesso ao espaço onde o monumento seria erguido. O convite para que Lafayette Bandeira realizasse um estudo para posteriormente projetar e construir o acesso ao alto do Morro foi feito pelo também engenheiro dr. Alfredo Silva, um dos membros da subcomissão nomeada por Dom Luiz Britto responsável por escolher o local e a forma do monumento. Lafayette destacava que a ideia era construir uma estrada que além de permitir o acesso dos que se dirigissem ao Morro, permitisse especialmente o trânsito dos materiais de construção utilizados para construir o monumento³⁰².

Os trabalhos tiveram início no final de setembro de 1904 e começaram pelo largo existente na base do Morro do Arraial. Após estudar o espaço e desenhar sua planta, traçaram a via contornando o monte pelo lado nascente, com curvas pequenas até alcançar o topo da colina. No lugar foi demarcado o terreno onde o monumento seria instalado. Esse terreno e media 60 metros de largura por 120 de fundo, com uma área total de 7200 metros quadrados. Essa família também doou uma faixa de 5 metros de largura ao longo de toda a estrada. O primeiro traçado que foi planejado precisou ser descartado, pois em alguns trechos a estrada ficou com declive de 15%, o que junto com a largura da estrada e os pequenos raios de suas curvas dificultaria a subida de carros e carroças. Então, outro traçado foi feito, desta

³⁰⁰ Na indulgência plenária, o fiel, se cumprindo os requisitos para recebê-la, tinha/tem todos os seus pecados perdoados pela Igreja.

³⁰¹ BRITTO, 1904f, p. 2.

³⁰² BANDEIRA, 1905, p. 193.

vez com declive no ponto mais difícil de 12%, o que, segundo o engenheiro, agradou a todos que tiveram oportunidade de percorrê-la³⁰³.

A estrada media no total 840 metros, tomando como ponto de referência a estação das oficinas da *Great Western of Brazil Railway Company Limited*. Para o nivelamento, a referência tomada foi a mesma. A altitude da estação das oficinas até o topo do Morro era de 70,5 metros. Lafayette Bandeira afirmava que essa também era a altura topo do monte em relação ao nível do mar. O engenheiro destaca, compreensivelmente, a rapidez da obra de construção da estrada, que logo passou a ser trafegada. Deixaram apenas de construir em suas margens valetas para o escoamento da água. O traçado da via não se deu apenas por critérios de ordem técnica, como também de econômica e sobretudo de estética. É importante destacar a descrição apresentada por Lafayette Bandeira ao descrever a subida no Morro da Boa Vista – o que nos leva a compreender o porquê fora batizado desta forma antes da “presença” da imagem de Nossa Senhora da Conceição – na qual podemos dimensionar quão privilegiada era a localização:

Este traçado que foi adoptado impunha-se não só por condições de ordem economiza, taes como proximidade da estação da estrada de ferro, facilidade na conducção dos materiaes; como tambem pelos da ordem esthetica, pois, á proporção que se avança pela estrada, subindo, vai-se pouco a pouco e como que obedecendo a calculando mechanismo de um kinetoscopio, descortinando o mar, a cidade, as torres de suas igrejas, as chaminés de suas fabricas e emfim os seus arrebaldes, envolvidos por uma densa facha intermina de arvores apresentando verdes de todos os tons e matizes. E fóra desta facha estende-se a immensa varzea que, partindo dahi, prolonga-se de um lado até Caxangá, cujas barreiras se divisam, e do outro até encontrar a serra dos Guararapes no cimo da qual alveja a igreja dos Prazeres. E’ um espetaculo bellissimo – num raio de tres quartos de um circulo divisa-se Olinda, o mar e a cidade, Varzea, Caxangá, Apipucos, Dois Irmãos com seu reservatorio d’agua e Camaragibe de que se avistam as casas da Villa Operaria. *Não podia ser melhor a escolha deste local para a colocação do Monumento á Immaculada Conceição* – e não podemos regatear áquelles que tiveram tão feliz ideia, os dois distinctos engenheiros os Drs. Alfredo Silva e Carlos Alberto [de Menezes], que tendo sido o que mais se esforçou pela ercção deste monumento teve de succumbir antes de vêr realizado o seu mais santo e acarinhado desejo. Ainda me lembro de ve-lo já bem doente tomando inhalações de oxygenio, com os olhos fitos em mim, como a recommendar-me cuidado na execução do seu sonho de verdadeiro crente; e mais tarde foi-me negada licença para ve-lo porque, não podendo falar, a minha visita obriga-lo-ia a isso tal era o seu empenho em obter informações acerca do andamento das obras.

³⁰³ BANDEIRA, 1905, p. 194.

E foram as suas últimas palavras de recomendação ao seu dedicado amigo e colega Dr. Alfredo Silva para que não abandonasse o monumento, para que levasse a cabo a obra encetada³⁰⁴.

Lafayette Bandeira apresenta no trecho acima um panorama do Recife e seus arredores e revela a importância que foi dada à estética durante seus trabalhos. Não só à estética, como também à paisagem, para que a subida do Morro fosse agradável aos olhos daqueles que a ela se submetessem. Um mapa da cidade do Recife da década de 1940 ajuda a ilustrar quais pontos da cidade e de alguns municípios vizinhos podiam ser avistados ainda na subida ao do Morro do Arraial. O ponto *A* no mapa é onde está localizado o Morro; no ponto *B* temos a Várzea, próxima à Caxangá; no canto superior direito do mapa, o ponto *C* marca a cidade de Olinda; a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres não aparece no mapa, mas fica bastante próxima ao ponto *D*; e o ponto *E* marca a região do Porto do Recife.

³⁰⁴ BANDEIRA, 1905, p. 195. Grifo nosso.



Figura 2 - Planta da cidade do Recife e arredores. Ano de 1943
Fonte: Mapoteca CENDOCNE UFPE.

Carlos Alberto de Menezes, personalidade que Lafayette Bandeira fez questão de destacar, teve grande importância na obra. Também obteve destaque na Pastoral divulgada por Dom Luiz Britto no dia 10 de dezembro de 1904 para agradecer a todos que participaram dos festejos no Morro da Conceição e comemorar o êxito da festa. Dom Luiz falava que em meio a tantas alegrias vividas naqueles dias, vertia uma lágrima sobre o túmulo ainda fresco do benfeitor e seu amigo Menezes, que tanto se empenhara para edificar aquela obra³⁰⁵. Lafayette Bandeira afirmava ser Carlos Alberto de Menezes o crente fervoroso que era a alma de todo aquele monumento. Foi ele o responsável por fazer encomendas à França, de onde veio a estátua da santa, e ao Rio de Janeiro. Além disso, também escolheu e contratou os operários que trabalharam nas obras, distribuiu o serviço, estimou a

³⁰⁵ BRITTO, Dom Luiz Raymundo da Silva. Pastoral. **Jornal do Recife**, Recife, 11 dez. 1904d. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/705110/47566>>. Acesso em 19 mar. 2020.

quantidade de materiais a comprar. Para Lafayette Bandeira, foi Carlos Alberto de Menezes o grande responsável pela obra³⁰⁶.

O monumento no Arraial foi pensado para ser composto de duas partes principais: o pedestal e o nicho. A imagem que fora encomendada deveria ficar sobre o pedestal e sob o nicho. O pedestal foi construído com uma base de cantaria de gneiss-granito, um socó de alvenaria erguido com pedras tocas oriundas das pedreiras existentes em Macacos “e de uma cornija também de aparelho, como a base de ambos provenientes da Capital Federal.”³⁰⁷ O pedestal foi feito com uma altura total de 3,5 metros, tendo a base 91 centímetros, o socó 1,48 metro e a cornija 61 centímetros.

O nicho foi colocado em cima do pedestal. Ele tinha 4 colunas de ferro fundido, e um zimbório, também de ferro fundido, em sua parte superior, encimado por uma flecha. A altura do nicho era de 9,40 metros, a contar da parte superior do pedestal. A imagem da santa foi colocada sobre uma peanha de 1,10 metro feita de pedra de cantaria da mesma procedência das pedras da base e da cornija do pedestal.

A imagem proveniente da celebre casa *Raffi* de Paris, é de uma perfeição não só quanto á fundição e natidez das linhas, como também á pintura admiravelmente acabada.

As feições do rosto são de uma naturalidade inacreditavel, sendo que todas as partes guardam a mais stricta proporcionalidade. A sua altura é de 3,^m 30. Agora se adicionarmos a altura do nicho á do pedestal teremos a altura total do monumento que será então de 12,^m 60. Sobre a cornija do pedestal assenta um gradil de ferro fundido, que envolve o nicho e tem na parte posterior do monumento um pequeno portão, que dá ingresso para o coroamento do pedestal onde ha espaço suficiente para se armar um altar e celebrar-se missa com toda a comodidade e facilidade de movimento, que taes actos exigem.

No socco de alvenaria tosca acham-se engastadas tres placas de bronze, sendo a primeira destinada a comemorar o jubileu da proclamação do dogma da Immaculada Conceição, a qual contem a seguinte inscripção:

<<Immaculate Conceptionis Mariae Virginis. Ctholici Pernambucenses in Memoriam Quinquagenarii Jubilei Dogmaticae. Proclamationis.

O. C. D.

VIII Decembri MCMIV.³⁰⁸

³⁰⁶ BANDEIRA, 1905, p. 196.

³⁰⁷ BANDEIRA, 1905, p. 197.

³⁰⁸ Idem.

A segunda placa foi instalada para registrar a gratidão da Comissão ao Dr. Alfredo Silva, que, para Lafayette Bandeira, com muito esforço e abnegação conseguiu levar a cabo a tarefa de erguer o monumento. A terceira placa registrou os nomes de todos os membros da Comissão encarregada da elevação do monumento, destacando honrosamente Carlos Alberto de Menezes. “Terminando, temos ainda a dizer que o monumento custou cerca de 37 contos de contos de réis, incluindo neste preço as despesas feitas com a construção da estrada, de acesso etc. etc.”³⁰⁹ Lafayette finalizando sua explanação sobre a construção do monumento destacando que:

A sua inauguração, a 8 de dezembro de 1904, foi um verdadeiro acontecimento para Pernambuco, pois, de todas as partes do Estado veio gente assistir a ella e, conforme disse um jornal publicado no dia seguinte, *calculou-se em 30 mil o numero de visitantes ao monumento*³¹⁰.

Antes das celebrações de inauguração do monumento e comemoração dos 50 anos do dogma da Imaculada Conceição, o clima de expectativa já era grande entre os fiéis da Diocese de Olinda. Na tarde do dia 8 de novembro a imagem fabricada na França foi levada de trem até o Arraial, com expectativa de que o monumento estivesse concluído dentro de um mês³¹¹. Após a chegada, no largo no Arraial, a imagem foi levada até o topo do Morro em cima de toras de madeira por confrades vicentinos³¹² O *Jornal Pequeno* em 25 de novembro daquele ano afirmava que “Nota se grande e crescente dedicação do povo e é de esperar que a inauguração do monumento [...] seja um facto excepcionalmente grande, e que ficará para sempre na memoria da nossa população.”³¹³ Segundo Antônio Paulo Rezende, quem no Recife quisesse ir até mais longe, como era o caso do Arraial, valia-se de trem, uma vez que se caracterizava como o principal meio de transporte do período³¹⁴. É importante destacar que as romarias ao Arraial invertiam a ordem existente até então na Diocese. Como dito no primeiro capítulo de nossa

³⁰⁹ BANDEIRA, 1905, p. 198.

³¹⁰ Idem. Grifo do autor.

³¹¹ IMMACULADA Conceição. *Jornal Pequeno*, Recife, 10 nov. 1904e. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/705110/47466>>. Acesso em 19 mar. 2020.

³¹² CORREIA, 1999, p. 57.

³¹³ **JORNAL Pequeno**, Recife, 6 dez. 1904f. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&PagFis=7609&Pesq=immaculada>>. Acesso em: 18 dez. 2018. p. 2.

³¹⁴ REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. 2. ed. Recife: Ed. UFPE, 2016. p. 80.

dissertação, os fiéis dos bairros mais afastados do centro se deslocavam até lá para participarem das procissões e outras celebrações religiosas festivas. Naquele momento, os fiéis do centro e dos bairros mais afastados foram convidados para participarem de uma celebração religiosa num arrabalde da cidade e aceitaram o convite, tanto que as companhias que administravam o transporte ferroviário precisaram se organizar previamente para tentarem atender a demanda de passageiros. Para a condução dos fiéis, as companhias *Great Western* e *Caxangá* enviaram trens extras para o Arraial durante todo o dia. Também era esperado um aumento da demanda para os trens que passavam pelo Arraial pelas companhias *Great Western* e *Caxangá*, empresas de transporte ferroviário, havendo inclusive preocupação para que não houvesse incidentes no dia 8 de dezembro³¹⁵.

A expectativa de aumento no número de passageiros indo até o Arraial também foi noticiada nos dias que antecederam a inauguração do monumento. A *Great Western* anunciava a oferta de trens partindo do Brum ao Arraial das 05:15 horas às 22:05; já no sentido contrário das 05:35 horas às 22:45³¹⁶. A Companhia Ferro Carril de Pernambuco também anunciava que realizaria viagens extras com seus bondes. Eles partiriam da Matriz da Boa Vista às 04:40 da manhã, chegando ao Brum às 05:05 para que as pessoas embarcassem no trem das 05:15 com destino ao Arraial³¹⁷. A *Great Western* também anunciou a expedição de trens extras pela estrada de ferro do Recife à Várzea e Dois Irmãos e partindo de Tiúma pela estrada de ferro de Limoeiro. O primeiro trem partindo de Tiúma no dia 8 de dezembro estava programado para as 05 horas da manhã, com chegada prevista no Arraial às 06 horas; já a volta estava programa para às 08:20, com chegada à estação Tiúma às 09:20³¹⁸.

No dia 8 de dezembro de 1904, as homenagens à santa começaram antes do raiar do dia e seguiram até a noite. Fiéis de todas as partes fizeram romaria ao Morro, assim como clérigos seculares e regulares. Foram montados coretos e barracas no local. A subida de carroças foi proibida para evitar atropelamentos e acidentes. Também foi feito um reforço na segurança, com 80 praças de infantaria e

³¹⁵ JORNAL do Recife, 1904b, p. 2.

³¹⁶ AVISO. **Jornal do Recife**, Recife, 4 dez. 1904e. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/705110/47548>>. Acesso em 19 mar. 2020. p. 2.

³¹⁷ AVISO ao publico. **Jornal do Recife**, Recife, 7 dez. 1904f. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/705110/47556>>. Acesso em 19 mar. 2020. p. 2.

³¹⁸ Idem.

20 de cavalaria, a fim de manter a ordem no local³¹⁹. A *Provincia* destacou como a celebração foi exitosa. Segundo o periódico, os trens disponibilizados partiram lotados, de um modo que tornou difícil o embarque de passageiros nas estações ao longo do caminho até o Arraial. Os que conseguiram embarcar foram mal acomodados nos vagões. A multidão que chegava no Arraial nos trens da estrada de ferro Limoeiro e pela estrada de ferro Caxangá se uniu aquela que já estava no local³²⁰.

No alto no Morro, cheio de bandeirinhas e barracas, animavam a multidão as bandas do Colégio Salesiano e a Charanga do Recife. Às 6 horas Dom Luiz Britto junto com um cortejo de autoridades civis e eclesiásticas subiu o Morro para abençoar a imagem. Faziam parte do séquito membros do cabido, os membros da Comissão responsável pelo empreendimento, o alferes Dr. Coelho Ramalho como representante do general comandante do distrito, major Peregrino de Faria representando o governador do estado, acadêmico Raul de Moraes representando o prefeito da cidade do Recife, monsenhor Oliveira Lopes, vigário Cavalcanti, Cônego Freitas, vigário Francisco Silva, frei Gaudioso, vigário Velloso, monsenhor Fabrício e monsenhor Marcolino do Amaral, vigário geral da Diocese de Olinda e as bandas Charanga do Recife, a do Colégio Salesiano e a banda musical da Sociedade 15 de junho do Arraial³²¹. Merece atenção o número de autoridades civis presentes e membros do alto clero diocesano. Isso demonstra influência e boa articulação do bispo diocesano, além de legitimação dado ao evento religioso pelo poder político.

Dom Luiz Britto participou da cerimônia paramentado com suas vestes pontifícias, usando a mitra e empunhando o báculo. Juntamente com os membros da comissão e representantes das principais autoridades, o bispo subiu ao nicho para retirarem o tecido vermelho que envolvia a imagem. Após a retirada, as bandas tocaram o Hino Nacional e soltaram vários fogos para comemorar a inauguração. O bispo voltou-se para o povo e proferiu um discurso de agradecimento a todos que colaboraram para que aquela sua ideia se realizasse. Findo o discurso, foi celebrada uma missa e ao seu término foi dada a benção papal e indulgência plenária aos fiéis.

³¹⁹ IMMACULADA Conceição. **Jornal do Recife**, Recife, 8 dez. 1904g. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/705110/47558>>. Acesso em 19 mar. 2020.

³²⁰ MONUMENTO á Immaculada Conceição. **A Provincia**, Recife, 10 dez. 1904g. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/16299>. Acesso em 23 dez. 2019.

³²¹ Idem.

Os festejos e romarias seguiram ao longo de todo o dia, sendo concluídos solenemente às 18 horas com um *Te Deum* cantado pelo bispo e pelos presentes³²².

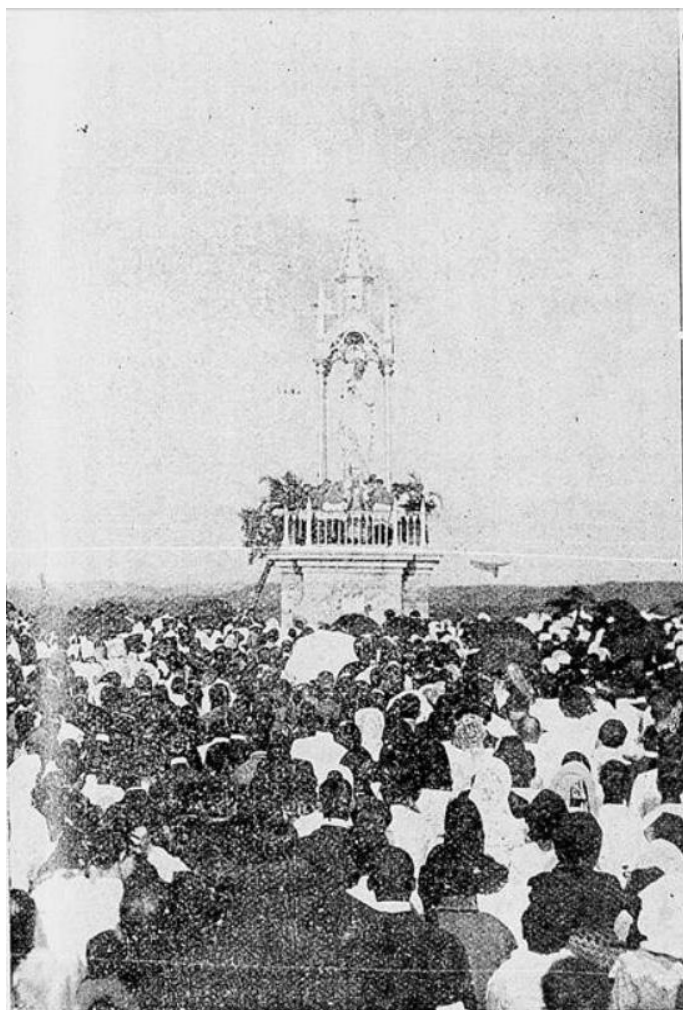


Figura 3 - Dom Luiz no momento do *Orate frates*.

Fonte: Revista da Semana, Rio de Janeiro, 2 abr. 1905

Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/025909_01/3104>. Acesso em: 12 ago. 2020.

O monumento foi iluminado à noite por 14 grandes lâmpadas a álcool e outras menores alimentadas por eletricidade, dispostas ao longo do nicho. A *Provincia* também registrou que ao longo do dia, fotógrafos amadores e profissionais foram até o Morro para registrar imagens do local e do monumento. Além disso, o periódico apontava que não ocorreram intercorrências nas proximidades do monumento nem nas estradas de ferro que levavam os fiéis até o lugar. Foi registrado também que

³²² Idem.

daquele dia em diante o Morro da Boa Vista passou de maneira definitiva a se chamar Morro da Conceição³²³.

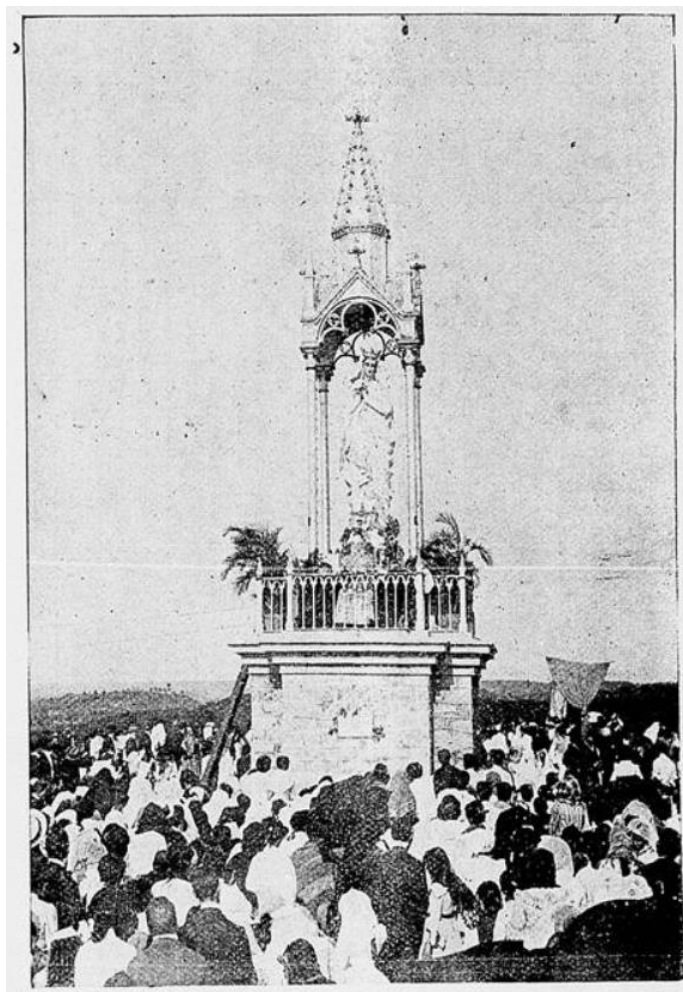


Figura 4 - Frei Gaudioso celebrando no altar preparado aos pés da santa

Fonte: Revista da Semana, 2 abr. 1905.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/025909_01/3104>. Acesso em: 12 ago. 2020.

Na imagem acima, pode-se observar a quantidade de fiéis que participavam de uma das missas celebradas, essa por frei Gaudioso de Giuliano, após a que fora rezada por Dom Luiz Britto. Outrossim, também se pode enxergar ao fundo os arrabaldes da cidade do Recife. Os jornais dos dias que se seguiram após a inauguração noticiaram o êxito do projeto da Diocese de Olinda. Segundo *A Província*, “Constituiu um verdadeiro triumpho para a igreja catholica de Pernambuco essa brilhantissima solemnidade, a que assistiram mais de 20.000

³²³ Idem.

peçoas [...]”³²⁴. Lafayette Bandeira no Almanach de Pernambuco apontou um número de 30 mil participantes. Já o *Jornal do Recife* informara aos seus leitores na primeira página que “Ha muito não assistiamos uma solemnidade de tão grande imponencia [...]. Desde ás primeras horas da manhã notava-se movimento desusado na cidade. Clérigos, religiosos, membros de associações leigas, autoridades civis participaram do ato”³²⁵.

Algumas pessoas passaram o dia todo no local, onde foram montadas barraquinhas nas quais era possível encontrar lembranças daquele momento. Nota-se na imagem, também, o céu limpo, que favoreceu a participação das pessoas naquele local descampado. Fora favorecida também a visibilidade, que de dia era proporcionada pelo local e dimensões da obra, e à noite pela iluminação à luz elétrica que foi instalada³²⁶. Esse evento e a estátua, esta que foi seu ponto central e ao redor do qual ele aconteceu, firmou a presença do catolicismo na paisagem do Recife, em seu cotidiano³²⁷. Estabeleceu-o, do mesmo modo, em sua história, pois a cidade contém o seu passado em suas ruas, suas janelas³²⁸ e em seus monumentos.

Embora não saibamos ao certo o número de pessoas que se deslocaram de várias partes do estado para visitarem o Morro da Conceição, é certo que foram muitas. E não foram apenas fiéis que o fizeram, mas várias foram conhecer o espaço ou apenas olhar a capital e as suas cidades vizinhas de outra perspectiva da que conheciam até então. A presença de autoridades civis no evento demonstrava que essas autoridades davam legitimidade ao poder eclesiástico e a seus discursos, o que não causa surpresa, pois nesse período era comum que esses poderes se utilizassem um do outro para legitimação mútua, e a Igreja precisava de uma proximidade com o poder civil para ter mais facilidade para alcançar seus interesses. Além disso, o fato de que a comissão central responsável pela festividade era

³²⁴ MONUMENTO á Immaculada Conceição. **A Provincia**, Recife, 10 dez. 1904h. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/16299>. Acesso em: 31 ago. 2020, p. 1.

³²⁵ IMMACULADA Conceição. **Jornal do Recife**, Recife, 10 dez. 1904h. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/705110/47562>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

³²⁶ MONUMENTO á Immaculada Conceição. **A Provincia**, Recife, 10 dez. 1904h. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/16299>. Acesso em: 31 ago. 2020, p. 1.

³²⁷ LOPES NETO, José Pedro. O monumento mariano no Morro da Conceição. In: IIº Encontro Nacional do Centro de Estudos em História Cultural das Religiões. 2019. Recife. **Anais do IIº Encontro Nacional do Centro de Estudos em História Cultural das Religiões**. Recife: Edupe, p 387.

³²⁸ CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

composta de figuras notáveis da sociedade pernambucana³²⁹ faz crer que esse fator gerava proximidade da Igreja com as autoridades. A execução do Hino Nacional no início da cerimônia foi mais um demonstrativo de reconhecimento do poderio estatal. Assim, o bispo passava a mensagem que a cidade era católica, independente da laicidade do Estado.

Após a exitosa inauguração, Dom Luiz publicou uma Pastoral em 10 de dezembro daquele ano. Nela, o prelado agradeceu a todos aqueles que colaboraram para que a empresa da Diocese tivesse sucesso. Ele afirmava que “Ella [Maria] lá está abençoando estes mares, estes bosques, estas cidades, esta diocese amada, que puzemos sob sua guarda”³³⁰, referindo-se à estátua e sua posição geográfica. Entretanto, o bispo acreditava que era importante que outros projetos fossem desenvolvidos a partir daquele que fora finalizado, tomando a celebração que acabara de ocorrer como o início, não o fim.

O eclesiástico expressou os planos para construir uma capela e duas escolas no local, uma para meninos e outra para meninas. O intuito naquele momento era utilizar a estátua para irradiar o catolicismo, pedagogicamente com o monumento, fidelizando as pessoas pelos ritos de passagem a serem celebrados no novo templo e ofertando ensino religioso nas escolas que almejava construir para educar as crianças também na fé. Quanto ao empreendimento do monumento mariano no Morro da Conceição, consideramos que seus idealizadores e realizadores obtiveram um sucesso além do esperado. A estrutura que foi construída visava propagar a mensagem religiosa da Igreja. Naquele momento histórico, a Igreja, que se colocava como única via de salvação, via-se numa posição delicada em relação às religiões protestantes. Scott Mainwaring defende que nessas ocasiões de preocupação com sua posição em relação à outras igrejas, número de pessoas para disseminar suas ideias, a Igreja pode incorrer em práticas inconsistentes com seu credo³³¹. No caso que analisamos aqui, embora em um contexto de preocupação tanto com sua posição quanto com a propagação de sua mensagem, a Diocese propôs uma maneira diferente de demonstrar poder e passar a mensagem ao mesmo tempo. A

³²⁹ MOURA, Carlos André Silva de. LOPES NETO, José Pedro. A invenção de uma devoção: Nossa Senhora da Conceição e o Morro do Arrayal na cidade do Recife (1904), **História e Cultura**, vol. 9, n. 1, jan-jul 2020, p. 476.

³³⁰ LUIZ, Bispo de Olinda. Monumento da Conceição. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 dez. 1904b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/6014>. Acesso em 31 ago. 2020, p. 1.

³³¹ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 16.

Igreja visava assevera-se como detentora do monopólio da salvação e obstruir o caminho daquelas que pudessem com ela concorrer³³². Usando uma colina como púlpito e uma imagem de Maria como arauto das mensagens católicas, conseguiu reunir grande número de pessoas em torno de seu objetivo. Nessa empreitada, criou-se um espaço de fé, uma nova devoção a Nossa Senhora da Conceição, o Morro tornou-se um ponto turístico e seu monumento um cartão postal da cidade.

Lucia Grinberg, ao fazer uma análise sobre o monumento do Cristo Redentor no Corcovado, na cidade do Rio de Janeiro, argumenta que a estatuária sacra usualmente é produzida em escalas próprias para interiores, como altares ou oratórios, por exemplo. Segundo autora, os ambientes exteriores que por vezes abrigam estátuas sacras costumam ser associados ou ter com proximidade com o sagrado³³³. Falando especificamente do Cristo Redentor, Lucia Grinberg afirma que “[...] o projeto de inscrição de uma estátua do Cristo na paisagem da cidade tem como objetivo atingir um público muito maior: todos os cidadãos.”³³⁴. O mesmo se aplica, guardadas as devidas proporções, ao monumento no Morro da Conceição.

O espaço no qual foi erigido o monumento não era um espaço de devoção ou ligado ao sagrado, mas apenas um ambiente despovoado, distante do centro da capital. A Diocese de Olinda participou de uma operação de espacialização, num empreendimento que deseja afirmar e, mais que isso, influenciar e produzir identidades. Ao passo que essas identidades católicas agiram na formação do espaço, também se desejava agir e influenciar indivíduos para orientá-los a seguir no caminho do catolicismo. Afinal, “a religião é um dispositivo de representação cultural de grande força e eficácia, uma dimensão das representações culturais do mundo” e “a identidade religiosa estabelece parâmetros culturais que influenciam as práticas cotidianas, os lugares, relações, posições hierárquicas, atitudes e representações”³³⁵. A religião gera e influencia representações e essas, por sua vez, geram práticas sociais como as novas devoções e as manifestações culturais. Nesse sentido, as religiões ditam normas de como os indivíduos devem ser e como devem estar em determinada cultura, estabelecem códigos morais e de conduta. Ter um

³³² BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 58.

³³³ GRINBERG, 1999.

³³⁴ Idem.

³³⁵ SILVA, Eliane Moura da. História das Religiões: algumas questões teóricas e metodológicas. In: MOURA, Carlos André Silva de. (et al.) (org.). **Religião, cultura e política no Brasil: perspectivas históricas**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2011. p. 21.

novo espaço de devoção no contexto vivido, tanto político e, no caso específico da Mitra de Olinda, no cultural, no qual havia uma concorrência de representações de fé.

Buscou-se a todo momento reafirmar a catolicidade do povo pernambucano através dos discursos dos fiéis e de seu clero, também por meio da imagem de Maria no alto do Morro, com a finalidade que ela alcançasse não só os católicos, mas toda a população da cidade do Recife e aqueles que a ele chegassem³³⁶. Quando o Morro no qual o monumento foi instalado deixou de ser chamado de “Morro da Arraial” para ser “da Conceição”, o espaço começava a ser sacralizado, processo que se efetivou com na inauguração. A invenção da devoção e o processo de monumentalização da fé impulsionou o culto, incentivou romarias realizadas por associações religiosas de leigos, por clérigos e religiosos. O sagrado passou a fazer parte daquela localidade.

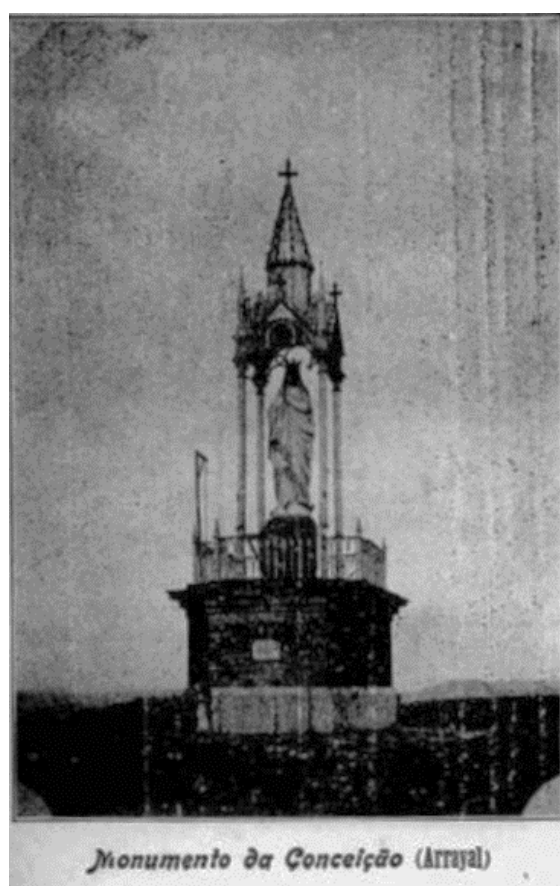


Figura 5 – Monumento da Conceição no Arraial

Fonte: Almanach de Pernambuco, 1906. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³³⁶ LOPES NETO, 2019, p. 385.

O cartão postal da imagem de Nossa Senhora da Conceição no alto do morro é ilustrativo para compreendermos a grandiosidade da construção. A utilização deste tipo de documento para os fiéis, mas, especialmente, para parte da população do Recife, contribuiu para a construção de uma identidade do povo com o novo monumento da cidade. A constituição da visão da santa não estava resumida à localidade da sua construção, mas poderia “acompanhar” o devoto por várias localidades, mesmo distante do seu espaço físico.

O empreendimento do clero da Diocese de Olinda, juntamente a setores do laicato e de personalidades notáveis da sociedade recifense, obteve destaque de outras ações realizadas para o jubileu de ouro do dogma da Conceição. A questão não se dá por conta da construção de um monumento, pois outros foram erguidos em várias cidades, como Itambé, localizada na divisa de Pernambuco e o Estado da Paraíba. Nas igrejas da diocese, mesmo naquelas que colocaram alguma imagem nova, eram celebradas missas, tríduos, novenas para a Senhora da Conceição, nada que fugisse do ordinário ou que tivesse o objetivo de se perpetuar. No Recife, instalou-se um monumento que poderia ser visto desde a região portuária até as partes mais afastadas da cidade e em municípios vizinhos. Como pretendido pela Comissão Central da Festa, a santa conseguia dominar toda a cidade como forma de imposição do catolicismo. Neste sentido, deve-se destacar o poder deste grupo religioso na formação eclesial dos pernambucanos.

A imagem de ferro de uma mulher coroada, de mãos unidas como em oração, pisando a cabeça de uma serpente sobre um globo terrestre, tal como aquela que é falada no livro do Gênesis, passou a reinar sobre o Morro da Conceição. Na posição que ela ocupava no espaço citadino, poderia se assemelhar a mulher apresentada no livro do Apocalipse de João³³⁷. O formato da imagem se assemelhava às demais representações de marianas indicando sua concepção presentes nas igrejas do Recife. A do Morro se destacava pelo tamanho e pelo material, o ferro fundido, quando a estátua sacra naquele momento na capital era composta majoritariamente por imagens em madeira. Na imagem do Arraial, unia-se a longa tradição da fé mariana regional, a modernidade de seu material e o desejo de torná-

³³⁷ “Apareceu em seguida um grande sinal no céu: uma Mulher revestida do sol, a lua debaixo dos seus pés e na cabeça uma coroa de doze estrelas.” Apocalipse, c. 12 v. 1. Bíblia Sagrada Ave-Maria. Editora Ave-Maria. Edição do Kindle.

la sempre contemporânea. A estátua constitui-se como a representação do poder do catolicismo, mesmo em um período de laicização, com a diminuição das inserções do clero nas decisões políticas. Para Roger Chartier, a representação apresenta duas faces: “[...] de um lado, a representação manifesta uma ausência [...] de outro, [...] é a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou uma pessoa.”³³⁸ A imagem no Morro da Conceição se configurava como um presente em um ausente³³⁹. Embora haja uma forte distinção entre a pessoa da mãe de Jesus e sua imagem sobre o Morro, sua representação “[...] é um instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma <<imagem>> capaz de o reconstruir em memória e de o figurar tal como ele é.”³⁴⁰

A partir desta perspectiva, Roger Chartier também ressalta a importância das representações e das lutas entre elas para compreender os mecanismos utilizados por um grupo para impor ou tentar impor a sua concepção de mundo, seus valores e seu domínio³⁴¹. A ideia de dominação ficava clara nos discursos dos responsáveis pela empreitada do morro, eclesiásticos, leigos, devotos e intelectuais católicos, como os citados anteriormente, como os dos padres Velloso, Cottard e de Dom Luiz Britto.

³³⁸ CHARTIER, Roger. **À beira da Falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 74.

³³⁹ CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1988. p. 21.

³⁴⁰ CHARTIER, 1988, p. 20.

³⁴¹ CHARTIER, 1988, p. 17.

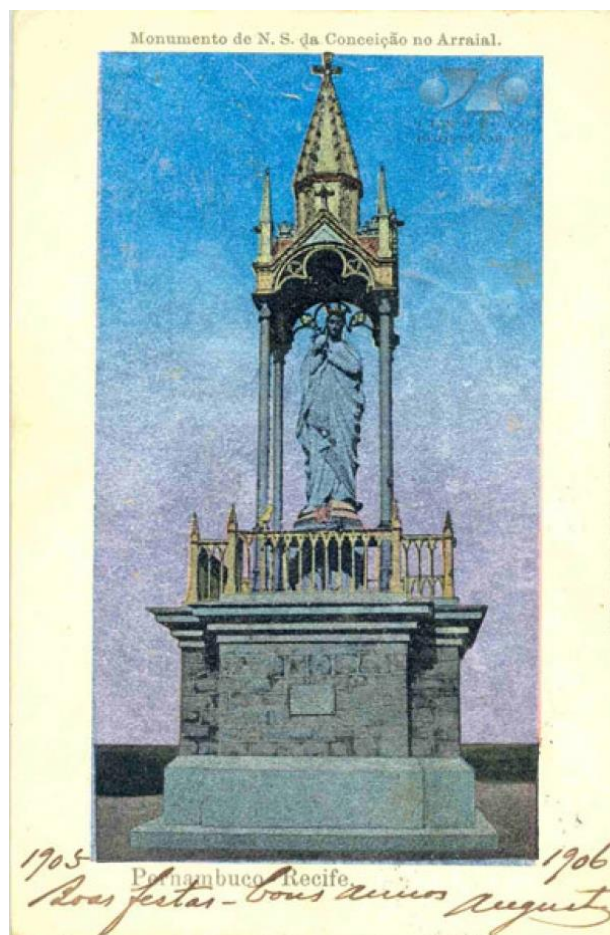


Figura 6 – Cartão postal do Recife no fim do ano de 1905 com a imagem do monumento de Nossa Senhora da Conceição no Morro do Arraial (PE).

Fonte: Villa Digital da Fundação Joaquim Nabuco, arquivo Josebias Bandeira. Disponível em: <http://villadigital.fundaj.gov.br/index.php/cartoes-postais/item/425-monumento-de-nossa-senhora-da-conceicao-no-arraial>. Acesso em: 21 mai. 2019.

A partir do dia 8 de dezembro de 1904, o Morro da Conceição se tornou local de romarias e um cartão postal da cidade do Recife. Até lá iam fotógrafos para registrar tanto o monumento quanto a paisagem da cidade. Os peregrinos se deslocavam até o local fazer suas orações, rezar novenas, o terço. A empreitada da Diocese em criar um monumento para comemorar os 50 anos da proclamação do Dogma da Imaculada Conceição foi bem-sucedida, principalmente por ter sido aceita e referendada pelos fiéis desde o momento em que a ideia da edificação com a imagem da santa passou a ser difundida pela Comissão Central da festa, pois junto aos fiéis, o bispado de Olinda conseguiu fundos para efetivar o empreendimento e concretizar a ideia.

Além disso, num ato que se comemorava uma devoção tradicional, se criou uma devoção. Naquele momento, o culto à Nossa Senhora da Conceição não

estava somente ligado à tradição secular desse culto, mas à sua reafirmação e “atualização” pelo Papado. No início do século XX, buscava-se reafirmar a importância da instituição do Papado e, especificamente, no Recife, reafirmar o próprio catolicismo romano, pondo em destaque a figura de Maria. O principal objetivo de monumentalizar a fé no alto do morro é expressar e afirmar a catolicidade do povo pernambucano e seu reconhecimento a figura de Maria. É importante observar como a Igreja ainda se afirmar como uma totalidade da população.

A imagem no Morro da Conceição firmou a presença do catolicismo na paisagem do Recife, podendo ser avistada dia e noite de vários locais. Ela buscava tornar presente no cotidiano da cidade o catolicismo, servindo do dia 8 de dezembro de 1904 em diante como um instrumento catequético da Igreja Católica e como transmissora da mensagem da Diocese de que o povo era católico.

No ano seguinte à sacralização do Morro do Arraial, uma capela foi construída no local para a realização de missas, novenas. O local continuou a receber fiéis ao longo do período que se sucedeu, não apenas nos dias 8 de dezembro, mas ao longo de todo o ano. No capítulo seguinte estudaremos o desenvolvimento da festa religiosa no Morro da Conceição e analisar em que momento surge e como se desenvolve a festa de rua nesse espaço. Para isso, escolhemos como balizadores temporais o momento de erigição do monumento e 4 anos após a saída de Dom Sebastião Leme da Arquidiocese de Olinda e Recife, por entender que nesse momento as festas já estavam consolidadas no calendário religioso da Arquidiocese.

3 “Subir o Morro a pé seguindo a procissão”: o Recife, sua senhora e sua festa (1904 – 1925)

Sabeis, porém, amados filhos, que a religião não se contenta com a obra simples do culto; ella é como o fóco da luz, que, guardando o calor em seu centro irradia-se levando a claridade e o bem por toda parte.³⁴²

O monumento colocado no Morro da Conceição fora o ponto central da devoção que se formou naquele momento e da sacralização daquele espaço. Como destacamos no capítulo anterior, após a celebração de dezembro de 1904, Dom Luiz Britto planejava colocar em prática outros projetos aventados por ele para o local. Era desejo do prelado que fossem construídas duas escolas, uma para meninos e outra para meninas, e uma capela próxima ao monumento. Esse intento foi apresentado pelo bispo ainda em 1904, na Pastoral que dirigida aos católicos de sua diocese por ocasião da inauguração do monumento da Conceição. No entanto, os projetos só começaram a tomar forma no ano seguinte, quando a construção da capela foi iniciada. Esse hiato de pouco mais de 2 anos entre a inauguração do monumento e a conclusão das obras da capela não diminuíram as atividades e movimentação de fiéis no Morro.

Ainda em dezembro de 1904, várias pessoas visitaram o morro após a festiva inauguração do monumento da Imaculada Conceição de Maria. Alguns levados pela fé, outros para observar a visão privilegiada que era proporcionada pela localização, que permitia contemplar grande parte da cidade do Recife e seus arredores. No ano seguinte, confrarias, irmandades, associações de fiéis leigos promoveram várias romarias para o local ao longo do ano, a maioria delas partindo do centro do Recife, sendo encerrado com a celebração de missas após o término das atividades religiosas.

As celebrações religiosas do Natal 1904 e pelo Ano bom, que era como chamavam a festividade de virada de ano, do Arraial foram celebradas no Morro da Conceição. Dentre as notícias e informações apresentadas na primeira página d'*A Provincia* de 31 de dezembro de 1904, estava a dos preparativos das comemorações para a chegada do ano novo em alguns pontos da capital

³⁴² D. Luiz Britto. Pastoral de 10 de dezembro de 1904.

pernambucana. Um desses era o Morro – que, é importante destacar, era o primeiro dentre os elencados – “onde haverá missa às 3 horas da manhã, fogo de vista e outros divertimentos populares”³⁴³. É possível perceber nesse excerto que o espaço católico se tornou um ambiente de sociabilidade para os fiéis, mas que era aberto a todos que desejassem usufruir dos divertimentos.

No último capítulo de nossa dissertação, analisamos o desenvolvimento dos projetos da (Arqui)Diocese de Olinda no Morro da Conceição. Observamos a tentativa de abertura de mais uma frente de catequização na região através do ensino, a formação da festa de rua naquele local na primeira década do século XX até o ano de 1925. Passados dez anos do falecimento de D. Luiz de Britto, principal responsável e entusiasta dos empreendimentos estudados, percebemos a solidificação da festa do morro. Nessa parte de nosso trabalho buscamos responder aos seguintes questionamentos: 1. Após o dia 8 de dezembro de 1904, quais os projetos pensados e desenvolvidos no Morro da Conceição? 2. Como se formou e se estabeleceu a festa de rua naquele local? E 3. Qual a dinâmica social naquele espaço fora da época de festas religiosas?

Optamos por nomear como *festa de rua* aquela que acontecia juntamente e no mesmo período das celebrações religiosas por discordar da dicotomia entre “festa religiosa” e “festa profana”. O que se convencionou a chamar de “sagrado” e “profano” quando se referem a festas religiosas no Brasil, colocam as duas comemorações em sentidos opostos, quando, na verdade, ambas se complementam. Muitas vezes a experiência religiosa do fiel as mescla; noutras, as ortopráticas nascem a partir da relação com essas duas partes dos festejos. Entendemos, portanto, que ambas compõem a festa religiosa, estando uma imbricada na outra, constituindo duas partes complementares de um todo. Além disso, pensamos que não considerar a parte dos festejos que não está diretamente ligada ou que não provém da ortodoxia da Igreja como constituinte da festa hierarquiza diferentes manifestações religiosas igualmente importantes, como já salientamos ao longo de nossa dissertação.

É necessário que façamos uma reflexão sobre a forma heterogênea como se organizam manifestações religiosas. Para isso, utilizamos as considerações e metáforas sobre as cidades empregadas por Michel de Certeau. Para o autor, às

³⁴³ **A PRONVÍNCIA**, Recife, 31 dez, 1904i. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/16395>. Acesso em 04 mai. 2020.

regras e à organização das cidades planejadas, sobressaem as práticas de seus habitantes. Certeau defende que frente ao conjunto de possibilidades e restrições existentes nas cidades, o caminhante atualiza algumas delas, de modo que “[...] ele tanto as faz ser como aparecer. Mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais.”³⁴⁴

O pensador complementa o raciocínio afirmando que “[...] o caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial”³⁴⁵. Ou seja, o transeunte pode utilizar as alternativas que lhe são possíveis e respeitar os refreamentos que lhe são colocados, mas pode também flexibilizar as normas existentes, criar outras conforme seu desejo ou de acordo com a necessidade que houver durante a caminhada. Dessa forma, o caminhante seleciona quais das possibilidades definidas pela ordem construída vai utilizar, ao passo que também aumenta esse número de caminhos possíveis, criando rotas alternativas, atalhos e também “[...] dos interditos (por exemplo, ele se proíbe de ir por caminhos considerados lícitos ou obrigatórios).”³⁴⁶

Antes de fazer uma analogia entre os apontamentos de Michel de Certeau sobre a cidade com a religião, entendo-a para fins de análise como “[...] um sistema comum de crenças e práticas relativas a seres sobre-humanos dentro de universos históricos e culturais específicos”³⁴⁷. Sendo assim, é importante definir quais personagens tomaremos como equivalente: 1. a cidade é a religião; 2. o urbanista é a ortodoxia; 3. o caminhante é o fiel; e 4. a caminhada é a experiência religiosa vivida. As religiões são criadas por personagens inseridos na ortodoxia que desenvolvem para ela ofício semelhante ao do urbanista: é deles que emanam as regras, dogmas, interdições e visões de mundo que esperam que sejam aderidas em sua integridade pelos fiéis do mesmo modo que o urbanista espera que os usuários do espaço por ele planejado seja utilizado.

O fiel recebe de diferentes formas o discurso da ortodoxia sobre a religião, seu código de conduta moral, cívico e religioso: tendo religiosos como emitentes, por meio de catequeses, homilias, através da arte sacra, pregações e de monumentos religioso. Esses protocolos emanados da hierarquia podem ser repassados também

³⁴⁴ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 164-165.

³⁴⁵ Ibidem, p. 165.

³⁴⁶ Idem.

³⁴⁷ SILVA, Eliane Moura da. Religião, Diversidade e Valores Culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania. **REVER – Revista de Estudos da Religião**, v. 2, n. 4, 2004, p. 4.

pela família, grupos sociais e amigos do modo como foram emitidos pela Igreja ou ressignificados pelos seus mensageiros. Mas há de se considerar também o modo como essas regras são recebidas. Embora seja apresentado a ele o caminho pelo qual deve trilhar, sua jornada e o modo de se comportar perante os outros fiéis e à sociedade, cada fiel tem sua singularidade, e pode ou não acatar o que lhe fora proposto. É ele quem determina se toma este ou aquele caminho, que escolhe passar ou não pela rua proibida ou tomar um atalho para chegar mais rápido ao destino. É nesse conjunto de escolhas que o fiel tece sua experiência religiosa, sua maneira de vivenciar o sagrado.

Entre as vias escolhidas durante o trajeto, o fiel pode passar por alguma(s) diferente(s) daquela(s) que lhe propuseram ou que lhe foram impostas. Existe também a possibilidade passear entre uma cidade e outra em sua jornada, cada uma delas com suas leis e possibilidades. Quando esse passeio entre uma e outra é feito, ele pode optar por mudar-se de uma para outra, percorrendo caminhos e obedecendo regras apenas desta última cidade ou pode preferir continuar traçando seu itinerário pelas duas. Isto é, o indivíduo pode em sua vivência religiosa conhecer uma outra religião diferente da sua, sendo capaz de converter-se ou viver em ambas. Podemos, em suma, afirmar que a religião pode ser vivida e experienciada de diferentes modos, sejam eles diretamente ligados à ortodoxia ou não. Utilizando suas táticas, o fiel pode transgredir as normas apresentadas a ele, do mesmo modo que pode cumpri-las. Além disso, é necessário se considerar, ainda, a Igreja como produto, produtora cultural e que o consumo é um novo tipo de produção³⁴⁸.

É nessa perspectiva que estudamos a festa do Morro, iniciada em 1904, quando só existia o monumento naquele lugar. Embora não existisse uma boa estrutura para as celebrações naquele local – havia apenas um altar na parte superior da base do monumento, aos pés da santa – missas eram celebradas constantemente por diversas ocasiões: peregrinações de associações, confrarias, celebrações marianas presentes no calendário litúrgico e outras festividades católicas que reuniam moradores do Arraial. Uma quantidade expressiva de pessoas voltou a se reunir aos pés da santa para uma celebração importante em abril de 1907, dia em que foi inaugurada a capela também dedicada à santa. Na primeira parte desse capítulo, analisamos como foi a mobilização e organização a construção

³⁴⁸ CERTEAU, 2014, p. 88-89.

do templo religioso. Em seguida, estudamos a formação da festa de rua do Morro da Conceição.

3.1 “Nesse templo imenso, que tinha por tecto o firmamento estrellado”: a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição (1904 – 1907)

O monumento mariano foi apenas o início do projeto de criação de um espaço devocional para o culto de Nossa Senhora da Conceição. Embora ele tenha sacralizado o local, havia outro elemento importante e necessário para que as celebrações tivessem um local mais adequado, onde fosse possível realizar ritos de passagem do catolicismo, como o batismo e matrimônio. Algumas missas, até a construção do templo, eram celebradas no altar aos pés da estátua da santa. É importante salientar que para acessar esse altar, era necessário que uma escada fosse colocada encostada na base do monumento para que o clérigo e aqueles que assistiriam a cerimônia chegassem até o local. Os paramentos utilizados por eles também dificultavam a subida e a descida³⁴⁹. Em caso de se preparar um altar para missa com pouca concorrência de fiéis junto à base do monumento, ela acontecia a céu aberto, ficando os participantes sob o sol ou o luar. Até a construção do templo, entretanto, esse fato não foi um empecilho para que as pessoas fossem até o Morro e participassem das celebrações. Nesse sentido, percebe-se que além do desejo de D. Luiz Britto de utilizar o Morro como ponto irradiador do catolicismo, havia outros motivos para que um templo fosse edificado e pudesse oferecer comodidade aos que o utilizavam.

Para construí-lo foi necessário que houvesse um levantamento de fundos para financiar a erigição do templo. Para isso, mais uma vez, recorreram aos fiéis. Recorrer aos fiéis para arrecadação de fundos foi algo em comum entre o período de construção do monumento e, posteriormente da capela. Por isso, destacamos que a participação financeira popular foi marca desses dois projetos. Após o término das primeiras obras, as contribuições continuaram acontecendo ainda no mês de dezembro de 1904, após a divulgação do desejo do líder da Diocese de realizar essa obra, e nos meses subsequentes. O eclesiástico expôs sua vontade de construir a capela na Pastoral de 10 de dezembro de 1904, quando destacou que

³⁴⁹ Ver Figuras 3 e 4 no Capítulo 2.

“temos resolvido que ao lado do monumento da Immaculada Virgem seja erguida uma capella [...]”³⁵⁰.

Os donativos eram entregues diretamente à Diocese, por meio de freguesias, associações e às redações de periódicos para que fossem repassados para a comissão que foi encarregada do projeto que antecedeu o templo. Em 18 de dezembro, por exemplo, um católico com as iniciais G. B. enviou à redação do *Jornal do Recife* 100\$000 para a construção da capela. A quantia foi repassada ao Dr. Manoel Gomes de Mattos, presidente da comissão³⁵¹.

Para projetar e conduzir as obras, foi contratado Rodolpho Lima, professor do Ginásio Pernambucano. Paraibano, o arquiteto mudou-se para Pernambuco aos seis anos de idade. Exercendo a função de gravador litógrafo, iniciou sua carreira artística, tendo se destacado na gravação da parte descritiva da carta geral do Brasil, em 1883, impressa no Rio de Janeiro, conquistando congratulações³⁵². Em Pernambuco trabalhou no escritório técnico da Estrada de Ferro Central de Pernambuco. Segundo o *Almanach de Pernambuco*, ele se dedicava à arte do desenho e da construção, vários desses desenhados utilizando carvão e sombreados a pincel. Além disso, Rodolpho foi professor de desenho durante muitos anos no Liceu de Artes de Ofícios e em casas particulares. Os seus trabalhos de arquitetura foram destacados pelo anuário como:

[...] bellos trabalhos de architectura, a que actualmente dedica todo o seu valor intelectual, definem-no a Ermida de N. Senhora no Morro da Conceição do Arrayal, o Monumento Histórico da Casa Forte, o de Camaragibe em homenagem ao Dr. Carlos Alberto, a Capella do Collegio Eucaristico e o mais recente de todos, o bello e grandioso edificio do Gabinete Portuguez de Leitura já em grande adiantamento³⁵³.

As obras citadas, sobretudo o prédio do Gabinete Português de Leitura, no centro da capital pernambucana, e da capela no Morro da Conceição são notáveis e chamam a atenção por sua beleza e imponência até os dias atuais. É interessante o fato de o *Almanach* ter apresentado esses trabalhos como definidores do arquiteto

³⁵⁰ LUIZ, Bispo de Olinda. Monumento da Conceição. *Diario de Pernambuco*, Recife, 11 dez. 1904c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/6014>. Acesso em 31 ago. 2020.

³⁵¹ DONATIVOS. *Jornal do Recife*, 18 dez. 1904i, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/705110/47590>>. Acesso em 1º jul. 2020.

³⁵² RODOLPHO Lima. *Almanach de Pernambuco*. 1911, p. 177. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/228443/5776>>. Acesso em: 29 set. 2020.

³⁵³ Ibidem, p. 178.

Rodolpho Lima, pois defini-lo através dessas obras é algo maior que destacá-las e elogiar seu responsável, pois as colocavam como ponto máximo de sua capacidade criativa. Além disso, podemos perceber que havia uma proximidade dele com algumas figuras relevantes da Diocese de Olinda e por isso recebeu o convite para projetar e conduzir as obras da pequena igreja junto ao monumento mariano no Morro da Conceição.

Alguns pesquisadores apontam a inauguração da capela no ano 1906. Do mesmo modo, embora não apresente uma data específica, a Arquidiocese de Olinda e Recife também indica o ano de 1906 como a data de abertura do templo³⁵⁴. Flávio Guerra³⁵⁵, Adriana Barata dos Santos Figueira³⁵⁶, Jamerson Kemps Gusmão Moura³⁵⁷, por exemplo, apresentam 14 de julho de 1906 como o dia específico da abertura do templo. Esses autores, no entanto, não apresentam as fontes das quais essa informação foi retirada. João Hélio Mendonça, por sua vez, argumenta que “no ano de 1906, dom Luís Raimundo mandou construir com o mesmo estilo do monumento (gótico) uma capela, que foi inaugurada no dia 14 de julho.”³⁵⁸ Ainda que seja possível observar a ordem cronológica de publicação desses textos, não se pode saber a origem da informação. De qualquer modo, ao cruzá-la com as nossas fontes, percebemos que houve um equívoco quanto aos momentos de início e finalização da obra³⁵⁹.

O convite para que Rodolpho Lima se encarregasse da capela foi feito em 1905, com articulações do prelado de Olinda desde o início do ano. O *Diário de Pernambuco* de 25 de janeiro daquele ano noticiara que “o sr. bispo diocesano esteve ontem pela manhã, no Morro da Conceição, providenciando sobre a

³⁵⁴ NOSSA Senhora da Conceição. **Santuário Nossa Senhora da Conceição**. Arquidiocese de Olinda e Recife. Disponível em: < <https://www.arquidioceseolindarecife.org/nossa-senhora-da-conceicao/>>. Acesso em 29 set. 2020.

³⁵⁵ GUERRA, Flávio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos**. 3ª ed. Recife: Editora Itinerário, 1978, p. 98.

³⁵⁶ FIGUEIRA, Adriana Barata dos Santos. **A grande mãe: um estudo sobre o imaginário do lugar Morro da Conceição**. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2000.

³⁵⁷ MOURA, Jamerson Kemps Gusmão. **Nossa Senhora e o Morro da Conceição: história, igreja e comunidade católica em encontros e desencontros**. 140 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2008, p. 34; e MOURA, Jamerson Kemps Gusmão. Será mesmo de Nossa Senhora o Morro da Conceição?. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v. 67, pp. 113-140, 2015.

³⁵⁸ MENDONÇA, João Hélio. A festa de Nossa Senhora no Morro da Conceição em Casa Amarela. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 14, n. 2, jul-dez, 1986, p. 170.

³⁵⁹ É importante destacar que durante nossa pesquisa não encontramos matérias dedicadas a falar da inauguração da capela nos periódicos que circulavam na capital pernambucana.

edificação da capella e escola que ali projecta”³⁶⁰. Não encontramos tantos registros de doações como os do ano anterior, talvez o pouco financiamento tenha sido uma causa do intervalo de tempo entre o princípio das tratativas e a abertura do espaço religioso.

Nessa perspectiva, merece destaque uma publicação d’*A Provincia* de 25 de maio de 1905. Nela, Julia Tigre de Oliveira, fiel que residia no bairro da Madalena, expôs uma tabela com as doações feitas por católicos entre os meses de outubro e dezembro do ano anterior para que fosse erigida uma capela também dedicada à Nossa Senhora da Conceição na localidade onde residia. Essa arrecadação foi feita pela fiel para o pagamento de uma promessa. O montante apurado foi de 7:482\$500, incluindo recursos da própria fiel, os donativos e juros vencidos. Alegando que a soma necessária para que sua promessa fosse cumprida e a dificuldade que estava tendo na obtenção de esmolos para tal finalidade, ela enviou ao bispo o seguinte requerimento:

Julia Tigre de Oliveira tendo feito promessa para pedir esmolos para construir uma capella na Magdalena, com invocação á Nossa Senhora da Conceição e achando muito difícil obter a quantia para esse fim, vem perante v. exc. revdma. pedir para cummutar a sua promessa e transferir as quantias arrecadadas, em favor das obras do monumento á mesma Virgem da Conceição, que se está construindo no Morro do Arrayal³⁶¹.

A solicitação fora feita em 12 de dezembro do ano anterior, sendo deferida por Dom Luiz Britto dois dias depois. Após o primeiro despacho, o eclesiástico emitiu um segundo, em 1º de maio de 1905, confirmando que a arrecadação fora entregue à Diocese³⁶² e seria utilizada no projeto diocesano.

Em outubro daquele ano, Dom Luiz e Rodolpho Lima foram ao Morro da Conceição para tratarem da edificação da igreja, quando o carro no qual estavam se acidentou. Na subida, os cavalos empacaram e o veículo caiu da ribanceira. Seus ocupantes, no entanto, escaparam ilesos do infortúnio³⁶³. Esse acidente foi apenas um dos eventos que tiveram o Morro com palco naquele ano. Várias romarias foram

³⁶⁰ O SR. Bispo [...], **Diario de Pernambuco**, Recife, 25 jan. 1905a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_08/12384>. Acesso em: 30 set. 2020.

³⁶¹ OLIVEIRA, Julia Tigre. Pedem nos [...]. **A Provincia**, Recife, 25 mai. 1905, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/16504>. Acesso em 30 set. 2020.

³⁶² Idem.

³⁶³ O VENERANDO [...]. **Diario de Pernambuco**, Recife, 5 out. 1905b, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_08/6419>. Acesso em: 30 set. 2020.

realizadas por párocos e vigários acompanhados de seus fiéis, por irmandades e associações religiosas. No dia 28 de outubro, romeiros da Matriz de São José, na área central do Recife, acompanhados do vigário, pe. Alvaro da Silva, saíram às 04:30 da manhã rumo ao Morro, fazendo parte do percurso de trem e outra parte a pé³⁶⁴. Em 1º de novembro, a Sociedade de São Vicente de Paulo realizou sua romaria anual, a primeira vez que essa peregrinação tinha como destino o Morro da Conceição, tradição que se perpetuou, mesmo com a necessidade de adaptação da data em alguns anos. Em 1905 o bispo participou do evento para incentivar os fiéis a se unirem aos vicentinos, de modo a parecer que não era um evento de um grupo católico, mas de toda a Diocese. O ponto de partida foi a Encruzilhada de Belém, com saída às 05:30 horas rumo ao Arraial³⁶⁵.

A cerimônia de abertura da capela também recebeu muitos fiéis, embora essa quantidade não se assemelhe àquela constatada na inauguração do monumento da Conceição. Em 14 de abril de 1907, a abertura do templo contou com a participação do bispo diocesano, seu idealizador, que chegou de carro ao Morro às 05:30 da manhã. Trens especiais foram expedidos da cidade de São Lourenço e do seu distrito de Camaragibe, chegando ao Arraial com corporações operárias daqueles locais, acompanhadas por suas bandas musicais. Além dessas associações, muitas outras compareceram para prestigiar e assistir à solenidade. Reportagem da *Revista da Semana* destacou que “perante extraordinária multidão de fiéis, D. Luiz procedeu o benzimento da capelinha e a sagração do seu altar, celebrando em seguida a missa, a cujo Evangelho falou ao povo. Terminaram os actos com uma procissão em torno do monumento da Virgem.”³⁶⁶

O periódico também salientava que “E’ de soberbo efeito a capelinha”³⁶⁷, destacando não necessariamente sua beleza, mas indicando a atenção que ela chamava aos que a observavam. Suas 3 portas, segundo a *Revista da Semana*, eram de um tamanho fora do comum: “Sobre um embazamento circular em escadaria, assentam quatro columnas n’um quadrado de quatro metros de lado,

³⁶⁴ A ROMARIA de hontem. **Diario de Pernambuco**, Recife, 29 out. 1905c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/6503>. Acesso em: 23 jun. 2020.

³⁶⁵ GRANDE Romaria ao Morro da Conceição. **Diario de Pernambuco**, Recife, 26 out. 1905d. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/6491>. Acesso em: 23 jun. 2020, p. 1.

³⁶⁶ A Capelinha No Morro do Arraial. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, 16 jun. 1907, p. 4852. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/025909_01/6144>. Acesso em 1º set. 2020.

³⁶⁷ Idem.

suportando quatro frontões de altura de 12 metros.”³⁶⁸. Entre as colunas, havia portas de 7,5 metros de altura, as maiores existentes na cidade do Recife naquela época. Ainda segundo a revista, o custo total da construção foi de pouco mais de 27\$000:000³⁶⁹. Outra informação interessante apontada nessa publicação é “pregando ao povo reunido, o Sr. Bispo D. Luiz referiu-se ao grande movimento socialista e prometeu em proveito do operariado, mandar construir, alli no morro, uma escola.”³⁷⁰ É importante ressaltar que esta promessa não se concretizou. Embora não detalhe a natureza da menção feita ao movimento socialista pelo prelado, pode-se inferir que foram feitas críticas, dado o posicionamento da Igreja sobre socialismo e comunismo e sobre a condição dos operários expressa na *Rerum Novarum* por Leão XIII e também pelo modelo de organização cristão do trabalho adotado na Fábrica de Tecidos de Camaragibe quando esta esteve sob o comando de Carlos Alberto de Menezes.

Além disso, o local era propício para sermões nesse sentido, primeiramente porque Maria foi utilizada pela Igreja como estandarte para combater ideias de esquerda; segundo, um dos principais entusiastas da construção daquele espaço devocional, Carlos Alberto de Menezes, industrial, defendia que poderia existir uma boa relação entre os operários e os patrões. Em seu discurso no Primeiro Congresso Católico do Brasil, ele argumentava que a questão operária existente na Europa não existia no Brasil, por conta de vários fatores distintos da condição do operariado, dos industriais e da relação entre eles no velho mundo e no Brasil. Apontava também que se os atritos que existiam nos países europeus naquele momento não se registravam em Pernambuco. A vacina, no termo utilizado por Carlos Alberto de Menezes, para a questão que ele chamava de vírus, era acessível “e esta vacina, nós a temos, mais segura e eficaz que as culturas de Jenner e Pasteur. Quem no-la fornece é a Santa Igreja, no conjunto de sua doutrina [...]”³⁷¹. Ou seja, a ocasião, o local, sua padroeira e o público se não favoreceram, ao menos incentivaram a fala do bispo.

³⁶⁸ Idem.

³⁶⁹ Idem.

³⁷⁰ Idem.

³⁷¹ MENEZES, Carlos Alberto de. **Ação Social Católica no Brasil**: corporativismo e sindicalismo. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

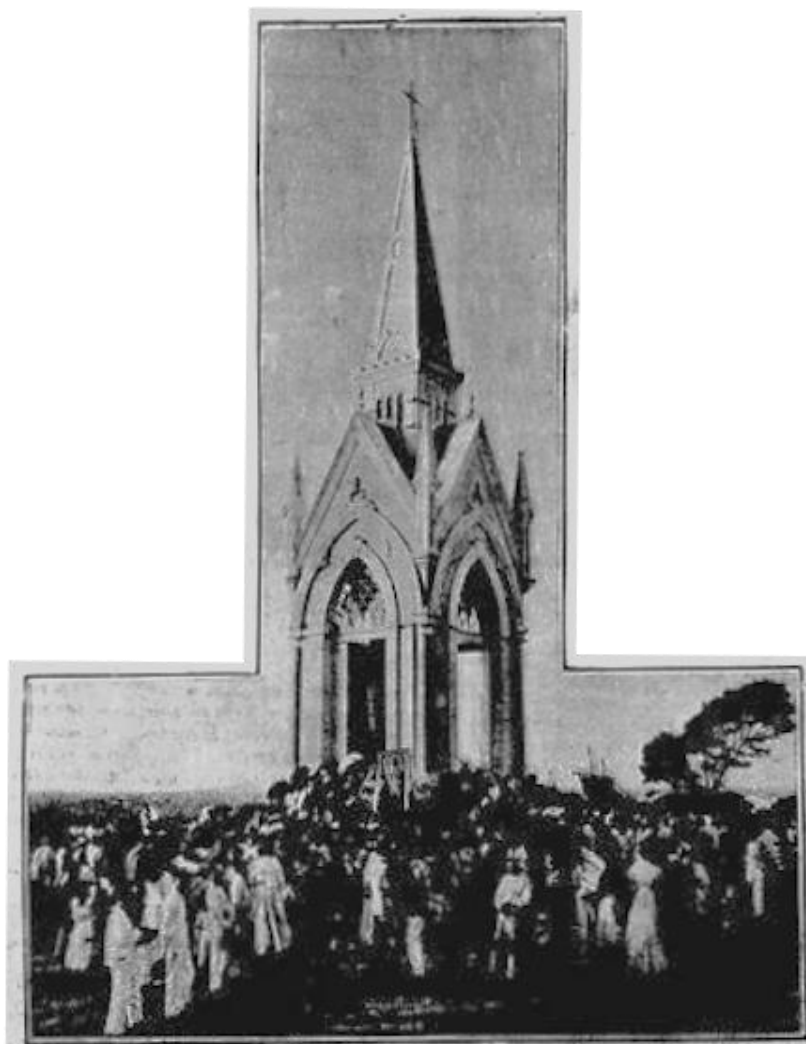


Figura 7 – Inauguração da Capela no Morro em 1907

A CAPELLINHA de Nossa Senhora da Conceição no Morro do Arraial em Pernambuco, construída por iniciativa do Revm. Bispo de Olinda e inaugurada em 14 de Abril ultimo.

Fonte: Revista da Semana, 16 jun.1907. Acervo da Biblioteca Nacional

Na imagem acima é possível notar um bom número de pessoas junto o templo, provavelmente acompanhando uma missa. Além disso, nota-se também alguns estandartes, utilizados por grupos e associações leigas. Segundo Flávio Guerra, a técnica empregada na construção da capelinha foi revolucionária para o período no qual a obra foi realizada³⁷², a utilização do cimento armado. O *Almanach de Pernambuco* de 1908 ressaltou que esse método foi utilizado pela primeira vez no Recife na construção da capela no Morro da Conceição, com destaque de que “Toda a construção é em perfeito estilo gothico, medindo de altura 25 metros, com

³⁷² GUERRA, 1978, p. 98.

um coroamento em lanternim e flecha, construído em cimento armado, systema pela primeira vez executado no Recife.”³⁷³

Pudemos notar que a divulgação da campanha de arrecadação de fundos e a festa de abertura do novo templo foram menos noticiadas pela imprensa da capital do que foi a festa de inauguração do novo espaço de fé em 1904 e todo o seu esforço midiático. Isso não aponta que essas festividades foram menos bem recebidas pelo público católico da cidade ou que a participação financeira e presencial tenha sido menor. Alguns desses veículos de imprensa optavam por cobrir fatos grandiosos e que chamassem a atenção da sociedade, dando a esses acontecimentos destaque nas colunas e, muitas vezes, manchetes na primeira página.

Comparando a abertura da a pequena capela com a inauguração do monumento, percebe-se que a segunda foi mais atrativa para as pessoas e para a imprensa, pelos motivos que elencamos no último tópico do capítulo anterior. Dessa forma, acreditamos que cada um desses bens foram pensados dentro de um mesmo projeto com objetivos complementares.



Figura 8 - Capela do Morro da Conceição
A CAPELLINHA de N. S. da Conceição, no Morro do Arrayal, Pernambuco.

³⁷³ A CAPELLINHA do Morro do Arraial. **Almanach de Pernambuco**, Recife, 1907, p. 146. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/228443/4043>>. Acesso em: 1º set. 2020.

Fonte: O Malho, 9 jun. 1907. Acervo da Biblioteca Nacional.

Construída para celebração de rituais católicos, a capela recebeu em seu altar vários religiosos para realização de missas. Quanto aos ritos de passagem, apenas matrimônio e batizados poderiam acontecer, uma vez que os cemitérios já eram seculares e não havia local apropriado para o sepultamento. Dentre os documentos pesquisados referentes às balizas temporais que estipulamos para nossa análise, não encontramos registro de matrimônios realizados no templo. Entretanto, encontramos um registro de batizado, com destaque que “Aos quatro de abril de mil novecentos e onze, na capella do Morro da Conceição, de licença do Governador do Bispado, o reverendissimo Padre José Pereira Alves, baptisou solemnemente a Stelio, nascido em trez de setembro do anno passado [...]”³⁷⁴.

Durante a pesquisa feita nos livros de batismo da Freguesia do Poço da Panela e, posteriormente, da Casa Forte – após uma alteração na organização do território arquidiocesano, a igreja de Nossa Senhora da Saúde do Poço da Panela deixou de ser matriz, passando à tutela da paróquia de Casa Forte –, notamos que a maior parte dessas celebrações aconteciam na matriz, sendo feitas poucas vezes na capela de Nossa Senhora das Dores de Apipucos. Dessa maneira, o fato de encontrarmos apenas um registro causa surpresa, uma vez que os batizados eram realizados majoritariamente na matriz da freguesia. É importante salientar, entretanto, que o livro nº 14, que compreende o período de 1906 a 1911 não se encontrava em condições mínimas de manuseio, o que inviabilizou que o consultássemos. Ainda assim, pelo que observamos nos registros de 1899 a 1913, excetuando o intervalo supracitado, o referido padrão de predominância da matriz para esse rito de passagem se mantém, a utilização das capelas era a exceção.

Das imagens anteriores, duas foram retiradas de revistas da então capital federal, a *Revista da Semana* e *O Malho*, nenhuma delas de caráter devocional ou dedicadas a proselitismo religioso. A primeira era um periódico que se propunha a apresentar a seu público variedades, ilustrações e investia em fotorreportagens³⁷⁵. A segunda tinha como foco a vida política do país, mas também abordava temas

³⁷⁴ **BAPTZADOS da Casa-Forte.** Livro nº 15º. De 12 de fevereiro de 1911, a.... fl. 07 v. Arquivo Dom José Lamartine Soares.

³⁷⁵ CPDOC. Revista da Semana. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA%20DA%20SEMANA.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2020.

relacionados à cultura e crítica dos costumes³⁷⁶. Ainda assim, nelas foram publicadas fotografias da capela de Nossa Senhora da Conceição no Arraial. Ao que parece, não se tratava de publicações solicitadas, mas o motivo da reprodução das imagens não fica evidente. É possível que seu formato ou o uso da técnica de cimento armado tenha atraído os olhares para o templo, mas existe também a possibilidade de que as reproduções dessas imagens tenham sido feita a pedido de algum fiel ou outras pessoas envolvidas na obra. Assim como esse destaque dado à capela em sua inauguração, algo que ganharia corpo, fama e relevância cultural ao longo dos anos era a festa do Morro da Conceição.

3.2 “Subir o Morro a pé seguindo a procissão”: a festa do Morro da Conceição (1904 – 1915)

Podemos afirmar que a primeira edição dessa festividade, da maneira como a compreendemos, unindo os elementos religiosos e aqueles demais que ocorrem concomitantemente, aconteceu ainda no ano de 1904 quando alto do Morro se tornou um local devocional. Ao passo da sucessão dos anos, a devoção e sua festa aumentavam, novos elementos passaram a ser incorporados às festividades, deixando-as numa configuração que mesclava religioso e secular. Como podemos notar na divulgação da programação do *Jornal Pequeno*, a festa do morro de 1905 foi planejada com

Musicas, flôres e muitas outras cousas belas
Sexta feira proxima, por ocasião da pomposa festa de Nossa
Senhora da Conceição no Morro do Arrayal, homens, meninos,
mulheres, povos e povas, encontrarão optimo acolhimento, bebidas
de diversas qualidades, “como” sejam: cognacs, vermouths, vinhos
finos, cervejas, “aguas, “refrescos geladas, café e apetitosos luuchs
no PAVILHÃO DA CONCEIÇÃO NO ARRAYAL
ALERTA RAPAZEADA!
Ao Pavilhão da Conceição!³⁷⁷

Esse anúncio ilustra como foi feita essa inserção de componentes seculares à festa. O anunciante apresenta inicialmente um resumo do programa e em seguida

³⁷⁶ CASA de Ruy Barbosa. A Revista. Disponível em: < <http://omalho.casaruibarbosa.gov.br/>>. Acesso em: 2 set. 2020.

³⁷⁷ PROGRAMMA [...]. **Jornal Pequeno**, Recife, 6 dez. 1905. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800643/8830>>. Acesso em 1º out. 2020, p. 3.

faz o convite a todas as pessoas que queiram visitar o Pavilhão da Conceição durante a ida até o local para prestar homenagens à padroeira. Barracas desse tipo passaram a ser instaladas no alto da colina com frequência e quantidade, até chegar a um ponto em que visitá-las também se tornou costume. Aos poucos, assim como as barracas, as diversões, apresentações de bandas musicais também se faziam cada vez mais presentes. O anúncio convida os indivíduos a provarem bebidas alcoólicas das mais variadas, cervejas, conhaques, vinhos. O convite parece ser direcionado também aos que não fossem participar da parte estritamente religiosa das celebrações e desejassem usufruir dos divertimentos oferecidos. Já na publicação a seguir, é possível observar que o indicativo de que haveria divertimentos populares não é um anúncio ou convite de um comerciante. Mais que isso, a publicação incorpora essas opções de entretenimento ao chamamento para a atividade religiosa, apresentando sua programação que:

Realisar-se-á amanhã, com toda pompa, a festa de N. S. do Morro, com hasteamento da bandeira, hoje, pelas 6 ½ da tarde, sahindo a bandeira da casa da juiza, a exma. Esposa do sr. Arthur de Medeiros Carneiro, á Estrada do Arrayal n. 3884; amanhã haverá missa, ás 7 horas, com communhão geral, e ás 9 horas, missa solenne com sermão. Á noite, ladainha. Haverá um bem confeccionado fogo de artifício e diversões populares como sejam: fandango, pastoril, trivoly e outros, fazendo concerto a “Banda Municipal” e a “15 de Junho”. Durante a noite sera este anno permitida a subida de automoveis. Terminadas as festas, descerá a bandeira em procissão, para a residencia da juiza das festas do anno vindouro, a exma. esposa do sr. Francisco Meira Lins, á Estrada do Arrayal³⁷⁸.

O modo como o discurso é construído nesse anúncio relembra o trecho bíblico da criação do homem e da mulher³⁷⁹, Eva dependeu de uma costela de Adão para ser criada, nesse excerto as mulheres dependem dos seus esposos para serem mencionadas. Em nenhuma das ocorrências seus nomes são mencionados, apenas os dos maridos. Além de apresentar um discurso onde as mulheres parecem ser dependentes dos seus esposos, a publicação mostra a devoção como majoritariamente feminina. Dana Roberts, num estudo no qual aponta o cristianismo

³⁷⁸ FESTA de N. S. da Conceição do Morro do Arrayal. **Jornal Pequeno**, Recife, 7 dez. 1925. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800643/39379>>. Acesso em 1º out. 2020, p. 2.

³⁷⁹ “Então, o Senhor Deus mandou ao homem um profundo sono; e enquanto ele dormia, tomou-lhe uma costela e fechou com carne o seu lugar. E da costela que tinha tomado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher, e levou-a para junto do homem. “Eis agora aqui – disse o homem – o osso de meus ossos e a carne de minha carne; ela se chamará mulher, porque foi tomada do homem.””. Gênesis, cap. 1, v. 21-23. **Bíblia Sagrada Ave-Maria**. Editora Ave-Maria. Edição do Kindle.

mundial como um movimento feminino, aponta que as mulheres parecem ser mais ativas em devoções comunitárias em determinados locais, que elas se identificam com a figura da mãe de Jesus de Nazaré, enxergando-se como “Marias” noutros, além de procurarem Maria por seu poder espiritual³⁸⁰. Com o passar dos anos, a exemplo do primeiro, o festejo no Morro passou a acontecer desde a madrugada, estendendo-se por todo o dia até terminar solenemente à noite. Em 1927 se registrou desde alta madrugada uma “[...] colossal massa popular. Os festejos populares tiveram um vulto considerável havendo romaria extraordinária. Os bondes circularam cheios.”³⁸¹ Também nesse sentido, o *Jornal Pequeno* dedicou no dia 7 de dezembro de 1927 uma coluna em sua primeira página para exaltar “uma de nossas lindas festas de arraial”.

Do alto do Morro, onde se ergue, como que velando a cidade, protegendo os seus habitantes, uma formosa imagem da Imaculada Conceição, descortina-se o mais bello panorama de Recife. Illuminado feericamente, como se acha, offerece, tambem, a quem está em baixo, um encantador aspecto. Os romeiros que ali accorem são incontaveis. Vêm de longe, tirando leguas sobre leguas, a pé, numerosas pessoas que pagam, desse modo, graças recebidas da piedade e clemência da Excelsa Virgem. Desde o comoro até a explanada do morro, são armadas toscas barracas para descanso e alimentação dos romeiros. E parece, desde hoje á noite, um verdadeiro formigueiro humano, a larga e bonita estrada que leva ao cume do morro. Uns que sobem, outros que descem, outros ainda que se demoram em encontros amistosos. [...] *O que faz admirar, na festa do morro, é o respeito, a devoção sincera de todos, apesar da variedade e do entusiasmo dos festejos profanos. É o que vale, para a grandeza de nossa fé catholica, e para que a Virgem Imaculada continua a velar por nós, pelos nossos destinos*³⁸².

A coluna elogiava as festividades que aconteciam no Morro e no Poço, dando bastante destaque ao primeiro. Esse excerto apresenta alguns aspectos principais de como o evento acontecia: elevado número de pessoas, barracas com diversas finalidades, etc. Na descrição narrada acima, o autor admira a fé demonstrada pelas pessoas ao passo que aponta que esses mesmos indivíduos de devoção sincera tinham uma inclinação à parte que o autor chama de “profana” das festividades. Tal

³⁸⁰ Cf. ROBERTS, Dana L.. O cristianismo mundial como um movimento feminino. In: MOURA, Carlos André Silva de; SILVA, Eliane Moura; MOREIRA, Harley Abrantes. (orgs.). **Missões, religião e cultura**: estudos de história entre os séculos XVIII e XX. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

³⁸¹ SECÇÃO Religiosa – Catholicismo. **A Província**, Recife, 9 dez. de 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/128066_02/19802>. Acesso em: 1º out. 2020.

³⁸² UMA de nossas lindas festas de arraial. **Jornal Pequeno**, Recife, 7 set. 1927. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800643/42938>>. Acesso em: 1º out. 2020. Grifo nosso.

questão corrobora com a nossa afirmação de que as festividades aconteciam de maneira integrada.

Os primeiros anos de festa de Morro da Conceição, os indivíduos estavam na localidade pela devoção para participar da celebração, tanto da parte estritamente religiosa quanto da outra que acontecia na rua, na ladeira, no pátio e no Largo Dom Luiz. Subir a estrada, prestar seu culto à santa e utilizar aquele lugar de sociabilidade de diferentes formas foi como se estruturou a organização dessa celebração anual, de modo que é difícil pensar tal festejo religioso com essas suas duas metades dissociadas. As formas de vivenciar a localidade estavam unidas de maneira simbiótica e tradicional, como se tivessem se estruturado juntas.

Não é raro encontrar menções como as supracitadas nos anos que se seguiram. Em 1929, por exemplo, foi relatado pelo *Diário de Pernambuco* que “Como todos os annos, realizar-se-á hoje, no Morro do Arrayal, a tradicional festa de Nossa Senhora da Conceição e, como todos os annos, o aprazível arrabalde do Recife deverá ser hoje visitado por grande numero de romeiros que irão prestar sua homenagem á excelsa Virgem.”³⁸³ A publicação apontava também que “tocará em todos os actos e festividades uma banda de musica, havendo varios divertimentos populares, como carrocéis, barracas, etc. Serão queimados fogos de artificio, de lagrimas, painel, salvas e gyrandolas.”³⁸⁴.

A partir das notícias, nota-se como ficam evidentes os “festejos profanos” como parte integrante da festa maior. Algo que não fica colocado de maneira incontestante nesses dois exemplos é a posição das autoridades eclesiásticas quanto a esse formato de manifestação religiosa. É possível que a postura delas fosse de tolerância, uma vez que aquele espaço estava sob sua tutela e nada fora feito para reformular as atividades, embora a coordenação do lugar não signifique controle absoluto. Teoricamente, por conta da doutrina que prevê uma forte hierarquia, todos católicos, não apenas os que fizeram voto de obediência, a devem à autoridade eclesiástica. Na prática, as diferentes maneiras que as pessoas têm para vivenciar a fé intervêm no campo que as regula. Ademais, na nova produção que cada indivíduo faz durante o consumo de determinado bem cultural – em nosso caso uma celebração religiosa –, os significados podem ser os mesmo do primeiro produtor ou

³⁸³ ALMA Religiosa – Catholicismo. Festa no Morro do Arrayal. *Diário de Pernambuco*, Recife, 8 dez. 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/27784>. Acesso em: 30 set. 2020.

³⁸⁴ Idem.

serem ressignificados, pois “os conhecimentos e as simbólicas impostas são objeto de manipulações pelos praticantes que não seus fabricantes”³⁸⁵.

Pode-se inferir que os elementos que fogem àquilo que é meramente religioso foram adicionados pelos fiéis, embora não tenham surgido do nada, uma vez que, como argumentamos no primeiro capítulo, as atividades religiosas eram grandes eventos, sociais, culturais, de sociabilidade e religiosos. Ao passo que é importante perceber a existência de duas festas que se entrelaçam e formam juntas a festa do Morro, é necessário observar essa existência concomitante como uma negociação entre a cúpula eclesiástica responsável pelo festejo e seus atores sociais. Desde a primeira edição, separar o “profano” para tornar as celebrações estritamente religiosas, no sentido mais comum da palavra, era uma opção da Diocese. Não o fazer foi uma escolha e, provavelmente, uma escolha pensada e bem calculada. Os motivos que levavam as pessoas ao local eram variados, como apontamos anteriormente, e não apenas a estátua da santa, embora ela fosse o principal atrativo. A festa religiosa, entretanto, não poderia ignorar ou suprimir as artes de fazer dos indivíduos, nem controlar a maneira como cada um deles se apropriavam da fé e do local. Permitir essa aproximação das duas festas, dos divertimentos populares num espaço dedicado à devoção, poderia servir de incentivo à participação de um maior número de pessoas nos festejos, e essas ocasionalmente poderiam se tornar fiéis e devotos. Além disso, esses indivíduos, uma vez inseridos na fé católica, poderiam gerar um engajamento maior nos projetos eclesiásticos.

Os divertimentos populares, embora presentes em outras festas, até mesmo em novenas realizadas em residências, tomaram uma proporção maior no Morro da Conceição. Podemos utilizar como comparativo a festa de Nossa Senhora do Carmo, de modo mais particular as celebrações da Coroação Canônica da imagem da padroeira da cidade, ocorridas em 1919. O *Diário de Pernambuco* além de trazer uma matéria dedicada aos acontecimentos, também reproduziu trechos publicados por outros periódicos, como *A Província*, *Jornal Pequeno* e *Jornal do Recife*. Essa postura também foi adotada em outras edições do jornal, que ao longo de todo o ano apresentou matérias sobre os preparativos, de modo semelhante com o que aconteceu em 1904 antes da inauguração do monumento. A matéria de 22 de setembro de 1919, dia seguinte da coroação, não faz menção a nenhum

³⁸⁵ CERTEAU, 2014, p. 87.

divertimento que possa ser considerado pouco religioso ou profano. Ao contrário, descreve o ritual pontifical, a procissão, a ordem dos acontecimentos e o grande número de participantes, entre eles bispos de diversas dioceses de Pernambuco e outros estados, como Paraíba, Ceará, Bahia, Cajazeiras, Narazé, Pesqueira, Maranhão, Sobral, Crato, Natal, Penedo, Aracaju, Barra, Santarém e Pará³⁸⁶. O número de participantes estimado foi de 40 mil pessoas.³⁸⁷ Esses números, se comparados aos de 1904 na inauguração do monumento, que foi de 20 a 30 mil, mostram o êxito da empreitada realizada pelos 50 anos de proclamação do dogma da Imaculada Conceição de Maria. Merece destaque também que a inauguração da estátua foi um evento regional, enquanto o segundo tomou proporções nacionais, trazendo até prelados de outros estados para participarem.

Atualmente a festa do Morro é a maior festa religiosa do Estado de Pernambuco. A concorrência de fiéis e peregrinos é tão grande no dia 8 de dezembro que o espaço se tornou insuficiente para comportar todos, principalmente aqueles que sobem acompanhando a procissão de encerramento. Embora seja um deslocamento grande de nossas balizas temporais, acreditamos que é importante destacar que essa celebração já recebeu homenagens das mais diversas homenagens, de bandas de brega, forró, até mesmo uma peça publicitária de uma rede de lojas de tecidos, as Casas José Araújo, veiculada na televisão pela primeira vez no ano de 1978, jingle que é cantado ainda na atualidade nas celebrações de dezembro. “A festa de Nossa Senhora não é um fenômeno do Morro ou de Casa Amarela. Vem gente de toda parte. É o Recife inteiro e sua região metropolitana que para lá aflui nos dias de festa.” João Hélio Mendonça continua esse raciocínio demonstrando ao leitor as proporções das celebrações: “Já não são mais a de Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade [...] e a de Nossa Senhora dos Prazeres no Monte dos Guararapes [...] os maiores acontecimentos religiosos da cidade. É Nossa Senhora da Conceição a grande santa do Recife com sua maior festa no dia 8 de dezembro.”³⁸⁸. O dia 8 da Conceição, entretanto, era apenas, como disse o autor, o festejo maior e a grande data celebrativa, mas a vida religiosa e social naquela colina era movimentada ao longo de todo o ano.

³⁸⁶ A Coroação. **Maria**, Recife, out. 1919, p. 134. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/20824>. Acesso em 1º nov. 2020. p. 134.

³⁸⁷ AS Grandes festas da coroação de N. S. do Carmo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 22 set. 1919, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/20824>. Acesso em 1º nov. 2020.

³⁸⁸ MENDONÇA, 1986, p. 172.

3.3 O Morro da Conceição: a dinâmica do lugar (1905-1925)

Não há dúvidas que entre as principais datas para os fiéis que frequentavam o Morro da Conceição, o mês de dezembro era o mais importante, principalmente a parte de preparativos para a Festa do Morro e o dia 8 de dezembro, festejado anualmente com grande pompa. A vida religiosa no Morro da Conceição era agitada em todas as épocas do ano, destacando-se nas principais celebrações do calendário litúrgico e pelas romarias realizadas pelos mais variados motivos e pelos mais diferentes grupos. As visitas também aconteciam sem motivação religiosa. A fama daquele lugar o fez aparecer em propagandas de jornais e a santa foi utilizada algumas vezes como representação de Pernambuco em diferentes peças de publicidade.

A vista de seu topo, além de cartão postal, foi utilizada para fins publicitários e até para acompanhamento da passagem no cometa Halley no ano de 1915³⁸⁹. A loja *A Camélia*, por exemplo, apontou numa propaganda n' *A Província* que “É tão necessário uma visita ao Morro da Conceição quanto é necessário visitar *A Camélia*”³⁹⁰. Em 1905 o Porto do Recife recebeu a visita da canhoneira portuguesa *Patria*. Seus marinheiros, a caminho da Fábrica de Tecidos de Camaragibe a convite de seu gerente, Pierre Collier, visitaram alguns locais, “entre as paisagens, as mais impressionadoras para os marinheiros portugueses foram no Morro da Conceição no Arrayal, e nas proximidades de Camaragibe, de onde alargando a vista em vasta planície via-se no longe, n'um alto, as casinhas brancas de Caxangá.”³⁹¹.

No Natal de 1906, solicitaram a publicação do intento de organizar a missa de Natal e divulgaram os nomes da comissão montada para esse fim, composta por:

Cononeis Manuel Gregorio, Manuel Candido, Antonio Martins, Penna Forte, Raphael Costa, João Alves de Freitas, Basilio Magno, J. Maciel Monteiro, Francisco Izabella e Arthur Bahia. Capitães Lauriano Conde, Adolpho Vieira, Uciel Compello, Jovino Ribeiro,

³⁸⁹ MAIO. **Almanach de Pernambuco**, Recife, 1915. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/228443/6928>>. Acesso em 1º out. 2020, p. 36.

³⁹⁰ AO Morro da Conceição. **A Província**, Recife, 11 dez. 1904j. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/16309>. Acesso em 1º out. 2020, p. 2.

³⁹¹ “PATRIA”. **A Província**, Recife, 30 ago. 1905. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/16919>. Acesso em 30 set. 2020, p. 1.

Miguel B. Oliveira, dr. Gervasio Fioravante, capitão José Joaquim Mirando e Marcolino P. do Amaral³⁹².

Esse grupo, formado por personalidades importantes da sociedade recifense, contava até mesmo com a participação do Vigário Geral do bispado à época, mons. Marcolino do Amaral, segunda pessoa mais importante na hierarquia católica de Olinda após Dom Luiz Britto. Além de chamar a atenção, a participação do religioso nessa comissão aponta uma atenção especial dada ao Arraial e ao Morro da Conceição pela cúpula eclesiástica local. Na véspera dessa mesma festa no ano seguinte, uma publicação solicitada ao *Diario de Pernambuco* é, no mínimo, curiosa por tudo que apresenta com o intuito de convidar as pessoas para participarem dos festejos. A matéria destaca que:

Grandes Festas! Noite de alegrias!!! Divertimentos populares!!!
Será incontestavelmente o melhor ponto de diversão este anno pelo programma caprichosamente organizado. A meia noite em ponto será celebrada a tradicional missa de natal no majestoso monumento que ostentará belíssima ornamentação que se acha a cargo da casa Agra & C. Em lindissima barraca funcionará um bazar de prendas de grande valor, a cargo de distinctas senhoritas da nossa melhor sociedade. Belissimos fogos de artificio, *art nouveau*, muitos dos quaes constituirão verdadeiras surpresas, confeccionados pelo habil pyrothechico Olympio Renan, serão queimados no largo do monumento que se acha lindamente ornamentado pelo conceituado artista Miguel Borges, sob a fiscalização do inteligente decorista coronel Henrique Figueiredo.

Se suprimidos os trechos que fazem menção ao natal e aos elementos religiosos do local, o texto se passaria por um convite para qualquer outro grande evento social. O autor fez questão de enaltecer o monumento, os elementos estéticos que seriam usados e tudo mais que estaria ali para a celebração natalina. As personalidades que participariam também tiveram bastante ênfase no discurso do autor, e as suas qualificações profissionais e posições sociais também. Ele continuou apontando que

A iluminação, que se acha a cargo da Companhia de força motriz, será de cem lampadas de grande força, havendo, portanto, profusão de luz não só no largo, como também na estrada do Morro. Não só a barraca de prendas como também os corêtos, onde tocarão as

³⁹² MORADORES [...]. Alma Religiosa. **Diario de Pernambuco**, Recife, 4 dez. 1906. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/7809>. Acesso em 1º out. 2020, p. 1.

excelentes musicas do 27. batalhão e do 2. corpo de policia, foram armados em estilo japonês e ostentam raro gosto artístico. O natal este anno no Morro da Conceição no Arraial, será excepcional relativamente aos annos anteriores e naturalmente o povo preferirá assistil-o ali, correspondendo assim á expectativa da comissão que se tem esforçado, nobremente, até o sacrificio, para dar todo o realce possível á festa que assignala na historia da humanidade um acontecimento assombroso. Haverá trem de hora em hora e para ali partirão as duas bandas de musica no trem de 6 e 25 da tarde.³⁹³

Mais que um evento estritamente religioso, o chamamento parece ter sido feito para um encontro social que contaria com a presença de personalidades importantes. A missa natalina aparece como coadjuvante. Além dessa questão, é possível notar que o esforço dos organizadores desse evento para levar serviços até o alto do Morro, como o de iluminação, as bandas de músicas, foi significativo e não houve modéstia no discurso publicado no periódico para não demonstrar isso. O Natal também foi festejado nos anos anteriores desde o momento da sacralização do espaço, havendo destaque das missas quando comparadas às demais rezadas na cidade, talvez pelo fluxo de pessoas, pela vista do local no alto da noite ou o conjunto de tudo isso.

Parece-nos que no momento das publicações citadas, estava havendo uma elitização do festejo. Na primeira é notória a participações de pessoas notáveis da sociedade; Monsenhor Marcolino Pacheco do Amaral, à época, era vigário geral do bispado de Olinda. Ou seja, além de membros importantes do laicato, havia participação de um importante clérigo. Já na segunda é possível perceber isso não apenas pela exaltação das partes seculares, mas também pela construção da narrativa que deu relevo a alguns atributos peculiares do cenário que se preparava, como o gosto artístico excepcional, a qualidade das músicas que seriam tocadas, dentre outros elementos.

Também deve se destacar que é provável que os membros da comissão responsável, que não foi nomeada na publicação de 1907, tivessem contatos com membros das altas camadas sociais, pelo fato de terem conseguido destacar para o arrabalde duas bandas de música de dois batalhões e terem sido atendidos pela Companhia de Força Motriz para a iluminação. Deise Albuquerque e Sylvana Brandão argumentam que as celebrações que homenageavam Nossa Senhora da

³⁹³ MORRO da Conceição, Missa de Natal. **Diario de Pernambuco**, Recife, 24 dez. 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/9122> Acesso em: 23 jun. 2020.

Conceição eram organizadas, nos primeiros anos, por famílias importantes da elite no Arraial, apontando a participação dessas na festa de 1921. Segundo as autoras, “os jornais indicam que essas pessoas contribuía para a festa com a concessão de bandas de música para alegrar as festas profanas; além de doações que alicerçaram as melhorias na infra-estrutura material no Morro do Arraial [...]”³⁹⁴.

Nessa perspectiva, pode-se inferir que essa elitização começou antes da década de 1920 e se acentuou com o passar dos anos. É importante destacar que pensamos que as bandas não serviam para animar a “festa profana”, mas para animar toda a festa, a parte estritamente religiosa e a que acontecia fora das celebrações sacramentais.

Um exemplo para a nossa afirmativa pode ser destacado a partir de um anúncio de divulgação das atividades celebrativas no ano de 1919. Em matéria do *Jornal do Recife*, destacou-se que “o acto solenne, constará de u’a missa acompanhada á grande orchestra de canticos sacros, confiada á direção dos professores Marinho Reis e Zuzuinha.”³⁹⁵. Fica evidente a importância desses grupos musicais para a parte estritamente religiosa das celebrações.

Há outra observação que foge ao recorte temporal de nossa pesquisa, mas que é necessária que seja feita: embora apontemos que essa elitização foi progressiva e provavelmente tenha se firmado e se tornado comum nas primeiras décadas do século XX, em determinado momento houve uma mudança no público da festa. Com a ocupação das áreas de morro na região norte do Recife, a partir da segunda metade dos novecentos, é provável que os novos moradores tenham começado a participar da festa e a elite de Casa Amarela tenha se afastado de sua organização, mas não das celebrações, uma vez que ainda hoje ela atrai pessoas de todas as classes sociais. As classes menos abastadas também utilizavam e utilizam ainda hoje a festa como sustento, montando barraca, oferecendo os citados divertimentos populares que apontamos no início desse capítulo. Além disso, a ocupação das áreas de morro na Zona norte da cidade aproximou essas pessoas do local, da perspectiva física e simbólica.

³⁹⁴ ALBUQUERQUE, Deise; BRANDÃO, Sylvana. Santuário de nossa senhora da conceição e processo de romanização. In: III Colóquio de História – Brasil: 120 anos de República, 2009. **Anais do III Colóquio de História da UNICAP**, Recife, 2009, p. 202-203.

³⁹⁵ NO Morro do Arrayal. **Jornal do Recife**, Recife, 5 dez. 1919. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/705110/78743>>. Acesso em 1º out. 2020.

À ideia aventada por Dom Luiz Britto no início de 1904, após o início das Santas Missões no Arraial, foram adicionadas outras, a da capela e das escolas. É possível que essa adição tenha sido feita por conta do sucesso observado já nos primeiros dias desses referidos exercícios religiosos e por conta dos números expressivos que alcançou. Elas estavam em consonância com o que o prelado pensara para o local e pela perspectiva dele de recatolização. Ao invés de pensar o lugar apenas como farol para as almas que estavam perdidas, havia a possibilidade de fazer com que as almas crescessem dentro da religião católica. As escolas educariam as crianças nas letras e, o mais importante para a Igreja, na fé. Como afirmara em sua Pastoral endereçada à Diocese de Olinda após sua eleição para bispo, um bom cidadão teria que ser um bom católico³⁹⁶. Essa afirmação relacionava o cívico e o religioso, colocando o primeiro como diretamente dependendo do segundo.

As crianças deveriam receber instrução religiosa e o templo seria um local para a realização de cultos e sacramentos quando a ocorrência de fiéis não fosse tão grande, pois o tamanho da igreja não comportava um alto número de pessoas. As fontes que utilizamos em nossa pesquisa não deixam evidente o porquê da não construção das escolas. Apenas pudemos perceber que inicialmente havia uma previsão para duas escolas, número que foi reduzido a uma e a ideia acabou não se concretizando. No entanto, se observarmos o panorama da educação oferecida por institutos ou congregações religiosas na capital naquele período, percebemos que a oferta de vagas era voltada para as camadas mais abastadas da sociedade. Nesse sentido, se faz necessário também observar o Arraial, local suburbano, portanto distante do centro citadino, de acesso complicado e pouco povoado. Mario Sette defende que no Arraial não prestava água, luz ou condução, enquanto exaltava seu clima e a doçura das jacas daquele local³⁹⁷. Logo, a construção de uma instituição educacional no Morro da Conceição seria viável e possível, mas poderia existir dificuldade em sua manutenção, acesso e na escolha de qual público para o qual a escola estaria voltada.

O desejo de criar um complexo de evangelização, no qual pessoas de diferentes idades e gêneros seriam catequizadas não se materializou

³⁹⁶ BISPO DE OLINDA, Luiz. Carta Pastoral. **Jornal do Recife**, Recife, 9 mai. 1901, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/705110/43268>>. Acesso em 25 abr. 2018.

³⁹⁷ SETTE, Mario. **Maxambombas e Maracatus**. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1935, p. 272.

completamente. Houve um prejuízo quanto ao modo que foi pensado para que os objetivos fossem alcançados, mas não existiu perda em relação ao objetivo em si. Ou seja, embora o complexo não tenha sido completado, aquele lugar se tornou o principal ponto de peregrinações católicas na capital; quanto à educação religiosa, por conta do incentivo de Dom Luiz e de seus predecessores para atrair congregações religiosas com carismas dedicados à educação, como as Damas da Instrução Cristã, que se instalaram no final do século XIX em Ponte D’Uchôa – local próximo ao Arraial –, das Irmãs de Santa Dorotéia na Boa Vista, bairro que também abrigava o Colégio dos Salesianos – é interessante destacar que os primeiros contatos para a implantação desse ordem em Pernambuco foram feitos pelo pe. Lasagna em 1890. O religioso era membro da Sociedade de São Vicente de Paulo, à época presidida por Carlos Alberto de Menezes³⁹⁸.

O público dessas escolas citadas, entretanto, não eram pessoas das camadas econômicas mais baixas da sociedade. Então, nessa ótica, pode ter havido um certo prejuízo. Mas precisamos considerar também a instrução religiosa feita pelas corporações operárias, associações leigas. Havia um interesse e uma defesa para que o ensino religioso fosse desenvolvido nas escolas. Entretanto ainda que tivesse sido retirado de instituições de ensino formal, ele era realizado em outros espaços de sociabilidade. Na História não podemos estudar de que forma as coisas aconteceriam se isso ou aquilo tivesse ocorrido de maneira distinta. O que podemos constatar é que o lugar sacralizado que estudamos ultrapassou as expectativas de seus idealizadores, dessa forma podemos afirmar que eles obtiveram êxito naquele empreendimento.

Os trabalhos desenvolvidos pela Diocese de Olinda no Morro da Conceição nas primeiras décadas do século XX merecem atenção pelos seus resultados e, especialmente, pela sua execução. Acreditamos que o êxito logrado foi consequência do modo com o qual as ideias foram articuladas entre o episcopo de Olinda, lideranças católicas leigas e estas, por sua vez, com os fiéis. Percebemos que um trabalho de base foi realizado entre os católicos para reuni-los em torno de um objetivo em comum. Nesse contexto, como destacamos ao longo de nossa dissertação, o trabalho da “boa imprensa” foi relevante, embora se pode inferir que

³⁹⁸ SILVA, André Gustavo Ferreira da; ARAÚJO, Erika Ferrez; SANTOS, Jaqueline Calixto. Representando a moderna caridade: a instituição dos Salesianos no Recife (1892-1906). **Cadernos de História da Educação**, v. 16, n. 3, set-dez, 2017, p. 723.

talvez não o fosse caso se tratasse de uma iniciativa isolada. O espaço católico no Morro da Conceição foi usado para irradiar a fé católica, apontando Maria como intercessora maior, que abriria as portas dos céus, iluminando os pecadores errantes³⁹⁹.

A devoção a Nossa Senhora no Morro da Conceição nasceu como um evento diocesano de grande porte, com expressiva participação de fiéis. Esse fato não surpreende, pois ele foi pensado com esse fim. O sucesso da empresa pôde ser constatado desde o início das Santas Missões no Arraial, o que levou ao aumento da ambição do projeto, este passou a contar com uma capela, duas escolas, além do monumento, ponto que deu início ao projeto. Desde o primeiro ano de comemorações naquele espaço, a festa de rua começou a se desenvolver, alcançando números expressivos que aumentariam a cada ano. A celebração passou a reunir um público mais amplo do que aquele para o qual o espaço havia sido planejado. Aos fiéis se uniam curiosos e visitantes que não professavam a fé católica. Ressalte-se que estamos apontando a participação dessas pessoas durante as homenagens anuais à santa. Como argumentamos anteriormente, essas incursões eram comuns ao longo do ano, no entanto, chama a atenção a realização delas no período festivo por se tratar de um momento majoritariamente religioso. Ainda assim, nem só de atividades estritamente religiosas vivia a Festa do Morro, que propiciava às pessoas que participavam dela um ambiente com várias atividades.

O monumento a Imaculada Conceição de Maria no Arraial, ainda que planejado pela ortodoxia católica de Olinda como um marco evangelizador, tornou-se um bem cultural que transcendeu o catolicismo. Admirado pela forma arquitetônica, pela representação religiosa, também passou a ser ressignificado por alguns dos que o conheciam. Se com o monumento a Diocese criou um bem patrimonial religioso, a festa que se desenvolveu se tornou um bem cultural imaterial. Tanto o monumento mariano como a festa de rua desempenharam bem seu papel de sacralizar o espaço, ainda que tenham passado por ressignificações e diferentes apropriações. Outrossim, aproximaram as pessoas da Igreja e colocaram o catolicismo numa posição de dominação frente às outras religiões, e essa exponencia além de geográfica e simbólica tornou-se religiosa e cultural.

³⁹⁹ Ofício da Imaculada Conceição.

Considerações finais

E Maria disse: “Minha alma glorifica ao Senhor, meu espírito exulta de alegria em Deus, meu Salvador, porque olhou para sua pobre serva. Por isso, desde agora, me proclamam bem-aventurada todas as gerações, porque realizou em mim maravilhas daquele que é poderoso e cujo nome é Santo.”⁴⁰⁰

A erigição do monumento mariano e os outros projetos desenvolvidos pela Diocese de Olinda no Morro da Conceição no início do século XX foram relevantes para sua estratégia catequética e de demarcação territorial e religiosa. A criação da devoção que nasceu junto com o monumento marcou uma mudança na lógica de realização das grandes celebrações religiosas que aconteciam até aquele momento na cidade do Recife, que eram feitas no área central, até onde os fiéis deveriam se deslocar, ou alugar uma casa numa “rua de procissão” para acompanhar esses eventos de grande pompa nas antigas igrejas da cidade do Recife. Em 8 de dezembro de 1904, dia em que os católicos celebravam a solenidade da Imaculada Conceição de Maria, iniciou-se uma das maiores festividades religiosas de Pernambuco, no Arraial, região suburbana, especificamente, em um local pouco povoado daquele arrabalde, sem um templo edificado.

O resultado desse empreendimento nos chamou a atenção, assim como a maneira com a qual ele foi articulado. Observamos como questões internacionais de interesse da Santa Sé e outras de especificidades locais, inclusive o intercruzamento de matérias que estavam tanto no campo de interesse da Cúria romana como da Mitra de Olinda influenciaram as decisões tomadas pelos líderes da empreitada. Além disso, percebemos o modo como ligou tradição (a fé mariana amplamente difundida) e modernidade (a atualização e (re)afirmação do culto da Imaculada Conceição de Maria). Neste último ponto, obtiveram um êxito interessante, pois conseguiram estabelecer um local como ponto central para realizar a festa e culto a Nossa Senhora da Conceição, até então realizados em diversos pontos do Recife e todo o

⁴⁰⁰ *Bíblia Sagrada*. Evangelho de Lucas, cap. 1, v. 46-49.

território pernambucano, relacionando uma devoção tradicional ao novo espaço religioso criado e à nova devoção que ali se originou.

Ao propor a construção de um monumento comemorativo pelo cinquentenário do dogma da Imaculada Conceição de Maria, Dom Luiz Raymmundo da Silva Britto ligava a tradição desse culto mariano na capital pernambucana com questões que lhe eram contemporâneas. Com o passar dos anos, falar Nossa Senhora da Conceição do Morro não desempenhava apenas a função de apontar um local específico dentre tantos dedicados à santa, mas ressaltar aquela devoção em particular.

Desde o início do empreendimento, quando sequer havia local definido para sua realização, foi notável a grande participação de leigos na organização das tarefas, preparação e desenvolvimento dos trabalhos. Ao clero coube o papel de supervisionar a Comissão Central de Festas, auxiliá-la quando foi necessário e administrar os sacramentos nas atividades religiosas. Os trabalhos da citada comissão foram fundamentais para organização, arrecadação para que o projeto tomasse forma e fosse materializado e em sua divulgação. Nesse sentido, os envolvidos contaram com grande apoio da imprensa. Vários periódicos foram utilizados para propagação do desejo do líder da Diocese de realizar aquele projeto, solicitar doações para sua consumação e informar a sociedade sobre o andamento do programa e das obras. No entanto, as letras dos jornais não eram acessíveis a todos àqueles aos quais as mensagens se destinavam, tendo o seu público reduzido à pequena parcela letrada da população. Desse modo, as associações leigas desempenharam o papel de levar as mensagens até os locais onde as notícias eram inacessíveis – tarefa facilmente realizada devido à inserção social e capilaridade desses grupos – e, por consequência, proporcionaram que um maior número de pessoas conhecessem a ideia, ajudassem na divulgação e na angariação de recursos financeiros. A Sociedade de São Vicente de Paulo teve destaque por ter liderado todo esse processo. Seus membros faziam parte de uma associação leiga com presença em vários espaços na sociedade, o que possibilitou o trânsito de ideias entre diferentes camadas sociais.

A inauguração da capela junto ao monumento em 1907 representou a abertura de possibilidades para a utilização daquele espaço sacro como irradiador da fé, por se tratar de um local onde mais sacramentos poderiam ser celebrados, além da eucaristia. Além da arquitetura inovadora, o pequeno templo chamava a

atenção por seus frontões, antes de ser concluída, pela técnica empregada durante a construção, o cimento armado, e o seu formato que se destacava na paisagem pelos mesmos motivos do monumento, quanto à localização e posicionamento no espaço.

A festa do Morro da Conceição, realizada ainda nos dias de hoje, contou desde seu início com uma configuração semelhante àquela dos anos que se seguiram ao primeiro: barraquinhas com quitutes, lembranças, música e as celebrações religiosas. As homenagens à santa aconteciam com a união de elementos religiosos e seculares, que juntos formavam o grande festejo no alto do Morro.

Além de atrair fiéis, religiosos, visitantes, turistas, as obras diocesanas no Morro da Conceição incentivaram a ocupação do local ainda nas primeiras décadas do século XX. Enquanto o crescimento populacional nas áreas de morro na Zona Norte do Recife ocorreu a partir da segunda metade dos novecentos, observamos esse adensamento na localidade pesquisada, sendo a santa utilizada como peça publicitária em anúncios de jornais para atrair moradores para as residências que eram vendidas ou alugadas nas proximidades.

O marco monumental erigido pela Diocese foi uma peça importante para a Igreja Católica no Recife na primeira década do século XX. Ela se apresentava como a religião do povo pernambucano; nele, ela apresentou Maria, seu principal baluarte no combate às crenças religiosas diferentes do catolicismo, o protestantismo sobremaneira, como caminho para o recebimento de bençãos, via de salvação, meio mais fácil para alcançar Deus, mediadora de todas as graças, a fé nela como modo para restaurar todas as coisas em Cristo e como guia para os cristãos.

Os navegantes que se aproximavam do Recife pelo Atlântico eram orientados pelo farol da barra no porto e pelo telégrafo semaforico no topo da Igreja do Divino Espírito Santo, pintado de cores vivas para orientar os vapores que ali chegavam. Esses navegantes, quando em aflição no mar, recorriam a Santelmo, que se manifestava com um fogo azul de chama etérea no mastro das embarcações, acalmando-os com sua proteção⁴⁰¹. Aos católicos, a Diocese de Olinda ofereceu o monumento mariano para guiá-los como um farol, um ponto de onde irradiaria a fé

⁴⁰¹ CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. O Recife e a origem dos seus bairros centrais. In. Arquivo Público Estadual de Pernambuco. **Um tempo do Recife**. Recife: Edição Arquivo Público Estadual, 1978, p. 235.

católica e onde encontrariam a proteção da santa. O espaço, que foi sacralizado com a instalação do monumento mariano, tornou-se um espaço de sociabilidade dos recifenses e de socialização e divulgação de ideias católicas, que não tratavam apenas de temas estritamente religiosos, como também temas sociais, julgamentos sobre a sociedade, apontavam possibilidade e interdições aos católicos, “[...] tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles.”⁴⁰² Seguindo o luzeiro que a Diocese oferecia para orientá-los e se socializando nas práticas culturais ali executadas, “[...] os cristãos adquirem um sistema de valores muito profundamente interiorizado que subtende suas atitudes”⁴⁰³, que quando postas em prática no cotidiano deveriam seguir as diretrizes e orientações católicas, para fortalecer a instituição, organizar seus membros para o desenvolvimento de seus projetos de recatolização da sociedade.

Após o dia 8 de dezembro de 1904, foi estabelecida uma nova relação entre o catolicismo e o Recife. Até aquele momento, as práticas religiosas que já se faziam presente na capital por meio das suas festas, templos e tradições, ficou ainda mais marcada na paisagem cidadina. Para além disso, a personagem que era marca da principal diferença doutrinal católica de outras religiões cristãs foi posta em posição de destaque e dominação, não para apenas os católicos, mas a todos que ali passavam ou viviam.

De mãos unidas como que em oração e com o os olhos para baixo como que velando a cidade, a santa tinha aos seus pés o Recife e o alcançava com seu olhar. De muitas partes também era possível avistar seu monumento, de onde saíam as pessoas que o visitavam. Não seria descomedido afirmar que, ainda que não pudessem enxergá-la bem à uma longa distância por conta do tamanho da imagem, ao ver o nicho que a abrigava ou a capela que ficava em sua frente, as pessoas sabiam que ali estava a santa, que podia ser observada melhor conforme dela se aproximassem.

Gilberto Freyre afirmou que a cidade do Recife não se entregava de imediato àqueles que a ela chegavam, mas se deixava conquistar aos poucos, preferindo namorados sentimentais à romances imediatos⁴⁰⁴. Assim também era o monumento

⁴⁰² COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René. (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p. 334.

⁴⁰³ COUTROT, 2003, p. 336.

⁴⁰⁴ FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. 5ª ed. São Paulo: Global, 2007, p. 23.

no Morro da Conceição. O intuito de seus idealizadores não era apenas encontrar um local que permitisse a dominação geográfica da cidade, mas com essa dominação influenciar as pessoas, levá-las a pensarem em Maria, conquistá-las e convertê-las ao catolicismo. Sendo assim, mais do que encantar com sua beleza, pretendia cativar pelo seu significado. Daí a preferência e o desejo de que as pessoas se enamorassem de sua mensagem ao invés da efêmera admiração pela beleza da estátua da santa. Após encantadas, elas poderiam agir como mediadoras da devoção a Maria, chamando-a de bem-aventurada e comunicando seus preceitos.

Com nossas investigações, buscamos compreender como os eventos que deram início ao culto no Morro da Conceição estavam ligados à realidade política, cultural e social que lhes era contemporânea. Entendemos que apontar que tais acontecimentos ocorreram apenas pelas comemorações da proclamação do dogma da Imaculada seria escrever uma narrativa religiosa da devoção. Embora elas tenham sido um dos fatores principais, as narrativas e representações construídas se estruturavam relacionando os cinquenta anos do dogma e desafios encontrados pela Igreja de Olinda, muitas vezes os segundos se destacando do primeiro.

Também percebemos que a devoção deu origem à festa e sacralizou o espaço. A boa articulação entre o líder diocesano com seus clérigos e religiosos, o laicato de sua circunscrição eclesiástica e lideranças sociais e políticas culminou com o êxito da empreitada, que inicialmente previa apenas um monumento comemorativo, embora de forte poder simbólico.

Além dos eventos que analisamos, é importante destacar que a atuação de Dom Luiz Raymundo da Silva Britto junto às associações leigas, ao laicato, aos intelectuais e intelectuais católicos, industriais, imprensa e suas visitas pastorais em todo o território (arqui)diocesano foram fundamentais para o projeto de recatolização e formação de uma neocrandade que foi posto em prática por ele enquanto esteve à frente do bispado de Olinda. Suas atividades contribuíram para o desenvolvimento do projeto restaurador de seu sucessor, Dom Sebastião Leme e nos demais projetos que foram desenvolvidos pelos líderes das dioceses que Dom Luiz atuou diretamente para criar, como as de Pesqueira, Nazaré e Garanhuns. Ainda nessa perspectiva, mais que um marco religioso católico, criou-se dois bens culturais, o monumento da Conceição e a Festa do Morro.

*Viva – A Vida é uma Festa*⁴⁰⁵, animação da Disney / Pixar, apresenta uma realidade na qual os vivos precisam lembrar dos seus familiares que já morreram para que eles continuem “vivos” no *Mundo de los muertos*. Deixar de preparar altares e lembrar dos ancestrais no *Día de los muertos*, acarreta o desaparecimento definitivo dos que já morreram, pois além de não existirem mais entre os vivos, o esquecimento faz com que gradativamente “morram” entre os mortos.

Bens culturais só se mantêm vivos se utilizados, apropriados e até mesmo ressignificados. Quando se trata de bens de pedra e cal, ainda que permaneçam de pé, o desuso e esquecimento podem levar à sua morte. Os empreendimentos da Diocese obtiveram êxito porque as ideias foram abraçadas pelos fiéis, que se apropriaram do espaço e mantiveram seus bens, principalmente a imagem da santa, vivos ao longo dos anos. Embora não tenha feito parte do escopo desse trabalho, é importante destacar que com o passar dos anos, subir o Morro, visitar a santa, participar da procissão se tornou também um evento cultural, no qual a participação na missa católica, principal ato dessa religião, é ofuscada pela imagem de Nossa Senhora da Conceição.

De tal modo, buscamos apresentar a importância que os eventos que narramos nessa dissertação tiveram para a Diocese de Olinda nas primeiras décadas do século XX. Reconhecemos que ainda há muito a se pesquisar sobre o Morro da Conceição, no campo das religiões, das lutas sociais, embates entre a ortodoxia católica e a Teologia da Libertação, ao passo que apresentamos essa contribuição à historiografia.

⁴⁰⁵ Lançado originalmente como *Coco* no México. Cf. **VIVA – A Vida é uma Festa**. Direção: Lee Unkrich. Burbank, CA: 2017. 105 min, color.

Fontes e Referências

Fontes

“PATRIA”. **A Província**, Recife, 30 ago. 1905. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/16919>. Acesso em 30 set. 2020.

113ª Festa do Morro arrasta milhares de fiéis na Zona Norte do Recife. **Jornal do Commercio**, Recife, 08 dez. 2017. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/12/08/113-festa-do-morro-arrasta-milhares-de-fieis-na-zona-norte-do-recife-319221.php>>. Acesso em 11 jun. 2018.

A CAPELLINHA do Morro do Arraial. **Almanach de Pernambuco**, Recife, 1907, p. 146. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/228443/4043>>. Acesso em: 1º set. 2020.

A Capelinha No Morro do Arraial. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, 16 jun. 1907, p. 4852. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/025909_01/6144>. Acesso em 1º set. 2020.

A Coroação. **Maria**, Recife, out. 1919, p. 134. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/20824>. Acesso em 1º nov. 2020.

A PRONVÍNCIA, Recife, 31 dez, 1904i. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/16395>. Acesso em 04 mai. 2020.

A PROVÍNCIA, Recife, 9 jan. 1904a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&PagFis=14895&Pesq=immaculada>. Acesso em: 29 set. 2018.

A ROMARIA de hontem. **Diario de Pernambuco**, Recife, 29 out. 1905c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/6503>. Acesso em: 23 jun. 2020.

ALMA Religiosa – Catholicismo. Festa no Morro do Arrayal. **Diario de Pernambuco**, Recife, 8 dez. 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/27784>. Acesso em: 30 set. 2020.

AO Morro da Conceição. **A Província**, Recife, 11 dez. 1904j. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/16309>. Acesso em 1º out. 2020.

AS Grandes festas da coroação de N. S. do Carmo. **Diario de Pernambuco**, Recife, 22 set. 1919, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/20824>. Acesso em 1º nov. 2020.

AVISO ao publico. **Jornal do Recife**, Recife, 7 dez. 1904f. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/705110/47556>>. Acesso em 19 mar. 2020.

AVISO. **Jornal do Recife**, Recife, 4 dez. 1904e. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/705110/47548>>. Acesso em 19 mar. 2020.

BANDEIRA, Lafaytte. Monumento á Immaculada Conceição no Arrayal. **Almanach de Pernambuco**, Recife, 1905. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/228443/3098>>. Acesso em 10 jul. 2019.

BAPTZADOS da Casa-Forte. Livro nº 15º. De 12 de fevereiro de 1911, a.... fl. 07 v. Arquivo Dom José Lamartine Soares.

BARROS, José Pereira da Silva Barros. **Carta enviada por Bispo José Pereira da Silva Barros para o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira**. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14140>>. Acesso em 25 mar. 2020.

BARROS, José Pereira da Silva. **Carta enviada por Bispo José Pereira da Silva Barros para o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira**. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14141>>. Acesso em 31 dez. 2019.

BERTONE, Tarcisio. **Discurso do Cardeal Tarcisio Bertone por ocasião do Congresso Internacional sobre “Cristianismo e Secularização. Desafios para a Igreja e para a Europa”**. 29 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/card-bertone/2007/documents/rc_seg-st_20070529_universita-europea_po.html>. Acesso em 18 dez. 2019.

BISPO DE OLINDA, Luiz. Carta Pastoral. **Jornal do Recife**, Recife, 9 mai. 1901, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/705110/43268>>. Acesso em 25 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em 31 dez. 2019.

BRITTO, Dom Luiz Raymmundo da Silva. Pastoral. **Jornal do Recife**, Recife, 11 dez. 1904d. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/705110/47566>>. Acesso em 19 mar. 2020.

BRITTO, Luiz Raymundo da Silva. Pastoral, **A Província**, Recife, 26 nov. 1904f. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&PagFis=16240&Pesq=immaculada>. Acesso em: 17 dez. 2018.

COTTARD, Maximino. **A Província**, Recife, 26 out. 1904d. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&PagFis=16103&Pesq=immaculada>. Acesso em: 13 out. 2018.

DONATIVOS. **Jornal do Recife**, 18 dez. 1904i, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/705110/47590>>. Acesso em 1º jul. 2020.

FESTA de N. S. da Conceição do Morro do Arrayal. **Jornal Pequeno**, Recife, 7 dez. 1925. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800643/39379>>. Acesso em 1º out. 2020.

GOVERNO Municipal. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 nov. 1904b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_08/5938>. Acesso em 27 dez. 2020.

GOVERNO Municipal. **Diário de Pernambuco**, Recife, 1º dez. 1904a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_08/5983>. Acesso em 27 dez. 2020.

GRANDE Romaria ao Morro da Conceição. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 out. 1905d. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/6491>. Acesso em: 23 jun. 2020, p. 1.

GREGÓRIO XVI. **Carta Encíclica *Mirari Vos***. 15 de agosto de 1832. Disponível em: <<http://www.vatican.va/content/gregorius-xvi/it/documents/encyclica-mirari-vos-15-augusti-1832.html>>. Acesso em 16 dez. 2019.

IMMACULADA Conceição. **Jornal do Recife**, Recife, 10 dez. 1904h. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/705110/47562>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

IMMACULADA Conceição. **Jornal do Recife**, Recife, 28 out. 1904b. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&PagFis=47458&Pesq=immaculada>>. Acesso em: 30 set. 2018.

IMMACULADA Conceição. **Jornal do Recife**, Recife, 29 jun. 1904a. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110>>. Acesso em: 12 out. 2018.

IMMACULADA Conceição. **Jornal do Recife**, Recife, 8 dez. 1904g. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/705110/47558>>. Acesso em 19 mar. 2020.

IMMACULADA Conceição. **Jornal do Recife**, Recife, 8 nov. 1904c. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&PagFis=47426&Pesq=immaculada>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

IMMACULADA Conceição. **Jornal Pequeno**, Recife, 10 nov. 1904e. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/705110/47466>>. Acesso em 19 mar. 2020.

IMPÉRIO DO BRASIL. **Decreto 5604 de 25 de abril de 1874**. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/566340/publicacao/15778226>>. Acesso em 27 dez. 2019.

IMPÉRIO DO BRASIL. **Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9886-7-marco-1888-542304-publicacaooriginal-50566-pe.html>>. Acesso em 27 dez. 2019.

IMPÉRIO DO BRASIL. **Lei nº 1829 de 9 de setembro de 1870**. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/543582/publicacao/15631205>>. Acesso em 27 dez. 2019.

JORNAL Pequeno, Recife, 21 out. 1904c. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&PagFis=7492&Pesq=immaculada>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

JORNAL Pequeno, Recife, 27 out. 1904a. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/800643/7512>>. Acesso em 27 dez. 2020.

JORNAL Pequeno, Recife, 6 dez. 1904f. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&PagFis=7609&Pesq=immaculada>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

KIDDER, Daniel Parish. **Scketcher of Residence and Travels in Brazil, embracing historical and geographical notices of the empire and its several provinces**. Vol II. Philadelphia/Lodon: Sorin & Ball/ Wiley & Putnam, 1845.

LEÃO XIII. **Da molte parti**. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/it/apost_letters/documents/hf_l-xiii_apl_19030526_da-molte-parti.html>. Acesso em 15 jan. 2020.

LEÃO XIII. **Encíclica Diuturnum Illud**. 29 de junho de 1881. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_29061881_diuturnum.html>. Acesso em 7 nov. 2019.

Les apparitions. Lourdes Sanctuaire. Disponível em: <<https://www.lourdes-france.org/apparitions/>>. Acesso em 12 fev. 2020.

LIVRO de Batizados da Freguesia do Poço, nº 13, do ano de 1899 – 1905. Recife, 1904. Arquivo Dom José Lamartine Soares da Arquidiocese de Olinda e Recife.

LUIZ, Bispo de Olinda. Monumento da Conceição. **Diario de Pernambuco**, Recife, 11 dez. 1904c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/6014>. Acesso em 31 ago. 2020.

MAIO. **Almanach de Pernambuco**, Recife, 1915. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/228443/6928>>. Acesso em 1º out. 2020.

MONUMENTO á Immaculada Conceição. **A Provincia**, Recife, 10 dez. 1904g. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/16299>. Acesso em 23 dez. 2019.

MONUMENTO á Immaculada Conceição. **A Provincia**, Recife, 2 fev. 1904b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&PagFis=14494&Pesq=immaculada>. Acesso em: 28 set. 2018.

MONUMENTO A MARIA IMACULADA. **A Provincia**, Recife, 25 out. 1904c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&PagFis=16183&Pesq=immaculada>. Acesso em: 13 out. 2018.

MORADORES [...]. Alma Religiosa. **Diario de Pernambuco**, Recife, 4 dez. 1906. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/7809>. Acesso em 1º out. 2020.

MORRO da Conceição, Missa de Natal. **Diario de Pernambuco**, Recife, 24 dez. 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/9122> Acesso em: 23 jun. 2020.

NEVES, Padre Moreira das. NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO NA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL. **Revista dos Centenários**, Lisboa, jul. – ago. 1940, p. 2 -9. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadosCentenarios/N19_20/N19_20_master/RevistadosCentenariosN19e20.pdf>. Acesso em 17 set. 2019.

NO Morro do Arrayal. **Jornal do Recife**, Recife, 5 dez. 1919. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/705110/78743>>. Acesso em 1º out. 2020.

NOSSA Senhora da Conceição. **Santuário Nossa Senhora da Conceição**. Arquidiocese de Olinda e Recife. Disponível em: < <https://www.arquidioceseolindarecife.org/nossa-senhora-da-conceicao/>>. Acesso em 29 set. 2020.

O Monumento do Arrayal. **Jornal Pequeno**, Recife, 8 nov. 1904d. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800643/7549>>. Acesso em 27 dez. 2020.

O SR. Bispo [...], **Diario de Pernambuco**, Recife, 25 jan. 1905a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_08/12384>. Acesso em: 30 set. 2020.

O VENERANDO [...]. **Diário de Pernambuco**, Recife, 5 out. 1905b, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_08/6419>. Acesso em: 30 set. 2020.

OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. **Carta enviada por João Alfredo Correia de Oliveira a D. Pedro II.** Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13812>>. Acesso em 25 mar. 2020.

OLIVEIRA, Julia Tigre. Pedem nos [...]. **A Província**, Recife, 25 mai. 1905, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/16504>. Acesso em 30 set. 2020.

PACHÊCO, D. Felipe Condurú. **Vida de D. Luís de Britto**: 1º Arcebispo de Olinda. V. II. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954.

PACHÊCO, Dom Felipe Condurú. **Vida de D. Luís de Britto**: 1º Arcebispo de Olinda. V. I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954^a.

PAPA PIO X. **Ad Diem Illum Laetissimum.** Disponível em <http://w2.vatican.va/content/pius-x/it/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_02021904_ad-diem-illum-laetissimum.html>. Acesso em: 24 abr. 2018.

Pastoral Colectiva o epsicopado brasileiro ao clero e aos fieis da Igreja do Brazil. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 8 abr. 1890. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/360163/283>>. Acesso em 29 dez. 2019.

Pio IX. **Encíclica Quanta Cura.** 8 de dezembro de 1864. Disponível em: <<http://www.vatican.va/content/pius-ix/la/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembris-1864.html>>. Acesso em 17 dez. 2019.

PIO IX. **Constituição Dogmática Pastor Aeternus.** 18 de julho de 1870. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/i-vatican-council/documents/vat-i_const_18700718_pastor-aeternus_it.html#>. Acesso em 25 dez. 2019.

PIO IX. **Ineffabilis Deus.** Brasília: Edições CNBB, 2016.

PIO XII. **Fulgens Corona.** Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_08091953_fulgens-corona.html#fnref1>. Acesso em: 15 mar. 2020.

PIO XII. **Le Pèlerinage de Lourdes.** Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_02071957_le-pelerinage-de-lourdes.html>. Acesso em: 25 set. 2018.

Procissão de Nossa Senhora da Conceição leva multidão ao Morro. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 dez. 2017. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vidaurbana/2017/12/08/interna_

vidaurbana,733955/procissao-de-nossa-senhora-da-conceicao-leva-multidao-ao-morro.shtml>. Acesso em 11 jun. 2018.

PROGRAMMA [...]. **Jornal Pequeno**, Recife, 6 dez. 1905. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800643/8830>>. Acesso em 1º out. 2020.

PROVÍNCIA Nossa Senhora da Penha do Nordeste do Brasil. **Necrológico**. Recife: [s.n.], 2005.

RATZINGER, Joseph. O Primado do Sucessor de Pedro no mistério da Igreja. Considerações. **L'Osservatore Romano**, ed. port., n. 47, 21 de novembro de 1998, p. 6-7. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19981031_primato-successore-pietro_po.html#_ednref17>. Acesso em 25 dez. 2019.

RODOLPHO Lima. **Almanach de Pernambuco**. 1911, p. 177. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/228443/5776>>. Acesso em: 29 set. 2020.

SACRA Congregationis Consistorialis. Erectio Dioecesium. In: **Acta Apostolicae Sedis** – Commentarium Officiale, annus II, volumen II. Romae: Typis Polyglottis Vaticanis, 1910.

SECÇÃO Religiosa – Catholicismo. **A Provincia**, Recife, 9 dez. de 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/128066_02/19802>. Acesso em: 1º out. 2020.

SETTE, Mario. **Arruar**: história pitoresca do Recife Antigo. 4ª ed. revista e ampliada. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2018.

SETTE, Mario. **Maxambombas e maracatus**. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1935.

TRATADO de Amizade, commercio e navegação entre o príncipe regente de Portugal e sua magestade britannica assinado no Rio de Janeiro em 19 de fevereiro de 1810. Lisboa: Impressão Régia, 1810. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7405?locale=en>>. Acesso em 08 out 2019.

UMA de nossas lindas festas de arraial. **Jornal Pequeno**, Recife, 7 set. 1927. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800643/42938>>. Acesso em: 1º out. 2020.

VELLOSO. **A Provincia**, Recife, 13 nov. 1904e. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&PagFis=16103&Pesq=immaculada>. Acesso em: 13 out. 2018.

Referências

- AGNOLIN, Adone. **História das Religiões**: perspectiva histórico-comparativa. São Paulo: Paulinas, 2013.
- ALBUQUERQUE, Deise. BRANÃO, Sylvana. Santuário de nossa senhora da conceição e o processo de romanização. In: III Colóquio de História da Universidade Católica de Pernambuco. 2009, Recife. **Anais do III Colóquio de História da Universidade Católica de Pernambuco**, 2009.
- ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. O Arco da Conceição, uma das antigas portas do Recife: uma aproximação arqueológica. **Clio Arqueológica**, Recife, v. 1, n. 20, pp. 150-167, 2006.
- ALVES, Gabriella Chalegre. “**É hora de surgir do sono, de despertar da inércia [...] e fazer reflorescer a nossa religião**”: a Restauração Católica no Sertão e no Agreste pernambucano (1889-1922). Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- BARROS, José D’Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**, vol. 11, n. 1/2, pp.145-171, 2003.
- BELLOTTI, Karina Kosicki. História das Religiões: conceitos e debates na era contemporânea. **História. Questões e Debates**, v. 55, pp. 13-42, 2011.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja na crise do final do Império. In: HAUCK, João Fagundes [et al.]. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, século XIX. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BORGES, Anselmo. Prefácio. In: CATROGA, Fernando. **Entre deuses e Césares**: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica. 2ª ed. Coimbra: Edições Almedina, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BRITO, Anderson Dantas da S.; MEDEIROS NETA, Olivia Moraes de. Em nome(s) de Caicó: a toponimização espacial sob olhares da República e dos republicanos. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, 2011, São Paulo.
- BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Edições Loyola, 1974.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CABRAL, Flávio José Gomes. Um Só Rebanho e um Só Pastor. In.: MOURA, C. A. S., et al. (org.). **Religião, cultura e política no Brasil**: perspectivas históricas. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2011

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CÂMARA, Fernando. O primeiro cearense promovido ao episcopado. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 6, pp. 27-34, 1982.

_____. O tricentenário da Diocese de Pernambuco. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano XC, pp. 136-152, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CASA de Ruy Barbosa. A Revista. Disponível em: <<http://omalho.casaruibarbosa.gov.br/>>. Acesso em: 2 set. 2020.

CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. O Recife e a origem dos seus bairros centrais. In. Arquivo Público Estadual de Pernambuco. **Um tempo do Recife**. Recife: Edição Arquivo Público Estadual, 1978.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. 7ª ed. Campinas: Papiрус, 2012.

_____. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. **À beira da Falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

_____. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1988.

_____. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, pp.173-191,1991.

CIPOLINI, Pedro Carlos. A devoção mariana no Brasil. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, pp. 36-46, jan-abr 2010.

_____. O dogma da Imaculada Conceição. **Revista de Cultura Teológica**, v.13, n. 51, pp. 55-77, 2005

CORREIA, Adelito Xavier. **A SSVP em Pernambuco: 125 anos de história (1874-1999)**. Recife: [s.n.], 1999.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CPDOC. Revista da Semana. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA%20DA%20SEMANA.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2020.

ECO, Umberto. **Como se faz um tese em ciências humanas**. 13ª ed. Queluz de Baixo: Editorial Presença, 2007.

FIGUEIRA, Adriana Barata dos Santos. **A grande mãe: um estudo sobre o imaginário do lugar Morro da Conceição**. 2000. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2000.

FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. 5ª ed. São Paulo: Global, 2007.

GASBARRO, Nicola. Missões: a civilização cristã em ação. In: MONTEIRO, Paula (org.). **Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006.

_____. Religione e / o Religioni? la sfida dell'antropologia e della comparazione storico-religiosa. In: MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. (org.). **(Re) conhecendo o Sagrado: reflexões teórico-metodológicas dos estudos de religiões e religiosidades**. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. O contexto histórico da Encíclica Mirari Vos. **Revista Estudos Filosóficos**, São João del-Rey, n. 3, pp. 43-56, 2009.

GIUMBELLI, Emerson. **Símbolos religiosos em controvérsias**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

GRINBERG, Lucia. República Católica, o monumento ao Cristo Redentor no Corcovado. In: KNAUSS, P. (org.). **Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

GUERRA, Flávio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos**. 3ª ed. Recife: Recife Itinerário, 1978.

- HERMANN, Jaqueline. História das Religiões e Religiosidades. In.: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções, 1789-1848**. 36ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- JOÃO PAULO II. **Catecismo da Igreja Católica**. Ed. Típica Vaticana. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 1997.
- KARNAL, Leandro. FERNANDES, Luiz Estevam O. **Santos fortes: Raízes do Sagrado no Brasil**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.
- LANTERNARI, Vittorio. **As religiões dos oprimidos: um estudo dos modernos cultos messiânicos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- LEVINE, Robert. **A velha usina – Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LIMA, Lúcio Renato Mota. **O apostolado dos patrões: limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar-religioso em uma fábrica têxtil (Camaragibe, 1891-1908)**. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- LOPES NETO, José Pedro. **Nossa Senhora da Luz: consciência e preservação**. 2017, 96 p. Monografia (Licenciatura em História). Departamento de História. Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte, Nazaré da Mata, 2017.
- _____. O monumento mariano no Morro da Conceição. In: IIº Encontro Nacional do Centro de Estudos em História Cultural das Religiões. 2019. Recife. **Anais do IIº Encontro Nacional do Centro de Estudos em História Cultural das Religiões**. Recife: Edupe, 2019.
- LOPES, Raimundo Helio. MATOS, Manoel Gomes de. dep. fed. PE 1900-1902. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV.
- LUTOSA, Oscar de Figueiredo. Apresentação. In: MENEZES, Carlos Alberto de. **Ação Social Católica no Brasil: corporativismo e sindicalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARQUES, António; CAMPOS, André Santos. (coord.) **Dicionário de Filosofia Moral e Política**. 1.^a série. Lisboa: Instituto de Filosofia da Nova, 2012.

MENDONÇA, João Hélio. A festa de Nossa Senhora no Morro da Conceição em Casa Amarela. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 14, n. 2, jul-dez, pp. 157-181, 1986.

MENEZES, Carlos Alberto de. **Ação Social Católica no Brasil: corporativismo e sindicalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira: 1889-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MOREIRA, Maria Angélica Franco. O contexto histórico de definição dos dogmas marianos. **Teologia em Questão**, Taubaté, n. 32, pp. 171-190, 2017.

MOURA, Carlos André Silva de. “Como o Sol bailou ao meio dia em Fátima”: a construção das narrativas sobre as aparições marianas em Portugal. In: _____. [et.al.]. **História, narrativas e religiões: diálogos sob o olhar da cultura**. Recife: Editora EDUPE, 2018.

_____. “Não tenhas medo”: a formação de uma cultura visionária em Portugal e suas práticas e representações no Brasil (1917-1940). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, pp. 561-585, 2016.

_____. A pastoral de Dom Sebastião Leme em 1916 e o projeto de politização do clero. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 9, n. 25, pp. 23-38, 2016.

_____. As religiões e o ensino de História. In.: BUENO, A. et al. (org.). **Aprendizagens Históricas: debates e opiniões**. União da Vitória/Rio de Janeiro: LAPHIS/Edições especiais Sobre Ontens, 2018.

_____. **Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930 – 1937)**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2012,

_____. **Histórias Cruzadas: intelectuais no Brasil e em Portugal durante a Restauração Católica (1910 – 1942)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

MOURA, Carlos André Silva de. LOPES NETO, José Pedro. A invenção de uma devoção: Nossa Senhora da Conceição e o Morro do Arrayal na cidade do Recife (1904), **História e Cultura**, vol. 9, n. 1, jan-jul., pp. 467-490, 2020.

MOURA, Carlos André Silva de; CABRAL, Newton. Reorganização eclesiástica em Pernambuco: o processo de formação das Dioceses de Garanhuns, Nazaré e Pesqueira (1910 – 1918). **Revista Brasileira de História das Religiões**, n. 38, set-dez, pp. 145-163, 2020.

MOURA, Jamerson Kemps Gusmão de. **Nossa Senhora e o Morro da Conceição: história, igreja e comunidade católica entre encontros e desencontros**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2008.

_____. Será mesmo de Nossa Senhora o Morro da Conceição?. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v. 67, 2015.

OLIVEIRA, Gustavo de Souza. “Eu sou católico apostólico romano, mas não sou ultramontano nem papista”: Pe. Diogo Antônio Feijó e o catolicismo como Religião Civil. **Caminhos da História**, v. 24, n. 2, pp. 111-124, 2019.

_____. **Aspectos do ultramontanismo oitocentista: Antônio Ferreira Viçoso e a Congregação da Missão em Portugal e no Brasil (1811-1875)**. 2015. 256 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

PEIXOTO, Renato Amado. “Duas palavras”: os holandeses no Rio Grande e a invenção da identidade católica norte-rio-grandense na década de 1930. **Revista de História Regional**, v. 19, n. 1, pp. 35-57, 2014.

PINHEIRO, Paulo Sérgio [et al.]. **O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. v. 9. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

RAMBO, Arthur B. Restauração Católica no Sul do Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 36, pp. 279-304, 2002.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Tempo de Ciência**, Toledo, v. 15, n. 30, pp. 59-72, 2008.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RÉMOND, René. **O século XIX: 1815-1914**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2015.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. 2. ed. Recife: Ed. UFPE, 2016.

RIBEIRO, Emanuela Souza. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889 – 1922**. 2003. 182 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

RIVAS, Xosé Luís Barreto. Povo. In: MARQUES, António; CAMPOS, André Santos. (coord.) **Dicionário de Filosofia Moral e Política**. 1.ª série. Lisboa: Instituto de Filosofia da Nova, 2012.

ROBERTS, Dana L.. O cristianismo mundial como um movimento feminino. In: MOURA, Carlos André Silva de; SILVA, Eliane Moura; MOREIRA, Harley Abrantes. (orgs.). **Missões, religião e cultura**: estudos de história entre os séculos XVIII e XX. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

SANTANA, Jair Gomes de. **Embates da fé**: católicos e protestantes no Recife, 1860-1880. 2007. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. **Temporalidades**, Belo Horizonte, vol. 2, n. 2, pp. 24-33, 2010.

SILVA, André Gustavo Ferreira da; ARAÚJO, Erika Ferrez; SANTOS, Jaqueline Calixto. Representando a moderna caridade: a instituição dos Salesianos no Recife (1892-1906). **Cadernos de História da Educação**, v. 16, n. 3, set-dez, pp. 716-731, 2017.

SILVA, Edjaelson Pedro da. **O “Lobo da Escócia”, o Culto e a Constituição**: Robert Reid Kalley e as disputas pelo direito de culto no Brasil Império (1855-1873). 2016. 144 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, Eliane Moura da. Apresentação. In: SILVA, Eliane Moura da; RENDERS, Helmut; CAMPOS, Leonildo Silveira (orgs.). **O estudo das religiões**: entre a história, a cultura e a comunicação. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

_____. História das Religiões: algumas questões teóricas e metodológicas. In: MOURA, Carlos André Silva de. [et al.] (org.). **Religião, cultura e política no Brasil**: perspectivas históricas. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2011.

_____. Religião, Diversidade e Valores Culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania. **REVER – Revista de Estudos da Religião**, v. 2, n. 4, pp. 1-14, 2004.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife. 2003. 216 f. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Virgem mestiça: devoção à Nossa Senhora na colonização do Novo Mundo. **Tempo**, Niterói, v. 6, n. 11, p. 77 – 92, jul., 2011.

STEIL, Carlos Alberto. As aparições marianas na história recente do catolicismo. In: STEIL, Carlos Alberto; MARIZ, Cecília Loreto; Reesink, Mísia Lins (org.). **Maria entre os vivos: reflexões teóricas e etnografias sobre aparições marianas no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

VILAÇA, Antonio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VIVA – A Vida é uma Festa. Direção: Lee Unkrich. Burbank, CA: 2017. 105 min, color.

